2

VALOR

Para uma teoria do valor trabalho imaterial: desmaterialização do trabalho ou da teoria?

Este segundo capítulo tem como tema a teoria do valor, discutida e entendida sob as diversas perspectivas adotadas e os vários propósitos buscados a cada tempo, ou de acordo com as diferentes circunstâncias históricas. Primeiramente discute-se a natureza da relação entre as transformações dos processos de trabalho e a teoria do valor. Interessa demonstrar, visando à realização dos objetivos definidos inicialmente, a relevância da análise da conexão entre os processos de trabalho como força material promotora de transformações sociais mais amplas e uma teoria que se baseia num determinado conceito que se modifica ao longo do tempo e tem sua própria história. Daí se faz necessária uma discussão preliminar a respeito dos problemas metodológicos enfrentados quando um processo de transformação das forças sociais materiais é analisado à luz da teoria que vem servindo de base para o pensamento econômico da modernidade, a fim de compreender uma mudança em particular que está relacionada especificamente aos efeitos provocados pelas inovações tecnológicas recentes sobre os processos de trabalho e na estrutura de produção, sobretudo em razão das novas tecnologias da informação e da comunicação. Assim, a primeira seção dedica-se à discussão preliminar metodológica com a finalidade de colocar ordem e definir o papel, ou o lugar de cada um dos elementos integrantes do tema principal em foco neste capítulo – ainda que cada um desses elementos não venha a ser abordado conforme enunciados a seguir – bem como de definir a relação de causalidade que se estabelece entre eles e os processos de transformações sociais discutidos no primeiro capítulo. Os elementos do tema em discussão neste segundo capítulo são: o conceito de valor, o conteúdo material e imaterial do termo, conforme a finalidade da teoria – se prescritiva ou descritiva; trabalho como fonte produtora, medida de referência, ou justificativa de valor; a conexão entre a teoria e o processo de transformação do trabalho e do valor por ele

produzido. A discussão preliminar se desenvolve de uma perspectiva que coloca em foco as várias finalidades da teoria do valor e o sistema conceitual utilizado para representar a realidade econômica ou para prescrever certas práticas, visando estabelecer uma conexão entre os questionamentos a respeito da produção, distribuição e acumulação da riqueza derivada do trabalho imaterial e as transformações sociais, materiais e conceituais, discutidas no primeiro capítulo.

Vale salientar que falar de teorias adotadas por longos períodos, como se presume ser a intenção ao usar a expressão “o pensamento econômico da modernidade”, não quer dizer aceitar um significado único e fixo no tempo e no espaço para o conceito a partir do qual se desenvolve a teoria. Ao contrário, a discussão preliminar desenvolvida na primeira seção assume o pressuposto de que o significado dado aos termos se altera no tempo e no espaço e assim, um mesmo conceito pode ter aplicações diferentes de acordo com as diferentes perspectivas do pensamento econômico e dos propósitos teóricos e políticos a que se quer que os termos sirvam. Por isso, a compreensão da conexão entre as transformações das forças materiais e a teoria se baseia na história do conceito de valor – um conceito que tem sua própria história como processo de elaboração de idéias, tem vida própria na sua função normativa e como força promotora da história que se conta a partir dele mesmo – e na aplicação do conceito que toma o trabalho, bem como as necessidades e os desejos humanos, como fonte, ou referência, ou justificativa nas diversas teorias que explicam a produção de riqueza, ou que pregam a adoção, na construção do sistema de economia política¹, de certos princípios visando à acumulação de riqueza.

¹ O termo “sistema de economia política” é usado aqui conforme definido por Schumpeter em sua “História da Análise Econômica” (1954). Nesse livro, Schumpeter faz algumas definições de termos que são importantes para a compreensão da metodologia da análise econômica e da sua história. Ideologias, ou sistema de idéias, são importantes na história da análise econômica, na medida em que o analista é produto do seu próprio tempo, e, portanto, pode viver problemas de desvio ideológico quando faz a análise. O que Marx chama de ideologias, Schumpeter chama de sistema de idéias que estão vinculadas a contextos específicos e servem para glorificar os interesses e ações de classe. Outro problema para a análise econômica são os julgamentos de valor que se misturam à mera observação de fenômenos, o que significa dizer que para Schumpeter a economia vista como ciência, ao adotar uma metodologia positivista, não leva em conta a subjetividade do pesquisador, provocando erros teóricos. Sobre economia política ele separa em: Sistemas de Economia Política – conjunto de políticas econômicas que têm por fundamento determinados princípios unificadores; Pensamento Econômico – soma de todas as opiniões e desejos referentes aos assuntos econômicos, especialmente aqueles que pertencem ao espírito público.

A segunda seção apresenta uma breve história do conceito de valor como elemento essencial das teorias que pretendem explicar a produção, distribuição e acumulação de riqueza. Nesta seção as idéias a respeito do significado e do conteúdo do termo aparecem como elementos de um sistema conceitual usado para representar a realidade econômica de cada época e lugar produzindo modelos de análise que consolida o pensamento econômico de um longo período e que produz certas generalizações para serem testadas diante das transformações sociais discutidas longamente no primeiro capítulo. O conteúdo do sistema conceitual em discussão varia se a teoria visa explicar os problemas e dificuldades da produção de bens e mercadorias, ou da distribuição dos resultados da produção, ou ainda, se delimitado objetivamente – em termos de custos e dificuldades de produção e circulação – ou se subjetivamente – de acordo com a necessidade humana de consumo e a utilidade dos bens e mercadorias, bem como a necessidade humana de realização pessoal e construção de melhores condições de vida.

Por último, na terceira seção serão reunidos os elementos que dizem respeito ao trabalho imaterial e criação de valor, do ponto de vista objetivo da produção e circulação dos bens e mercadorias, e da distribuição dos resultados da nova natureza do trabalho, assim como do ponto de vista subjetivo, dos desejos e necessidades que representam demanda efetiva para os bens e mercadorias de todos os tipos e finalidades, feitos para atender a cada um individualmente, e dessa forma, a todos no sentido da melhoria individual agregada representar incrementos no processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo em geral. Daí decorre uma segunda questão, ensejada pelas conclusões tiradas no primeiro capítulo, que diz respeito à inexistência de nexos de causalidade entre a dificuldade de produção, reprodução e circulação dessas mercadorias e os fatores tempo e espaço, que sempre foram mecanismos causais determinantes. Em outras palavras, podemos dizer que o tempo e o espaço não representam obstáculo à reprodução e difusão dos bens e mercadorias produzidas pelo trabalho imaterial, prejudicando as explicações fundamentadas nos problemas de produção e circulação e nas limitações da oferta geradas por esses fatores e que visam à legitimação dos métodos de criação de escassez. Daí questiona-se a possibilidade de manter a discussão a respeito do conteúdo do sistema conceitual – tenha ele a finalidade de criar representações da realidade econômica empiricamente apreendida, ou de

prescrever regras de conduta moral e legitimar comportamentos – limitada a critérios objetivos e subjetivos determinados a partir de uma racionalidade estritamente econômica, isto é, dirigida por forças materiais.

Questiona-se não somente o conteúdo do sistema conceitual, isto é, o que se entende por valor, como também os mecanismos de criação e fixação de valor material e imaterial. Conforme ficou demonstrado no primeiro capítulo, a estrutura de organização e as finalidades do trabalho imaterial são diferentes do que eram durante o período industrial, ou outros modelos de organização capitalista das relações de produção, e são específicas de um ambiente no qual a atividade humana requerida e investida na produção de valor é sensivelmente sofisticada e dependente do acesso a um corpo cada vez mais complexo de conhecimento e informação e da efetiva capacidade de utilização do mesmo. Além disso, a atividade humana é movida por estímulos variados, não restritos àqueles que são economicamente apreciáveis, e, conseqüentemente produz valor que também não pode ser avaliado por meio de uma racionalidade estritamente econômica. Em outras palavras, está em jogo também o valor de bens que não estão no mercado, portanto o que promove a sua determinação são outros mecanismos, isto é, seu valor não é entendido simplesmente como função da troca ou da utilidade, ou da proporção entre a quantidade disponível e a necessidade e o desejo de aquisição, seu conteúdo representa outra natureza de riqueza.

O que se conclui é que a teoria, se mantida ou analisada estaticamente – a fim de representar a realidade econômica do quadro delimitado inicialmente como reprodução inevitável e contínua de representações feitas no passado em uma realidade em que as forças produtivas e as relações de produção tinham outras características, ou, por outro lado, em busca de prescrever e legitimar comportamentos que garantam a continuidade de certos movimentos e sirvam aos mesmos propósitos que vêm prevalecendo – resultará inadequada e incapaz de produzir as ferramentas analíticas desejadas. Por meio de uma visão cumulativa do pensamento econômico, ou da revisão do conhecimento acumulado a respeito da atividade econômica entendida como parte integrante do fenômeno social em sentido amplo, pretende-se chegar às lacunas do sistema conceitual e dos modelos de análise que os tornam insuficientes na representação de uma realidade econômica na qual o estado da técnica impõe o uso intensivo de conhecimento, bem como o desenvolvimento da capacidade humana de controle das atividades

produtivas através do domínio das ferramentas tecnológicas de acumulação e catalogação do conhecimento e daquelas desenvolvidas para permitir ou impedir o acesso ao conhecimento acumulado e catalogado. Além disso, as reavaliações teóricas se tornam necessárias uma vez que a realidade a ser explicada requer um conceito de valor cujo conteúdo extrapole a racionalidade estritamente econômica e coloque em jogo os elementos que não são economicamente apreciáveis.

1. Em busca de um elo entre as transformações das forças sociais materiais e a teoria do valor

Economia Política, considerada de um ponto de vista positivista como um campo de estudo autônomo, é um ramo da ciência que se ocupa da produção de mercadorias e acumulação de riqueza. “Será suficiente concebê-la como a teoria da riqueza social, ou aceitar provisoriamente a definição de Say, que a torna a ciência da produção, distribuição e consumo de riqueza” (John Kells Ingram, 1888). Assim, de forma muito simplista, diz-se que houve na ciência da Economia Política um período mercantilista que localizava as origens da riqueza na acumulação de metais preciosos viabilizada pelos excedentes comerciais e que legitimava a expansão territorial e a conquista colonial; em seguida a doutrina dos fisiocratas que localizam a fonte da riqueza na agricultura e por isso valorizavam a terra mais do que tudo. Posteriormente, como desdobramento do pensamento mercantilista e dos fisiocratas, compõe-se a escola clássica, que tem como referência as obras de Adam Smith e David Ricardo e se define o tripé que, de acordo com o pensamento liberal, sustenta o modo de produção capitalista: terra, trabalho e dinheiro. Para Adam Smith a fonte da riqueza é o comércio que existe em razão da propensão do homem à troca, sendo o trabalho a referência de valor das mercadorias; para David Ricardo, o trabalho humano é a única fonte de riqueza, portanto, o problema que sua teoria visa resolver diz respeito à dificuldade de produção. Dessa forma, para alguns autores, a Economia Política, enquanto campo de estudo específico tem caráter puramente normativo e visa à realização material de uma determinada ideologia que tem por justificativa a natureza humana ou a atividade produtiva, para Marx, a ideologia burguesa.

Por outro lado, independentemente da escola de pensamento e das respectivas finalidades de cada uma – se prescritivas e normativas, ou se

descritivas – é preciso considerar que para o campo de estudo que tem como objeto a produção de mercadorias e a acumulação de riqueza o trabalho é fator elementar de observação: a definição de seus objetivos, sua forma de organização, seus processos de realização, seus resultados, e a relação disso tudo com a produção e distribuição de mercadorias e riqueza. Em última instância, tanto os metais preciosos, como o produto da agricultura, ou o livre comércio, dependem do trabalho, da atividade humana aplicada sobre a natureza e mediada por instrumentos de produção, assim como dependem da atividade humana para pensar e desenhar as soluções dos problemas que podem surgir enquanto o homem trabalha para produzir a riqueza desejada, independentemente de qual seja sua fonte e seu objetivo. Reunindo, de um lado, a idéia de que a produção de mercadoria e a acumulação de riqueza decorrem do trabalho, ou mais especificamente do processo realizado por meio da atividade humana sobre a natureza com a mediação dos instrumentos de produção integrantes do estado da técnica de cada época e lugar (conjunto que, por sua vez, representa trabalho intelectual anterior e acumulado), com, de outro lado, a idéia do estudo da produção e circulação de mercadoria e da acumulação de riqueza como relevante e viável na medida em que mercadoria e riqueza se traduzem em valor – seja como categoria geral de análise, ou sistema conceitual orientador das práticas baseadas na troca, ou aspecto imaterial da mercadoria e da riqueza – conclui-se que o valor decorre do trabalho, ou o trabalho tem como finalidade última a produção de valor. Esta é uma questão central da Economia Política: de que forma o trabalho – considerado como processo vivo de atuação das forças produtivas materiais e síntese conceitual da reunião de um sujeito e um objeto por intermédio de instrumentos e técnicas que revelam um saber geral – produz valor e como sua relação com o valor produzido transforma ele mesmo em um valor.

Em resumo, ao buscarem entender e explicar os processos de produção e circulação de mercadorias e acumulação de riqueza, os autores mencionados, assim como muitos outros que se inserem dentro do campo de estudo específico, contribuem para demonstrar o elo entre, de um lado, o pensamento econômico e os conceitos que o organizam, e de outro, as relações de produção e suas formas de organização em estágios históricos específicos marcados pelo progresso da técnica que determina as condições materiais de trabalho. Portanto, buscam a conexão entre as idéias que orientam as práticas adotadas e que servem a

determinados propósitos, e as condições materiais de produção de riqueza de cada época, com a finalidade de sistematizar conhecimento na forma de teoria que legitima essas práticas atribuindo caráter científico às idéias que as promovem e aos conceitos delas derivados. Neste sentido o conceito, ou conjunto de idéias que orienta as relações sociais que se baseiam na troca, e que ao mesmo tempo é elemento essencial da teoria econômica em geral e particularmente da teoria da Economia Política – se entendida como ciência que estuda a economia como parte dos processos sociais – trata do valor determinado para as coisas que são trocadas e para a riqueza acumulada com a prática da troca. O valor é pressuposto da troca, sem que se determine um valor para as coisas, as trocas não se realizam, ou vice-versa, até que a troca seja a base das relações sociais, o valor das coisas não é relevante. Desde que as relações sociais se baseiam na troca, o valor é o que dá conteúdo à mercadoria como tal, isto é, como objeto de troca o valor é uma propriedade intrínseca da mercadoria. Portanto, o valor se expressa materialmente como conteúdo econômico das mercadorias, e também moralmente, como algo que se preza, algo que desperta o interesse das pessoas. Deste segundo sentido, de caráter subjetivo, deriva a idéia de utilidade, de importância socialmente determinada, assim como do primeiro, de caráter objetivo, deriva a idéia de somar, de verbo ou ação que resulta em agregar, aumentar a quantidade ou melhorar a qualidade e conseqüentemente o conteúdo economicamente apreciável.

Assim, a fonte, as referências e as justificativas do valor que se determina para as coisas tem sido objeto de estudo da Economia Política. As mercadorias produzidas e a riqueza acumulada traduzem-se em valor, ou o valor que se dá às coisas determina as necessidades que precisam ser satisfeitas pelas mercadorias, ou por outras naturezas de produtos da atividade humana, e as perguntas que decorrem daí – o que se entende como valor, como o valor é produzido, quais as variáveis que atuam na sua produção, como se dá o processo histórico que transforma o valor na tradução econômica das coisas, das idéias e sentimentos, ou no aspecto imaterial da mercadoria e da riqueza – são questões a serem respondidas pela Economia Política. Dessa forma, conclui-se que a teoria do valor, é responsável pelo caráter científico da Economia Política porque amplia o foco de observação e análise dos aspectos empíricos materiais imediatos e específicos da produção e circulação de mercadorias e da acumulação de riqueza em cada época e lugar em particular para uma categoria geral da teoria

econômica, o valor, construída com base no pressuposto de que a sua produção é a finalidade última da atividade humana, genérica e fixa.

Como finalidade última da atividade humana, o valor pode ser entendido de forma genérica e fixa. Isto é, independentemente do método e da natureza do seu conteúdo, a produção de valor é a finalidade última da atividade social. Porém, a importância que um conceito assume na representação da realidade econômica, ou melhor, para a teoria econômica, e a elaboração do conceito de valor especificamente, ou do conteúdo material e imaterial do termo e do seu significado mudam conforme aplicado em uma ou outra teoria. Mudam também a metodologia de elaboração do conceito e as finalidades e propósitos das teorias que nele se fundamentam. Assim, o conceito constrói sua própria história e dirige o desenvolvimento do pensamento econômico que, por sua vez, promove a criação de teorias econômicas. Para os autores que adotam uma visão cumulativa, a história do pensamento econômico exibe um movimento progressivo em direção à compreensão cada vez mais avançada da realidade econômica, que, por sua vez, se apresenta crescentemente complexa; por isso, incorpora todas as contribuições teóricas prévias. As mudanças no conteúdo material e imaterial do conceito, ou as diferenças representadas pelas definições objetivas ou subjetivas do termo, não são obrigatoriamente excludentes, por isso, a visão cumulativa permite uma crescente abrangência do sistema conceitual usado para produzir modelos de análise que pretendem demonstrar a profundidade das transformações sociais em questão e de fornecer as ferramentas para o avanço da compreensão a este respeito. Contudo, a despeito da relevância da discussão se o desenvolvimento do conhecimento se baseia em critérios cumulativos, ou se as diversas teorias competem de forma a umas tornarem as outras inúteis ou inadequadas, antes de tudo vale esgotar a discussão sobre a importância que se dá a análise dos fundamentos conceituais da teoria. Neste sentido, importante lembrar sempre e aceitar como intransponível a impossibilidade de se chegar a uma definição exaustiva do conteúdo dos conceitos em geral.

Alessandro Roncaglia, em sua análise da história do pensamento econômico – *The Wealth of Ideas* (2006) – fala de Schumpeter como um dos mais ilustres representantes da metodologia cumulativa e da escola histórica do pensamento econômico. Ele explica que Schumpeter subdivide a pesquisa em economia em três estágios: o primeiro pré-analítico ou cognitivo que consiste na

localização do problema, um segundo de conceitualização quando se dá nome aos elementos do problema, se coloca cada um no seu devido lugar e se estabelece a relação entre todos eles dentro do sistema conceitual. O terceiro é de criação de modelos que têm como fundamento o sistema conceitual organizado a partir dos estágios anteriores. Nesse processo adota uma metodologia cumulativa, em busca de um sistema de conceitos que possa manter-se válido independentemente do conteúdo delimitado para utilização em cada modelo teórico. Para Roncaglia, o debate entre as diversas visões a respeito de abordagens cumulativas ou competitivas diz respeito acima de tudo à escolha do sistema conceitual a ser usado para representar a realidade econômica (Roncaglia, 2006, pág.11). Definindo-se o valor a partir de uma abordagem cumulativa, certamente o sistema conceitual apresenta conteúdo mais amplo, ou uma definição conceitual menos estreita do que aquelas que derivam das visões competitivas. A título de ilustração, podemos dizer que de acordo com este raciocínio e dentro dos objetivos delimitados para o presente estudo o sistema conceitual adotado nesta tese para representar a realidade econômica da sociedade do conhecimento é aquele que se constrói a partir da noção de trabalho imaterial desenvolvida no primeiro capítulo, uma noção ampla que não exclui outras formas de trabalho que prevaleciam anteriormente e das quais ela mesma decorre. Ao se deter mais detalhadamente na questão, podemos afirmar que o conceito de valor do trabalho imaterial é o núcleo do sistema conceitual a ser usado na representação da realidade econômica da sociedade do conhecimento. De acordo com a divisão de estágios de pesquisa econômica sugerida por Schumpeter, o segundo estágio, de conceitualização, se desenvolve (no que diz respeito ao quadro desenhado no primeiro capítulo) a partir das idéias a respeito do valor que o trabalho imaterial produz e o valor que promove seu desenvolvimento, tanto relativamente ao crescimento do número de pessoas dedicadas a atividades que se enquadram na definição de trabalho imaterial adotada, como ao incremento da complexidade da atividade humana nele envolvida, definindo-se o conceito de valor por meio de uma abordagem cumulativa, portanto, uma visão de longa duração que considera o conhecimento produzido e acumulado a respeito do próprio conceito.

Para Roncaglia a Economia Política diz respeito à investigação da sociedade, porém com características científicas porque segue certas regras metodológicas e considera um aspecto particular: o mecanismo de sobrevivência e

desenvolvimento baseado na divisão do trabalho. Portanto, tem problema e método próprios e específicos. Por tratar de problema específico e que diz respeito à investigação da sociedade, a Economia Política é uma ciência social com uma dimensão histórica crucial e a visão cumulativa promove a elaboração de um sistema conceitual amplo que poderá manter-se válido na representação da realidade em permanente transformação. Porém, vale ressaltar que a observação de Roncaglia sobre o caráter científico visa explorar outro aspecto dessa idéia, diferente daquele antes mencionado e que se justifica por ultrapassar, ao adotar o conceito de valor e definir sua importância como categoria geral da teoria econômica, as tendências imediatistas, particulares, estáticas e inadequadas às generalizações das análises focalizadas em números e estatísticas relativas à produção de mercadorias e da acumulação de riqueza em cada época e lugar específicos que derivam da metodologia das ciências empíricas. Roncaglia quer demonstrar como se dá esse processo de atribuição de caráter científico e quais as finalidades das teorias assim produzidas. Dessa forma, o autor afirma que a história do pensamento econômico desempenha um papel central na solução do conflito intrínseco da economia política entre a adoção de metodologia científica que se baseia no estudo dos fenômenos naturais, como fazem os economistas, e a noção de que o objeto de análise se insere em processo social que não pode ser analisado por meio de metodologia das ciências naturais cujos fenômenos se repetem sistematicamente em condições determináveis porque não são movidos pela vontade humana e pelas idéias a respeito de como as coisas devem ser. Portanto, conclui-se que estamos diante da seguinte equação: o estudo científico empírico do fenômeno econômico, inserido no processo histórico de transformação social contínua e cumulativa, e um sistema conceitual que deve servir para produzir teoria e modelos analíticos capazes de promover avanços na compreensão da realidade econômica e do pensamento econômico em um quadro de profunda transformação social. Em resumo, a equação é aquela que Roncaglia identifica como o principal problema da Economia Política, como campo de estudo, que é confrontar a realidade empírica da atividade econômica material, com o pensamento econômico elaborado com base em conceitos que têm sua própria história e autonomia de definição e desenvolvimento.

Em busca de suas origens, e ainda segundo Roncaglia a Economia Política nasceu da conjunção de dois temas mais amplos: um relacionado à moral e que

diz respeito às regras de conduta, e suas respectivas fontes, que o ser humano, especialmente os mercadores e soberanos, deveriam adotar no domínio das atividades econômicas; outro de natureza material relacionado à observação e explicação de como faz uma sociedade que se organiza com base na divisão do trabalho para manter o processo produtivo em movimento. Assim, de início se colocam em confronto um aspecto moral e outro material da atividade humana. O aspecto moral é metafísico e a regra que produz é autônoma, ou seja, encontra motivação em si mesma, portanto, tem função prescritiva. Por outro lado, a questão material quando analisada a partir de metodologia científica naturalista tem função descritiva e produz regras que resultam da observação de uma realidade econômica específica em busca de encontrar as repetições capazes de justificar certas generalizações. Daí conclui-se que a Economia Política nasce como uma ciência moral e como uma ciência da sociedade, o que significa dizer que nasce com um problema existencial que se resume no constante enfrentamento da moral da qual se deduz um dever ser ideal visando certos comportamentos, com um processo material cuja lei é formulada por um método indutivo e resulta da observação de uma determinada realidade social. São idéias de caráter normativo a respeito do valor econômico e espiritual das coisas e das leis que explicam sua produção ou prescrevem comportamentos com esta finalidade, contra a observação do que e como a sociedade faz para organizar os recursos materiais envolvidos no processo produtivo e para mantê-lo em funcionamento.

O grande avanço na Economia Política, segundo Roncaglia e outros autores que adotam uma abordagem histórica, se deu no século dezessete com uma mudança significativa no papel da troca na organização social. Até então, não se pode dizer que não houvesse um sistema de troca de bens por dinheiro, mas essa atividade não representava a grande parte da produção social, ou da produção necessária para manter e reproduzir a sociedade. Na medida em que se amplia o conceito de propriedade privada inserindo-se a idéia e efetiva possibilidade de disposição do bem e estendendo-o da terra ao resultado da produção da pequena manufatura; da mesma forma, ao se elaborar a aplicação do conceito tanto às coisas imóveis como às móveis, a economia familiar baseada na auto-suficiência vai sendo substituída pela economia de mercado, gerando obrigatoriamente um novo sistema de relações sociais e uma nova estrutura tecnológica de produção.

Por outro lado, podemos afirmar que o conceito se amplia quando as relações sociais estão prontas para se transformar e o conhecimento, ou o saber geral, está pronto para produzir as transformações tecnológicas necessárias para acompanhar este movimento. Na base deste raciocínio percebe-se que há uma discussão metodológica prévia a respeito da importância que se dá ao sistema conceitual utilizado para representar a realidade. A afirmação a respeito do conceito de propriedade e da extensão de sua aplicação baseia-se na possibilidade de um sistema conceitual ser responsável pela adoção de certas práticas, ou pela produção de certos efeitos materiais observáveis empiricamente. A este respeito discute-se se o sistema conceitual se constrói a partir de aspectos materiais e empíricos e generaliza as conclusões retiradas da observação de circunstâncias específicas, ou se tem fundamento moral e busca a realização de um dever ser ideal. De toda forma, aos poucos, com o novo sistema de relações sociais conectado com o avanço conceitual mencionado, os trabalhadores agrícolas e os artesãos deixam de ser donos dos meios de produção e, conseqüentemente, dos bens produzidos, transformando o trabalho autônomo em trabalho assalariado heterônomo. Portanto existe um nexo causal entre transformação das relações sociais e o avanço conceitual, restando estabelecer, conforme o aspecto do problema que se deseja discutir, qual a função que cada um desses elementos desempenha nesta conexão.

Vale observar que o autor em foco destaca a importância do evento que paralelamente ao avanço conceitual da Economia Política produz uma mudança material radical nos mecanismos de difusão de idéias: a introdução da máquina dos tipos móveis de Gutenberg que permitiu a impressão de textos idênticos em quantidade e rapidamente. O progresso tecnológico material provoca uma profunda transformação social ao estimular o hábito da leitura e do aprendizado pela via escrita, e a ampliação do acesso ao conhecimento acumulado, conseqüentemente à produção e difusão do conhecimento². Entende-se que Roncaglia ao mencionar este evento quer mostrar como a elaboração de idéias, a formulação de problemas e o desenvolvimento de um sistema conceitual podem

² Sobre a importância do invento de Gutenberg e outros inventos desenvolvidos no processo que fermenta e frutifica no Renascimento, nas artes e na ciência, volto a discutir mais detalhadamente no próximo capítulo, no âmbito da discussão sobre o regime de proteção aos direitos da propriedade intelectual.

atuar na transformação da realidade econômica vista como parte de um processo de transformação social. Sem dúvida, o desejo de ampliar o alcance da transmissão de idéias e conhecimento promove o desenvolvimento da técnica. Quando o objetivo é alcançado, a ampliação dos canais de difusão de conhecimento produz transformações materiais, que, por sua vez produzem efeitos na teoria disponível para explicar os processos sociais que vinham prevalecendo. Este é o processo através do qual se atribui caráter científico à teoria econômica, ou através do qual a teoria se moderniza deixando o campo da filosofia moral em busca da síntese do que se conhece a respeito da organização e da estrutura da sociedade que se baseia na divisão do trabalho e tem como finalidade a troca, com aquilo que se observa sobre as forças sociais que efetivamente atuam e determinam essa estrutura.

O aspecto moral da teoria econômica dominou o debate desde a antiguidade e ainda durante o período medieval. Roncaglia cita autores que alegam que a economia medieval consistia em um corpo de definições e preceitos designados para regular o comportamento cristão considerado correto na produção, consumo, distribuição e troca de bens. Portanto, em comparação com a Economia Política que se desenvolve a partir do século dezessete, que é o marco temporal adotado por ele para falar de mudança de rumo do pensamento econômico provocado pela substituição do dogma pela vontade humana, da dádiva divina pela capacidade de armazenar conhecimento, é possível afirmar que tanto o método como os objetivos da análise eram diferentes porque buscavam regras morais de conduta fundamentadas em dogmas ou argumentos metafísicos, justificados em Deus ou em si mesmos, e não a compreensão do funcionamento da economia como resultado de processos sociais materiais. Assim, por exemplo, é tratado o conceito de justo preço. A divisão do trabalho faz da troca uma atividade necessária e fundamental nas relações sociais. Daí deriva a necessidade de determinação dos termos ou condições em que a troca se realiza. Da mesma forma, da necessidade da troca, nasce a idéia de justo preço, que de acordo com os pensadores cristãos do período que antecede a transformação científica que está em discussão, é o preço que prevalece no mercado na ausência de fraude e de práticas monopolísticas. Posteriormente, este passa a ser o fundamento do conceito de competição perfeita usado nas teorias econômicas que se baseiam no equilíbrio. Contudo, o justo preço tem definição sustentada pelo dogma cristão e

não resulta da observação de práticas efetivas de fraude e monopólios que poderiam determinar preços injustos. Daí conclui-se que a idéia de preço justo, posteriormente entendido como preço de mercado, tinha uma função normativa muito mais do que descritiva, ou melhor, apóia-se em um conceito de valor dogmático e prescritivo ao invés de resultar da observação da realidade empírica relacionada com as dificuldades de produção e de circulação e com os desejos e necessidades humanas. Diz-se que a função era normativa justamente porque naquele momento, anterior ao avanço científico localizado no século dezessete, o mercado competitivo era a exceção, acessível a um grupo restrito de participantes. “O processo de transição para a teoria moderna foi longo e implicou em mudanças radicais na cultura prevalecente, incluindo-se a transferência do problema da economia do campo da ética para aquele do pensamento científico.” (Alessandro Roncaglia, 2006, pág.40).

Ainda no campo da importância do sistema conceitual na representação da realidade e na construção da teoria econômica, e sua capacidade de promover certos comportamentos legitimados pelo fato de seus fundamentos se encontrarem na moral e promoverem regras de conduta que visam um dever ser ideal, vale comentar Max Weber e o que ele diz a respeito do efeito da reforma protestante para a economia, para as relações sociais do capitalismo e para o pensamento econômico da época. Para Weber a moral protestante é fundamental para o nascimento do capitalismo uma vez que reconhece a legitimidade de ações que visam à acumulação e o enriquecimento individual. Conforme mostram Peter Baehr e Gordon C. Wells, (2002)³ na introdução à edição que contém *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* e outros escritos de Max Weber sobre o tema, embora ele reconhecesse que havia discriminação contra os católicos na Alemanha, estava convencido de que sua distribuição desigual na camada mais alta da vida econômica devia-se principalmente às suas orientações culturais legadas pelo catolicismo. Em outras palavras, Weber estava convencido de que os protestantes eram bem sucedidos não somente por conta de sua preponderância histórica nas cidades alemãs, mas especialmente porque o ambiente comunitário e o doméstico haviam promovido uma mentalidade particular bem apropriada aos

³ A edição acima comentada foi publicada por Penguin Books em 2002, com o título *A Ética Protestante e o “Espírito” Capitalista e outros escritos*, de Max Weber, com seleção, tradução e introdução de Peter Baehr e Gordon C. Wells.

homens de negócio e ao aprimoramento profissional. Portanto, segundo o raciocínio de Roncaglia acima comentado, o sistema conceitual produzido pela moral protestante teria gerado uma transformação social material, bem como uma transformação teórica, na medida em que legitima e promove a acumulação individual.

Segundo afirmam os autores da introdução da edição citada, dada sua história pessoal Weber se identificava com o puritanismo e sua concepção de “um novo tipo de homem... inteiramente dependente de si mesmo, em terrível solidão e privado de todos os poderes mágicos de salvação. Nenhuma igreja, nenhum pregador, nenhum sacramento podem ajudá-lo na questão decisiva de sua vida”.⁴ Baehr e Wells afirmam que Weber, embora citado como teórico da racionalidade, repetidamente indicou que do ponto de vista da conduta individual, a história é profundamente irracional, considerando que entre a ação do homem e sua consequência existe um lapso imprevisível. A visão trágica de Weber se revelava na constatação de que as pessoas só podem saber o que pretendem fazer, mas nunca o que vão realmente fazer, e ainda assim, mesmo dentro desses limites o seu auto-conhecimento é bastante precário. Seguindo este raciocínio Weber chega à inevitabilidade do caminho a ser trilhado entre a elaboração do que se pretende fazer e o que de fato acontece na realidade e sempre se afasta, ou mesmo se opõe, do pretendido inicialmente. Assim, Weber mostra que o caminho trilhado pelo capitalismo animado pelos propósitos morais dos protestantes radicais durou apenas um curto período de tempo. Rapidamente a vontade e a responsabilidade individuais de produzir e acumular, movidas pela moral e a ética protestantes, se transformam em individualismo e os propósitos puritanos de sacrifício individual em prol da acumulação e do crescimento são substituídos pela visão fatalística da inevitabilidade da constante expansão do processo de acumulação e do individualismo, independentemente de qualquer estímulo moral e justificada pela natureza humana, e pelo liberalismo *laissez faire* legitimado como o meio ótimo de se produzir o melhor dos mundos.

Da mesma forma que Roncaglia quer mostrar o processo através do qual a teoria se modernizou e a compreensão dos processos produtivos passou a ter

⁴ Na edição de que trata a nota nº 3, a frase acima reproduzida faz referência à biografia de Marianne Weber, ou seja, os autores da tradução e da introdução, e organizadores da edição, informam que a frase atribuída a Weber foi retirada da biografia escrita por sua esposa.

caráter científico no lugar de dogmático, Baehr e Wells afirmam que no texto comentado Weber busca documentar como o espírito capitalista, a mentalidade ou filosofia, ou princípios morais que promovem seu desenvolvimento, passaram a fazer parte da vida da sociedade. É certo que tanto o quadro tradicional quanto o universo criado pelo espírito do capitalismo que Weber desenha com esta finalidade se baseiam em tipos ideais, em modelos de análise artificiais, mas que, no entanto, permitem encontrar padrões de comportamento nas ações variáveis e inconstantes das pessoas. Por outro lado, vale observar que Weber imprime uma força de ruptura nesse novo espírito que promove uma visão renovada da atividade econômica. Trata-se de uma ruptura histórica e, ao mesmo tempo epistemológica já que produz uma nova compreensão do problema da economia inserida na vida da sociedade e com desdobramentos políticos, bem como mudanças no conteúdo do sistema conceitual e da sua importância para a teoria que explica a realidade econômica embalada pelo espírito protestante. O espírito protestante representa a negação das atitudes tradicionais pré-capitalistas em relação ao trabalho entendido então como um mal necessário para dar continuidade ao ciclo de produção e consumo sem fim, que não se modifica jamais e devolve o homem sempre ao seu estado anterior, inexistindo, portanto, a idéia de progresso e conhecimento a respeito da experiência de acumulação. Dessa forma, o trabalho não tem valor e cessa na medida exata da satisfação das necessidades de subsistência, portanto, não liberta, não realiza, não projeta o futuro, não soluciona problemas, não abre caminho para a novidade, não soma e nem agrega. Por isso, os desejos particulares e a vontade de se aperfeiçoar não têm relação com o trabalho, ou qualquer ação individual. A realização e o crescimento individual se dão sem conexão com o trabalho e por dádiva divina, ou por força do destino, ao invés de conquista pessoal. Em contraste com esta atitude tradicional Weber desenha o empreendedor capitalista e seu universo no qual o trabalho deixa de ser um mal necessário do qual o trabalhador se livra o mais rapidamente possível. O trabalho passa a ter valor moral e conseqüentemente o conteúdo do conceito de valor passa a ser avaliado por seus aspectos morais e materiais. O novo espírito da atividade econômica é movido pela busca da inovação, pelos imperativos da produtividade, pela necessidade de prever e assumir os riscos, pelas transformações metodológicas que mudam a atuação do tempo e do espaço como variáveis independentes na análise dos problemas da

produção e da circulação dos bens. O novo espírito produz um ambiente onde o trabalho passa a ser mais importante que o trabalhador e o empreendimento mais importante que o empreendedor.

A metodologia de criação de tipos ideais para explicar o fenômeno do início da acumulação capitalista e a ruptura com a visão tradicional da economia foi muito criticada, na medida em que tais tipos ideais não existem, são meras ficções, e ainda é criticada até hoje, garantindo, assim, importância e visibilidade sempre atual à obra de Weber. Um de seus críticos é Joseph Schumpeter, para quem, da mesma forma que para aqueles autores que adotam uma visão cumulativa, não existe um espírito puramente tradicional que promove a atividade econômica e a organização social feudal e outro que seja puramente moderno e capitalista. Sendo assim, os tipos ideais são artificiais e estáticos e por isso não colaboram para o aprofundamento do conhecimento a respeito da dinâmica da realidade econômica. Para Schumpeter, antes de tudo o que se transforma é o sistema conceitual, mas não através de ruptura, e sim gradativamente, quando os germes da modernização estão presentes e prontos a atuar na estrutura de organização tradicional, que, por sua vez, está pronta e disposta a ser contaminada por estes germes. A transformação do sistema conceitual diz respeito a uma nova visão do problema ou questão a ser explicada, à delimitação de novos elementos e definição de seus respectivos papéis na questão em análise. No entanto, independentemente das críticas, os escritos de Max Weber fornecem pistas para a incorporação de uma variável não material – as idéias e sua expressão através de conceitos. Portanto, fornecem pistas para que seja revelado o elo entre as transformações materiais e as idéias que habitam o ambiente no qual essas transformações se desenrolam. Assim, promove o desenvolvimento de explicações multi-causais, ou seja, explicações que relacionam diversos mecanismos causais sejam eles integrados por fatores materiais ou imateriais, como as idéias e os conceitos por ela produzidos.

As explicações multi-causais promovidas pela abordagem e metodologia adotadas por Weber fornecem ferramentas para o desenvolvimento da sociologia histórica. Apesar de Weber mostrar o efeito produzido pela difusão da ética protestante como uma ruptura na forma de compreender e organizar a atividade econômica, a sociologia histórica aparece aqui identificada com as idéias e com a natureza dos questionamentos elaborados pela Escola Histórica do pensamento

econômico cuja metodologia é cumulativa e da qual se deduz uma interpretação da história que fornece os elementos constitutivos do sistema conceitual a partir do qual se faz uma representação da realidade econômica como parte da vida da sociedade⁵. Conforme se lê no *website História do Pensamento Econômico* – <http://cepa.newschool.edu/het> – os princípios metodológicos da Escola Histórica germânica acompanham o pensamento de Hegel e aceitam a idéia de sistema teóricos universais ao considerar o comportamento econômico e, portanto, as leis da economia, como derivadas das contingências determinadas pelo contexto histórico, social e institucional. Para estabelecer leis econômicas a partir das contingências determinadas pelo contexto considerado através de uma lente de amplo alcance o método teria de ser, inevitavelmente, multi-disciplinar. Os primeiros representantes da Escola Histórica defendem a necessidade de observar a vida econômica com olho de historiador e sociólogo, além de economista. Mais do que isso, o primeiro objetivo deve ser essencialmente o de ordenar, através da história, todos os aspectos da economia visando à compreensão da relação entre a organização social e econômica da sociedade. Como resultado, boa parte do trabalho inaugural da escola se apóia nos estágios de organização econômica que se desenvolvem ao longo da história. Posteriormente a Escola Histórica alega que a economia é uma disciplina essencialmente normativa e, portanto, deve se ocupar da elaboração de ferramentas para os homens públicos que desenham políticas e para os homens de negócios. Na visão dos autores da segunda fase da escola, a história fornece a ilustração das contingências específicas do contexto em que se passa e, dessa forma, assume uma dimensão crucial na conexão entre a função normativa da economia e os casos concretos e particulares.

De acordo com a definição de John M. Hobson, no artigo de introdução à coletânea intitulada *Historical Sociology of International Relations* (2002), a sociologia histórica, “ou o que podemos chamar de sociologia do mundo”, assume uma abordagem crítica que evita tratar o presente como uma entidade autônoma fora da história, e insiste em encaixá-lo dentro de um contexto sócio-temporal

⁵ Segundo o artigo de John M. Hobson apresentado como introdução do livro *Historical Sociology of International Relation*, organizado por Stephen Hobden e John M. Hobson, Cambridge University Press, 2002, a sociologia histórica, desde o fim da década de 1970 vem se movendo em direção às relações internacionais. Para Hobson esta tendência está no ar na obra de Wallerstein e Tilly e talvez estivesse esperando a oportunidade de se realizar desde Max Weber, ou da interpretação dada à sua obra.

específico (Hobden e Hobson, 2002, pág.13). Neste livro, os organizadores selecionam representantes das mais diversas abordagens teóricas que compõem o quadro delimitado como sociologia histórica e analisam suas respectivas contribuições para a teoria de relações internacionais que assumem ser ahistórica e estática e por isso assumem também ser incapaz de fornecer ferramentas para a compreensão dos processos de mudança na realidade observada, muito menos para se estabelecer uma conexão entre as mudanças sociais e as mudanças no sistema internacional. Uma das perspectivas teóricas da sociologia histórica discutidas na coletânea é a neo-weberiana, que, por sua vez, tem duas correntes, ou movimentos, um neo-realista e reducionista, que os autores criticam por acabar se mostrando ahistórica e incapaz de vencer os obstáculos e defeitos identificados na teoria de relações internacionais, e um segundo que adota posição crítica privilegiando interpretações históricas e concepções socialmente determinadas de agência humana. Um dos artigos do livro mencionado, de Christian Réus-Smit, alega que os autores chamados neo-weberianos não se livram do racionalismo e do materialismo que prejudicam o desenvolvimento de uma sociologia histórica sólida do ponto de vista heurístico (Christian Réus-Smit *in* Hobden e Hobson, 2002, pág. 121). Fazendo um paralelo com a análise dos problemas teóricos da Economia Política comentados acima, trata-se de um materialismo que prejudica o desenvolvimento de um sistema conceitual amplo capaz de fazer uma representação da realidade econômica como parte integrante de um contexto social complexo e em profunda transformação.

Apesar do compromisso assumido com a “multi-causalidade os autores neo-weberianos acabam privilegiando as forças do capitalismo, do industrialismo e a competição militar acima dos fatores imateriais como a cultura, identidade, ideais e valores” (Christian Réus-Smit *in* Hobden e Hobson, 2002, pág. 121). Réus-Smit não nega a importância das forças materiais na história, mas pretende desenvolver um argumento em favor do materialismo integrado à contingência cultural, portanto, decorrente de forças imateriais. Ele reconhece a contribuição da obra de Max Weber para a incorporação de variáveis imateriais, como as idéias, e considera sua definição de Estado uma das mais importantes contribuições desse gênero. Apesar da leitura amplamente dada à definição privilegiar o sentido estritamente material nela contida, não resta dúvida que para Weber a legitimidade é um elemento essencial. Weber considera o aspecto subjetivo, ou

seja, pensa o processo através do qual o Estado é aceito como a única fonte do direito de usar a violência, atribuindo, dessa forma importância central às crenças, ou aspectos imateriais subjetivos que atuam como força promotora de certos comportamentos. Dessa forma, aperfeiçoa a qualidade de multi-causalidade atribuída à sua metodologia, sendo certo que são centrais tanto o consentimento, como a coerção, tanto o suporte moral do Estado, como sua força material para fazer valer sua autoridade (Christian Réus-Smit *in* Hobden e Hobson, 2002, pág. 124).

Voltando para a discussão centrada no pensamento econômico, ou no problema existencial da Economia Política, vale comentar que em *Capitalism, socialism and democracy* (1950)⁶ Schumpeter discute a importância das idéias e valores para Marx e reconhece que se para ele não eram as principais forças motivadoras do processo social, também não eram simples fumaça. Schumpeter afirma que para Marx as idéias desempenhavam – da mesma forma que vem sendo demonstrado nesta seção – a função de elo transmissor no motor ou mecanismo social (Schumpeter, 1950, pág.11). Afirma também que um segundo erro na interpretação da teoria de Marx refere-se à idéia de que uma perspectiva econômica da história adota uma abordagem exclusivamente materialista. Na verdade, trata-se de considerar o processo histórico através da lente da ciência empírica, o que não significa descartar a atuação das idéias e valores na sua função de elo transmissor. Neste sentido, afirma que são duas as proposições básicas da teoria de Marx: as condições de produção são variáveis determinantes das estruturas sociais que, por sua vez, determinam atitudes e ações. Ainda que Marx não tenha elaborado uma proposição com este enunciado, a idéia nela contida deriva da sua afirmação de que o moinho manual cria a sociedade feudal enquanto que o moinho a vapor cria a sociedade capitalista. No mesmo sentido muitos apontam a máquina dos tipos móveis como uma das forças promotoras da sociedade moderna, e da difusão do pensamento econômico do qual deriva a teoria moderna da Economia Política à qual Roncaglia se refere. O processo de modernização da teoria, ou de atribuição de caráter científico a este determinado

⁶ A edição aqui comentada é de 1950, publicada por George Allen & Unwill Ltda, Londres. Nessa edição encontra-se informação de que a primeira edição desta obra *Capitalism, socialism and democracy* de Joseph Schumpeter foi publicada em 1943. No livro de Alessandro Roncaglia, no trecho em que analisa a obra afirma ter sido publicada em 1942 (Roncaglia, 2006, pág. 428).

ramo de investigação da sociedade, representa a busca da síntese dos elementos morais e materiais contidos no elo que se estabelece entre idéias, crenças e conceitos de um lado e práticas e ações de outro. O elo aqui referido se mostra através das representações da realidade fornecidas por um sistema conceitual largo, que contém elementos morais e materiais e funciona como transmissor no motor ou mecanismo social.

A respeito de Schumpeter, Roncaglia afirma que os objetivos que ele propõe para a ciência da economia continuam válidos, e o principal deles é elaborar uma teoria da mudança social a partir de fundamentos teóricos sólidos. Suas idéias implicam desdobramentos políticos ambíguos. De um lado, a idéia de que os empreendedores e os banqueiros são os atores que promovem o processo de desenvolvimento sujeito a crises entendidas como um mal necessário para estimular a vitalidade e a criatividade do capitalismo, um sistema que em tudo difere do socialismo. De outro lado, a visão da decadência do capitalismo como um resultado inevitável de um processo dinâmico endógeno à economia e à sociedade parece alinhar Schumpeter com Marx, contra a teoria prevalecente do equilíbrio (Roncaglia, 2006, pág. 416). Ou seja, de um lado critica intervenções que visem minimizar os efeitos das crises cíclicas, pregando sua função de estímulo à criatividade, empreendedorismo na superação, e de outro, aceita que o movimento expansivo inevitável traz consigo a semente da própria destruição. No entanto, é preciso observar que para Marx esse processo de destruição representa o triunfo do comunismo, enquanto para Schumpeter representa o avanço em direção à decadência da sociedade (Roncaglia, 2006, pág. 428).

Apesar das críticas que faz a Max Weber por adotar tipos ideais como elementos fundamentais de sua análise, Schumpeter adota uma visão weberiana do capitalismo como um processo amplamente abrangente de racionalização que afeta não somente a atividade produtiva como a cultura. Conforme diz Roncaglia, é possível perceber na obra de Schumpeter um paralelo entre sua teoria do desenvolvimento, a figura do empreendedor-inovador, e o economista que contribui para o progresso da sua ciência. Para Roncaglia, o argumento mais importante de Schumpeter se apresenta na conexão que estabelece entre o processo de desenvolvimento econômico e a destruição dos fundamentos políticos sociais que o capitalismo provoca. A transformação econômica e social vem acompanhada de mudança, com a mesma intensidade, na cultura e nas ideologias

(Roncaglia, 2006, pág. 430). Em seu livro acima mencionado, Schumpeter afirma que a análise empírica, seja econômica ou outra, nunca produz mais do que um relatório ou uma declaração sobre tendências presentes em um padrão observável. Esse relatório permite prever, no máximo, o que deverá acontecer se o padrão observado continuar a atuar da mesma forma que atuou durante o período observado e se nenhum outro fator se intrometer. Dessa forma, o significado dos termos inevitabilidade e necessidade nunca podem ir além do que impõe essa restrição (Schumpeter, 1950, pág. 61).

Mas isso não significa dizer que não dê importância à análise do padrão observado à luz da teoria que se fundamenta em um sistema conceitual desenvolvido para representar a realidade. Para ele o trabalho analítico não pode se basear em tipos ideais artificiais e nem consiste em elaborar somente teoremas formais, mas também um aparato conceitual capaz de fazer uma representação da realidade, sendo certo que a parte mais importante é a última. Portanto, conclui-se que para ele vale observar a realidade e fazer uma representação da mesma a partir de um sistema conceitual amplo e consistente, desenvolvido por meio de uma metodologia cumulativa que leva em conta a história do próprio conceito central e que resulta em avanço teórico em direção à compreensão da realidade econômica como parte de uma realidade social cada vez mais complexa. Posteriormente, em obra póstuma publicada em 1954, *History of Economic Analysis*, Schumpeter busca um duplo objetivo: uma história da análise econômica, entendida no sentido tradicional como uma ilustração do caminho seguido pelo questionamento ou pesquisa econômica e uma teoria da história que fornece a interpretação desse caminho ou processo (Roncaglia, 2006, pág. 431). A pesquisa econômica ele diz que se faz em três estágios, conforme comentado acima, portanto, constrói a história a partir dos problemas delimitados e dos sistemas conceituais e modelos de análise elaborados para lidar com eles e a teoria que ele busca deverá fornecer as ferramentas para a interpretação da narrativa resultante da história assim construída. A narrativa e a sua interpretação são acumuladas na forma de teoria, representando assim um acréscimo no conhecimento a respeito da atividade econômica e a vida da sociedade.

Segundo Thomas K. McGraw⁷, Schumpeter apresenta uma abordagem única da teoria social, que expressa uma visão nova do capitalismo e da estrutura de classes. Suas conclusões ampliaram o debate da época entre economistas e sociólogos, uma vez que integra as duas disciplinas em uma economia social que elucida o caráter fundamental do capitalismo. Numa tentativa de seguir sua metodologia, diríamos que o problema que ele delimita para desenhar seu próprio programa de pesquisa econômica é o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista, e estabelece como elementos principais a inovação e o empreendedorismo. Faz parte do empreendedorismo, pensar e elaborar estratégias e compreender os ciclos de negócios⁸, assim como não se separa da inovação e da compreensão das forças que a motivam e dos efeitos provocados por ela sobre os recursos materiais e sobre a teoria, o processo de destruição criativa – um padrão observado na realidade empírica e que tende a se repetir ciclicamente. Conforme observado acima, alguns consideram que sua grande contribuição consiste na conexão que estabelece entre o desenvolvimento econômico e a destruição dos fundamentos políticos sociais provocados pelo capitalismo. Esse processo é percebido e sistematizado pelo autor como destruição criativa, termo cunhado por ele e adotado por outros autores na análise do capitalismo e seu movimento de avanço e expansão. McGraw afirma que Schumpeter sabia que a destruição criativa forja crescimento econômico, mas também desestabiliza e enfraquece valores humanos muito caros e sempre levados a sério. Ele sabia que a pobreza se transforma em miséria e que a prosperidade não garante a paz de espírito e a felicidade (McGraw, 2007, pág. 6)⁹. Por outro lado, aplicando-se o que diz Roncaglia sobre a dupla intenção de Schumpeter com sua história da análise

⁷ A biografia de Schumpeter de autoria de Thomas K. McGraw, publicada em 2007 por Harvard University Press, com o título *Prophet of Innovation, Joseph Schumpeter and Creative Destruction*, fornece bom material de referência e discussão a respeito de sua obra. McGraw opta por ilustrar a história da vida a partir de breve análise da sua obra e atividade acadêmica apresentada cronologicamente e privilegiando os aspectos que permitem traçar um perfil do homem e, ao mesmo tempo entender como ele desenvolve sua obra buscando produzir conhecimento a respeito da atividade produtiva, mas, principalmente, para inserir a ciência da economia no campo de investigação da sociedade.

⁸ Em 1939 Schumpeter publicou um longo tratado, considerado como um dos seus trabalhos de menor sucesso, com o título *Business Cycles*. De acordo com a biografia de McGraw comentada, “[n]as poderosas seções narrativas, *Business Cycles* profetizou o surgimento de uma história moderna e rigorosa de negócios – uma nova sub-disciplina acadêmica” (McGraw, 2007, pág.251).

⁹ A afirmação do biógrafo se baseia em dados coletados em outro livro, e não diretamente na leitura da obra do próprio Schumpeter. O trecho mencionado faz referência ao livro *Schumpeter to Galbraith*, October 28, 1948, in Hedtke and Swedberg, eds., Briefe, p. 366.

econômica, o conceito de destruição criativa fornece a interpretação da narrativa criada pelos questionamentos a respeito do processo de destruição inevitável dos fundamentos políticos sociais provocados pelo capitalismo.

J. B. Bury afirma que os países civilizados da Europa “gastaram cerca de trezentos anos para passar da atmosfera mental da Idade Média para a atmosfera mental do mundo moderno”. Esses séculos formam um período visivelmente progressivo da história. Nesse processo, dois resultados podem ser observados: a restauração da confiança na razão humana e o valor reconhecido para a vida terrena, livre de esperança e de temor de uma vida além túmulo. Relativamente à história como ilustração dos questionamentos formulados a cada tempo e circunstância, Bury divide em duas fases, a primeira que serviu para “reabilitar o homem natural, para alegar que ele deveria ser o piloto de seu próprio curso, para garantir sua liberdade nos campos da arte e da literatura”, e a segunda que serviu para “completar a emancipação na esfera do pensamento filosófico” (J. B. Bury, 1932, pág. 34). O pensamento filosófico a que se refere é promotor de mudanças e dos respectivos questionamentos elaborados a respeito, portanto, é o verdadeiro promotor da história e de sua interpretação. Neste sentido, ele aponta Francis Bacon como um dos precursores de uma nova ordem de pensamento ao desenhar um programa definitivo para a renovação do conhecimento. Bacon tinha uma consciência mais clara do que outros autores contemporâneos sobre a necessidade de romper com o passado e estabelecer um ponto de partida completamente novo. Para Bury, Francis Bacon mudou o conceito de valor do conhecimento e do acréscimo e acúmulo constante de conhecimento a respeito da atividade humana. Ele introduz assim a idéia de utilidade do conhecimento, ou melhor, a idéia de que a finalidade última da produção de conhecimento é a utilidade. O princípio central do pensamento de Bacon se resume na idéia de que o propósito correto do conhecimento é a melhoria da vida humana, o incremento da felicidade dos homens para mitigar seus sofrimentos. Para ele o objetivo das ciências é doar à vida humana invenções e a riqueza que elas são capazes de produzir. Incrementar o conhecimento é o mesmo que estender o domínio do homem sobre a natureza e, assim, aumentar seu conforto e felicidade, na medida em que ambos dependam de circunstâncias externas (Bury, 1932, pág. 54).

Nesse sentido voltamos ao ponto abordado anteriormente a respeito das idéias, e conceitos delas decorrentes, como força promotora da história, como

elementos fundamentais na elaboração dos questionamentos a respeito da realidade observável e no fornecimento de ferramentas teóricas capazes de produzir uma interpretação da narrativa que fornece o elo entre tais questionamentos. Como lidar com a história dos questionamentos a respeito da realidade e com a teoria que fornece a sua interpretação diante das transformações sociais radicais discutidas no primeiro capítulo? Da mesma forma que Francis Bacon rompe com o passado e assim movimenta a história – que Bury diz ter levado cerca de três séculos para se realizar e que diz respeito à passagem para o estado mental que caracteriza a modernidade – a partir de um novo conceito de valor do conhecimento e do valor que se dá ao constante acréscimo de conhecimento da atividade humana, pergunta-se como se movimenta a história que trata dos questionamentos que surgem depois que devido ao valor atribuído ao acúmulo de conhecimento este se torna o elemento central da atividade produtiva, se confundindo com o próprio conceito de valor entendido como categoria geral de análise da teoria econômica que pressupõe que a sua produção é a finalidade última da atividade humana, genérica e fixa. Como se movimenta a história e qual a teoria que fornece a sua interpretação quando a questão que se apresenta para análise é a subsunção, e não a substituição, do conceito de valor na infinita capacidade de produzir e catalogar conhecimento ao ponto de gerar uma transformação social radical, conforme foi mostrado no primeiro capítulo?

Se, primeiramente, de acordo com o pensamento moderno a finalidade última da atividade humana, genérica e fixa, é a produção de valor, e se o problema da Economia Política é explicar o seu conteúdo, sua produção, os propósitos a que serve e fornecer modelos de análise capazes de dar conta da realidade econômica social, independentemente das condições morais e materiais de um quadro particular; e, em seguida, se de fato vivemos uma transformação social radical ao ponto de se mostrar como o prenúncio de uma nova transformação como aquela que Bury diz ter sido proporcionada por Francis Bacon ao romper com o estado mental anterior, vale se ocupar com a busca de uma história que possa ilustrar os questionamentos a respeito da produção de valor, como finalidade última genérica e fixa da atividade humana conforme tem sido desde a passagem para a modernidade, ou desde que as idéias e os conceitos elaborados a partir delas e dos padrões observados na realidade passam a ser vistos como elo transmissor no motor ou mecanismo social. Por isso, em seguida,

inicia-se uma nova seção, em que será apresentada uma breve história da teoria do valor, ou, uma breve tentativa de ilustrar os questionamentos elaborados ao longo da modernidade, a respeito da atividade produtiva, sua organização, sua finalidade última, em busca de tirar dessa história o fio que conecta as idéias e conceitos de um lado, e as práticas do outro e que atua, entre outros, como mecanismo causal de uma transformação social. Por meio de uma visão cumulativa se deduz uma interpretação da história apta a fornecer os elementos necessários para ampliar o sistema conceitual a ser usado na representação da realidade transformada, ou capaz de demonstrar a necessidade de romper com o estado mental que vem prevalecendo, ou, em outras palavras, com o sistema conceitual adotado na Economia Política, em suas diferentes abordagens, perspectivas e finalidades teóricas.

2. As diversas perspectivas da teoria do valor na história do pensamento econômico

A partir da mudança da atmosfera mental à qual Bury se refere, conforme foi discutido na seção anterior, ou desde a Renascença de Francis Bacon que em torno de 1605¹⁰ publicou um no qual pregava a importância do conhecimento e o uso da ciência na produção de bens manufaturados e de lucro, a atividade humana produtiva e a produção de valor são objeto de questionamentos que promovem o desenvolvimento do saber a respeito do funcionamento da economia. A convicção fundamental de Bacon de que a sociedade baseada na manufatura tem qualidades

¹⁰ Francis Bacon dedica ao Rei a obra publicada originalmente com o título "The tvvoo bookes of Francis Bacon, of the proficiencie and aduancement of learning, diuine and humane. To the King. At London: Printed for Henrie Tomes [...] 1605". Esta informação está publicada em <http://www.luminarium.org/sevenlit/bacon/bib.php>. Bacon escreveu também uma coleção de pequenos ensaios. Um deles é sobre a inovação "Of Innovations" do qual reproduzimos a seguir um pequeno trecho: "Surely every medicine is an innovation; and he that will not apply new remedies, must expect new evils; for time is the greatest innovator; and if time of course alter things to the worse, and wisdom and counsel shall not alter them to the better, what shall be the end? It is true, that what is settled by custom, though it be not good, yet at least it is fit; and those things which have long gone together, are, as it were, confederate within themselves; whereas new things piece not so well; but though they help by their utility, yet they trouble by their inconformity. Besides, they are like strangers; more admired, and less favored. All this is true, if time stood still; which contrariwise moveth so round, that a froward retention of custom, is as turbulent a thing as an innovation; and they that reverence too much old times, are but a scorn to the new." (The Essays or Counsels, Civil and Moral, of Francis Bacon, first published in 1597, newly written in 1625. <http://darkwing.uoregon.edu/~rbear/bacon.html>)

diferentes e superiores do que as sociedade que não tem uma base manufatureira, é um aspecto essencial da economia que surge a partir de então. Mais tarde, em meados do século dezessete, o problema da organização das sociedades determinada pela divisão do trabalho e das motivações que promovem as ações humanas visando à produção de valor, assim como seus resultados desejados e involuntários, passam a ocupar o centro do debate cujo núcleo é a interseção entre economia, política e a ciência moral. A Economia Política como campo de estudo com problema e método específicos se ocupa em explicar cientificamente a produção e difusão de bens e a acumulação de riqueza, promovida por forças diversas, ou em última instância o valor como finalidade última da atividade humana, genérica e fixa. A cada época importa saber quais as forças promotoras do valor contido, ou representado, nas mercadorias e na riqueza acumulada e quais os objetivos, métodos e meios de produção do valor. As questões suscitadas, bem como suas respostas fornecem os elementos da história do conceito de valor, ou conforme foi discutido na seção anterior, perguntas e respostas sobre a organização social no que se refere à atividade produtiva e às necessidades e desejos dos homens permitem desenvolver o sistema conceitual utilizado, nas suas várias versões, para representar a realidade econômica como parte do processo social em sentido amplo.

Fernand Braudel, historiador da economia, diz que “de todas as abordagens do espaço, a econômica é a mais fácil de situar e a de maior amplitude”. Para ele a economia dá o “ritmo do tempo material do mundo e todas as outras realidades sociais, cúmplices ou hostis, intervêm incessantemente no seu funcionamento” (Braudel, 1996, pág.12), ao mesmo tempo em que são influenciadas por ela. Quando define o termo economia-mundo, o autor alega ser um fragmento economicamente autônomo, capaz de bastar a si próprio e que engloba tudo o que é posto em movimento pela vida das trocas. Trata-se de uma visão espacial desenhada através de uma lente grande angular que observa e capta imagens dentro de um quadro largo e com a finalidade de dar a impressão de movimento quando exibidas. De acordo com a metodologia cumulativa proposta na primeira seção podemos sugerir que a observação da seqüência de imagens criada por Braudel fornece uma interpretação da história que, por sua vez, define o conteúdo do sistema conceitual a ser usado na representação da realidade econômica elaborada com a finalidade de avançar no conhecimento científico a

respeito da atividade humana produtiva em sentido amplo, portanto, no campo da investigação da sociedade. Para ele, os limites da economia-mundo costumam ser facilmente detectáveis porque a mudança de seus contornos se dá de forma muito lenta, ou seja, a imagem que se vê dá a impressão de ter sido captada em câmera lenta. Uma das suas características é se desenvolver em torno de um centro, mais rico, a partir do qual a soma de economias particulares se organiza de forma hierarquizada. Esse centro é representado por um pólo urbano, uma cidade para qual afluem informações, mercadorias, capital, homens, conhecimento e na qual quem dita regras são os grandes comerciantes (Braudel, 1996).

No século quinze, Veneza é o centro da economia-mundo que se forma no Mediterrâneo. Lá surgem os primeiros privilégios de exclusividade concedidos pelo soberano, no uso da sua prerrogativa de autoridade, relativamente à invenção e utilização de máquinas, inovações tecnológicas capazes de fomentar a atividade produtiva e, assim, fortalecer a sua posição de centro de uma economia-mundo, ou seja, as primeiras intervenções da autoridade política sobre a produção intelectual com a finalidade de produzir determinados resultados na economia. Lentamente o centro se desloca e ao longo desse processo percebe-se que o centro da economia-mundo não se forma e nem se desloca em resposta unicamente à ação do poder bélico e não está condicionado à existência de poder político centralizado. Ao mesmo tempo, nos movimentos que Braudel filma o centro urbano que ocupa posição de hegemonia numa economia-mundo não pressupõe obrigatoriamente a existência de um mercado interno, de uma economia nacional que justifique a sua superioridade ou que explique porque aquela cidade ocupa aquela posição. Os movimentos de deslocamento dos centros independem ou acontecem mesmo antes de existir o Estado nacional com poder centralizado, no entanto, não estão dissociados e isolados das transformações sociais, culturais e políticas. Ao contrário, estão diretamente ligados a essas transformações. Desde que sejam observados com a finalidade de estabelecer relações de causalidade tais movimentos podem ser enxergados como mecanismos causais das transformações sociais, culturais e políticas. As relações de causalidade não se limitam ao nexo direto de causa e efeito e nem se esgotam quando este tipo de elo é estabelecido. Assim, podemos dizer que os movimentos da economia-mundo que vinham sendo captados por Braudel mudam de ritmo e de orientação a partir do momento em que o Estado com poder político centralizado se reproduz e se alia à economia –

entendida como a vida das trocas e de seus atores sociais especialmente os ricos negociantes – criando a conjuntura na qual o processo de acumulação capitalista se expande dentro de um novo sistema em formação. Dizemos que é um novo sistema porque muda a natureza das unidades que o integram. Trata-se de um processo econômico movido politicamente que muda o cenário da economia-mundo, transforma o espaço material onde se realiza o jogo das trocas. Para Braudel, assim chega ao fim o longo século dezesseis (1450-1650 aproximadamente, sendo certo que o tempo neste caso é medido materialmente como função da observação espacial) sobre o qual se debruça.

Alessandro Roncaglia observa que no período de formação do estado-nação, surge uma nova forma de pensar sobre os fenômenos econômicos que assume o poder econômico do príncipe como um complemento ao seu poder militar e, ao mesmo tempo, um pré-requisito necessário para a manutenção e ampliação do seu poder político. Muitos dos autores desse tempo são conselheiros do Rei, como Francis Bacon que ocupou vários cargos no governo da Inglaterra. A noção de riqueza nacional começa a tomar, portanto, um papel central no pensamento econômico, isto é, nos questionamentos a respeito da atividade produtiva com finalidade de produzir riqueza cujo valor relativo é superior ao de outro país. A obra legada pelos chamados cameralistas (conselheiros do soberano) representam um passo importante na transição para o nascimento da economia como ciência, em um processo já examinado na seção anterior. A transformação da atmosfera mental do início do século dezessete ou o desenvolvimento da economia como ciência inserida na investigação da sociedade, aliado à ampliação da economia-mundo decorrente da conquista de novas colônias, que, por sua vez, foi viabilizada pelo avanço tecnológico decorrente dessa transformação de atmosfera, vem acompanhada de um movimento que transforma o nexos imediato entre riqueza e metais preciosos em uma noção mais sofisticada, caracterizada por uma teoria bem desenvolvida de balança de comércio que analisa o comércio exterior de um país como um todo mais do que pelos resultados bilaterais computados por cada negócio com país estrangeiro isoladamente. A nova teoria juntamente com a nova natureza da economia-mundo decorrente do desenvolvimento do papel central do Estado na economia constitui o principal elemento referido pelos historiadores do pensamento econômico como aspecto comum à obra de vários autores que justifica a reunião em uma mesma

classificação ou rótulo, de teses bastante heterogêneas, apresentadas em momentos diferentes de um tempo longo, esticando assim do século dezesseis ao século dezoito, ou até a publicação de *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, a prevalência do pensamento mercantilista (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 43).

Roncaglia atribui à literatura mercantilista um papel importante de apoio cultural ao surgimento do estado-nação, e, ao mesmo tempo, como reação ao universalismo da Igreja Católica e o império medieval de um lado, e o localismo da estrutura de poder feudal, de outro lado. Para os autores deste tempo, o poder político-militar do Estado era mais importante do que o bem estar individual. O papel ativo atribuído à autoridade política no campo econômico dizia respeito às iniciativas visando estimular a atividade produtiva nacional para competir com outros países que iam desde a discriminação ao produto estrangeiro através de aplicação de taxas de importação a fim de apoiar a manufatura nacional, até a instalação de manufaturas do próprio Estado. Outro aspecto importante peculiar à literatura mercantilista em seu período inicial se mostra num certo receio em relação à economia apoiada em mercadorias, ou à atividade produtiva organizada em função da troca, caracterizando, assim, a representação de uma realidade em transição da produção para consumo próprio da economia familiar feudal, para a produção voltada para o mercado que vem a se tornar dominante no capitalismo. Torna-se dominante quando efetivamente sustentada por uma estrutura institucional resultante de fatores materiais e imateriais antes ausentes, tais como a nova atmosfera mental mencionada por Bury e discutida na seção anterior e a concentração de poder político pelo Estado.

Sobre o surgimento do estado-nação, da relação Estado-sociedade como uma célula ou elemento analítico, e o nexos de causalidade que se estabelece entre os processos de centralização da autoridade política e de desenvolvimento capitalista, vale mencionar Tilly (1990), sem deixar de ressaltar, antes de tudo, que seu quadro de análise tem limites, foco e finalidades diversas dos que estão em jogo nesta seção. Ainda assim, sua visão de longa duração permite um paralelo com a metodologia de Braudel adotada na elaboração de uma história da economia por meio da observação da realidade com foco nos movimentos das forças materiais, conforme comentado acima. Uma importante diferença é que

Tilly, por meio de uma metodologia weberiana¹¹ busca um nexos de causalidade entre vários aspectos materiais e imateriais, e a partir da relação que se estabelece entre eles desenha a história que fornece as ferramentas para a interpretação do processo de centralização da força política apoiada na sua relação com a produção e a acumulação de riqueza. Em outras palavras, apesar de terem em comum a metodologia de observação que produz imagens que dão a impressão de movimento quando exibidas, isto é, permite uma visão dinâmica que tem como objetivo explicar a mudança e não situações consolidadas e padronizadas, o primeiro olha para os movimentos das forças materiais econômicas, enquanto o segundo busca acompanhar o movimento da relação entre forças materiais de natureza política e de natureza econômica. Tilly alega que o surgimento dos Estados e dos exércitos nacionais na Europa se deu de forma natural, construindo-se rapidamente a longa hegemonia européia no sistema internacional. Quando ele diz de forma natural, não significa que não procure os fatores históricos sociais, ao contrário, coloca sua origem na densa rede de cidades que se formou desde muito cedo na Europa, e a natureza da relação que se desenvolveu entre as cidades e o Estado que veio a existir depois de desenvolvida essa rede.

Por ser mostrada como rede, entende-se que forma um sistema, o que leva a pensar na cadeia formada a partir desse sistema que gera uma nova natureza de unidade – o Estado – que, por sua vez, vem a gerar um novo sistema – formado pelos vários Estados. Dessa forma, conclui-se que Tilly adota um conceito amplo de Estado e busca explicações multicausais para o surgimento do Estado moderno. Por trás da constante transformação da geografia da relação cidades / Estado atua a dinâmica do capital – que, em princípio, prefere a esfera das cidades – e da coerção – que se consolida com os Estados. Tilly observa a transformação espacial material olhando para a relação entre um sistema ou rede e uma nova natureza de organização política decorrente não somente da ação das forças

¹¹ A expressão “metodologia weberiana” diz respeito ao comentário de Réus-Smit (ver artigo do autor acima comentado publicado no livro *Historical Sociology of International Relation*, organizado por Stephen Hobden e John M. Hobson, Cambridge University Press, 2002) sobre a contribuição da obra de Max Weber para a incorporação de variáveis imateriais, como as idéias, na análise da realidade e assim privilegiar as explicações comprometidas com a identificação de relações de multi-causalidade. Na obra de Weber, mais especificamente na sua definição de Estado, são centrais tanto o consentimento, como a coerção, tanto o suporte moral do Estado, como sua força material para fazer valer sua autoridade. Além disso, na obra de Tilly mencionada, o desenvolvimento capitalista é movido pelo espírito que Weber explica em *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*.

materiais movidas por essa rede, mas também das forças imateriais que permitem o uso do poder gerado pela centralização política como ferramenta importante no desenvolvimento do regime capitalista. De acordo com as diversas combinações do capital produzido pela densa rede de cidades européias e da coerção cuja capacidade depende de poder político constituído tanto de recursos materiais apreciáveis objetivamente, como imateriais promovidos subjetivamente, surgem os Estados, ou formas de organização política centralizada com autoridade e soberania sobre determinado território, compondo um sistema de unidades que interagem e se transformam com essa interação (Tilly, 1990). Os processos de formação, manutenção e mutação dessas unidades, e conseqüentemente do sistema formado por elas, se explicam pelas várias combinações de capital e coerção, ou economia e política, ou valor e poder, e as forças que os movem têm suas origens tanto internamente nas unidades cujos recursos de poder encontram-se centralizados na autoridade do Estado, como externamente no sistema formado por uma nova natureza de unidade.

Voltando ao que se discutia antes de falar sobre a relação capital coerção como uma interpretação da história que pretende dar conta do processo de centralização do poder político e seus efeitos para a expansão do capitalismo, e a fim de relacionar o surgimento do estado-nação com uma nova forma de pensar sobre os fenômenos econômicos na qual o Estado desempenha papel central, retomando assim o debate sobre a literatura mercantilista, vale deter-se numa certa lembrança de Friedrich List. Diz ele: “A primeira obra escrita especificamente sobre Economia Política na Itália foi a de Antonio Serra de Nápoles (1613), a respeito dos meios para suprir os reinos com abundância de ouro e prata” (List, 1841, Livro 3). À primeira vista, a afirmação nos faz classificar a obra simplesmente como mercantilista porque prega a acumulação de ouro e prata como fonte principal de riqueza. No entanto, os argumentos de Serra se fundamentam na sistematização de idéias elaboradas a partir da experiência empírica e do conhecimento assim acumulado e na inovação como forças promotoras de riqueza que se materializa em ouro e prata, portanto, o valor não se determina simplesmente pela quantidade de ouro e prata disponível, mas sim pela capacidade que se tem de transformá-lo em riqueza, em poder, mecanismo cuja mola propulsora é o Estado.

Sobre a obra deste napolitano renascentista existe um artigo publicado em 2003 que dá a Antonio Serra o título de criador do “Sistema Nacional de Inovação”, uma escola do pensamento econômico que se baseia nas idéias de Schumpeter, guardadas as diferenças particulares de contextos e consequentemente de delimitação de problema. De acordo com os autores do artigo mencionado¹², o “Sistema Nacional de Inovação”, desde a década de 1990 se apresenta como uma

“abordagem alternativa holística e de base sócio-cultural para explicar o crescimento econômico. No entanto, a idéia que existem relações sistêmicas entre diferentes setores da economia que influenciam a produção e a implementação de conhecimento novo, e, dessa forma, de desenvolvimento econômico, é bem mais antiga do que a pesquisa feita até então indica” (Reinert S. e Reinert E., 2003).

Alessandro Roncaglia conta que em 1613 o Doutor Antonio Serra de Conenza, então encarcerado na prisão de Vicaria em Nápoles¹³, assinou a dedicatória do seu livro, no qual oferecia sugestões de políticas adequadas à promoção das condições necessárias para o reino de Nápoles acompanhar o desenvolvimento muito mais avançado de outras cidades da Itália. Conclui-se que a decadência e crise de Nápoles não é um fenômeno isolado cujas razões possam ser relacionadas a condições específicas e particulares. Sua obra permite perceber que a entrada do século dezessete representa uma mudança na maneira de perceber o efeito de relações sistêmicas sobre a economia. Da mesma forma, podemos dizer que o século dezessete se inicia com mudanças políticas sistêmicas

¹² Sophus A. Reinert e Erik S. Reinert, “An Early National Innovation System: The Case of Antonio Serra’s 1613 *Breve Trattato*”, Published in *Institutions and Economic Development/Istituzioni e Sviluppo Economico*, Vol. 1, No. 3, 2003. A edição utilizada neste trabalho encontra-se em www.othercanon.org/papers.

¹³ O artigo mencionado na nota 12 acima traz o comentário a seguir reproduzido a respeito da prisão de Serra e do contexto em que escreveu sua obra: “Antonio Serra was a doctor of law imprisoned, possibly on charges of counterfeiting, by the Spanish Viceroyalty of Naples during the monetary crisis and economic depression that marked the birth of the seventeenth century (Custodi 1803; Schefold 1994; Granata 1998). The economic crisis was not a localized phenomenon, but rather the reflection of a deeper, multilateral reconstruction of the European social and economic spheres (Gould 1955: 121-133; Wallerstein 1979; Kindleberger 1991: 149-175). The age of exploration had made many institutions antiquated, and the center of commercial gravity in Europe shifted slowly from south to north as traders and explorers commercialized the Baltic and Atlantic seaways (Schmoller 1967; Hinton 1959: 12-24; Finkelstein 2000). The counterreformation only contributed to the economic decay in the Italian peninsula (Reinert & Daastøl 1997). Based on these changes, it is not surprising that the various sciences experienced a concomitant revolution in reaction to an expanding world in flux (Ryan 1981: 519-538; Bouwsma 2000: 67-85)”.

provocadas pela nova natureza das unidades que formam o sistema e tais mudanças produzem seus efeitos na economia também entendida de um ponto de vista sistêmico. Os detalhes sobre a vida de Antonio Serra e a história que explica sua prisão não são conhecidos, alguns falam em crime de contrafação (pirataria). Sua obra *Breve Trattato* (1613) ganhou notoriedade somente um século após sua publicação. Alguns autores italianos passaram a considerá-lo o primeiro autor da Economia Política, em classificação que segue critério cronológico.

Roncaglia explica que o tratado de Serra se divide em três partes. A primeira discute as causas pelas quais os reinos podem obter abundância de ouro e prata, isto é, discute as causas, ou até mesmo a natureza da prosperidade econômica das nações através da comparação das condições prevalecentes no reino de Nápoles com aquelas que prevaleciam em outras partes da Itália, especialmente Veneza. Segundo o autor a prosperidade econômica está diretamente relacionada a certos acidentes comuns, ou circunstâncias mais ou menos favoráveis que podem se repetir em diversos lugares: a quantidade de manufaturas, a qualidade do povo, a competitividade do mercado e a capacidade de exercer autoridade daqueles que estão no comando. Esta última é a mais importante considerando que as outras podem se manifestar como consequência dela, ou seja, em sua tese Serra estabelece um elo de causalidade entre os vários fatores responsáveis pela prosperidade econômica, mas dá à capacidade do governante de exercer autoridade a função de mecanismo causal fundamental enquanto as outras circunstâncias atuam sob efeito desse mecanismo. A segunda parte do Breve Tratado é considerada a mais obscura e dedica-se a refutar teses de outros autores, especialmente Marc'Antonio de Santis que defendia o incremento da economia napolitana através da manipulação das variáveis monetárias e fiscais. Finalmente, na terceira parte discute políticas econômicas que devem ser adotadas para melhorar a situação do Reino, mais especificamente regras administrativas para o mercado financeiro e de câmbio. Serra atribui mais importância ao sistema nacional produtivo do que ao resultado do comércio internacional, aspecto que para os mercantilistas era mais relevante no processo de entesouramento. Sua teoria não apresenta uma noção clara de lucro, conceito que veio a constituir a base do desenvolvimento da economia política clássica nos dois séculos seguintes. (Alessandro Roncaglia, 2006. pág. 48-51).

Conforme se depreende do comentário de List e do artigo de Reinert acima citado, a inovação da obra de Serra se apresenta na separação da economia em duas partes: a economia real, que trata da produção – incluindo-se o estado da arte e da técnica disponível e aplicada à atividade produtiva – e do conhecimento a este respeito acumulado através da observação da realidade, e a economia monetária que se ocupa da acumulação de ouro. Ele mostra isso ao afirmar, em oposição à tese de Marc’Antonio de Santis¹⁴, que a situação monetária e fiscal desfavorável de Nápoles simplesmente refletia fatores subjacentes à economia real, fatores que podiam ser influenciados e desenvolvidos através da intervenção do governo na economia real, entendida em oposição à economia monetária. Em outras palavras, ao separar dessa forma a economia, estabeleceu uma relação entre as partes e mostrou que a organização, ou equilíbrio dessa relação depende da autoridade política. A grande questão a ser respondida na época era por que, depois de ter obtido ouro e prata nas colônias da América, a Espanha sofreu a fuga de sua riqueza para outros lugares, especialmente Veneza e Holanda, empobrecendo enormemente, ou seja, como interpretar a história que mostra que obter ouro e prata não significa obrigatoriamente acumular riqueza? Para Serra a resposta estava na economia real e a chave do mistério era saber que os diferentes setores da economia estavam sujeitos a diferentes leis da economia; a manufatura estava sujeita a retornos crescentes na medida em que a produção se expandia, enquanto a agricultura não estava. A mediação entre as duas economias era conduzida pela política, ou melhor, para Serra não era política propriamente dita, mas sim um terceiro aspecto da atividade estatal – a economia.

List comenta que para Serra agricultura, manufatura, comércio e navegação são fontes de riqueza, mas antes de tudo, a forma de governo, a ordem pública, a liberdade, as garantias políticas e a estabilidade das leis, são as principais e mais importantes fontes de riqueza (List 1841, Livro 3). Serra foi o primeiro a buscar as raízes, ou as fontes da criação de riqueza nacional na sinergia entre os diferentes setores da economia (Sophus e Erik Reinert, 2003); a dinâmica dos diversos setores produtivos seria, portanto, a fonte das causas imediatas. Considerando que esta sinergia pressupõe um determinado arranjo político

¹⁴ A referência ao debate entre de Serra e Marc’Antonio de Santis aparece no artigo de Sophus e Erik Reinert comentado nas notas 12 e 13 acima.

institucional, podemos concluir que tal arranjo constitui um mecanismo causal interveniente na produção das causas imediatas, isto é, na dinâmica dos diversos setores produtivos que gera acúmulo de riqueza nacional. Por isso List comenta a obra de Serra no livro que trata de sistemas nacionais de produção de riqueza que devem ser desenhados para colocar em marcha o desenvolvimento produtivo, o que requer inovação e progresso técnico promovidos pelo Estado. Na leitura de List, a política, ou a economia como um aspecto da atividade estatal, é responsável, na obra de Serra, pelo desenvolvimento no sentido de progresso que viabiliza melhores condições de produção e visa, em última instância, produzir valor. Dessa forma, conclui-se que na obra de Serra as políticas e ações de governo podem ser fonte de valor.

Cabe ressaltar que esse autor do início do século dezessete – cuja obra não foi adotada como marco-fundador de uma escola do pensamento econômico, ou como referência para a crítica que visa produzir teoria nova, conhecimento novo – apesar de publicar em um período mercantilista e com base em argumentos mercantilistas, diferentemente dos outros que pregam a atuação de um governo forte capaz de proteger a acumulação de ouro e prata, introduz a política, como variável na criação de valor e a riqueza como recurso de poder. Assim, vale observar que, independentemente de tempo e lugar, os pressupostos da obra de Serra, assim como os de List, são diferentes daqueles adotados por teorias contemporâneas e muitas vezes identificadas sob o mesmo rótulo, especialmente no que diz respeito à suas finalidades. List, e alguns outros que escreveram em contextos diversos do seu, estão preocupados em explicar o desenvolvimento e não somente a acumulação de riqueza. Essa é uma das críticas de List à Escola Clássica, conforme veremos adiante. Ele diz que quem se preocupa apenas com a produção e com o valor dos bens produzidos não consegue de fato criar as condições para a acumulação de riqueza constante, como no caso da questão de fundo que enseja a discussão de Serra e seus contemporâneos, sobre a fuga de riqueza da Espanha, apesar dos largos recursos em metais obtidos através de políticas mercantilistas. Portanto, a crítica se estende aos mercantilistas em geral na medida em que suas teorias visem exclusivamente à acumulação de ouro e prata, sem um objetivo maior de utilização produtiva desses recursos acumulados para gerar melhorias da economia real e desenvolvimento nacional. Para List riqueza se produz mediante desenvolvimento, o que envolve não somente a

produção de mercadorias, mas especialmente a produção e reprodução das forças materiais produtivas, portanto, a fonte de acumulação constante de riqueza é o desenvolvimento que, por sua vez, depende de trabalho intelectual criativo e do conhecimento acumulado e que se renova infinitamente. Em outras palavras, o desenvolvimento, ou a dinâmica progressiva das forças produtivas e da acumulação, é a verdadeira fonte de produção de valor e traduz o objetivo buscado pelas políticas governamentais.

Para terminar a discussão da obra de Serra analisada como fonte de desenvolvimento do conhecimento a respeito da atividade econômica e da produção de riqueza e sobre os comentários de List a respeito, destaca-se a observação de Roncaglia sobre os historiadores do pensamento econômico que delimitam alguns elementos e procuram demonstrar serem comuns à obra de vários autores e assim justificam a reunião em uma mesma classificação ou rótulo várias teses que apesar de bastante heterogêneas são todas apresentadas como integrantes do pensamento mercantilista. Tal reunião é forçada uma vez que as idéias e métodos de organizá-las cientificamente não caminham linearmente no tempo e no espaço. O fato de autores viverem no mesmo tempo e lugar interessa apenas para delimitar o conhecimento, ou o saber geral, as idéias e pensamentos, a que tiveram acesso e possivelmente influenciaram suas teses. A necessidade de rotular as várias formas de pensar sobre um mesmo tema, de definir perspectivas teóricas, gera uniformizações cronológicas ou espaciais que levam a uma compreensão estreita e possivelmente julgamentos enganados. Dizer que um autor é mercantilista, ou é italiano, ou viveu na primeira metade do século dezessete pode oferecer uma pista para a compreensão de seus argumentos, mas não revela suas idéias, os objetivos de sua obra e nem define o conteúdo do sistema conceitual que ele usa para representar a realidade em que vive.

Conforme alegam Sophus e Erik Reinert (2003) no artigo acima mencionado, o avanço promovido pela literatura mercantilista no processo de desenvolvimento de uma teoria capaz de inserir o estudo da economia no ramo da ciência é representado pela percepção dos autores que se classificam sob este rótulo de que a economia poderia ser direcionada como um todo no sentido de incrementar a riqueza material da população inteira. O problema a ser tratado considera o resultado agregado da produção e, assim, a economia deixa de ser uma ciência ou uma questão puramente familiar, como é para Aristóteles e em

geral o pensamento da antiguidade clássica. Em outras palavras, querem dizer que a literatura mercantilista demonstra uma mudança significativa da atmosférica mental. Relativamente à obra de Antonio Serra, para Roncaglia independentemente de se dar ou não a este autor o título de fundador da nova ciência da economia que trata do produto agregado e independentemente da inovação que proporciona ao pregar a compreensão da atividade econômica do Reino como um todo e a partir da sinergia, ou da dinâmica que se estabelece entre as várias atividades, é importante considerar que ele se mostrou imune tanto às idéias sectárias de intervencionismo como às visões extremamente *laissez-faire*. Serra admitia a intervenção pública na economia quando direcionada não a restringir o interesse individual, mas sim à promoção de um ambiente adequado à sua realização (Alessandro Roncaglia, 2006, pág.52).

Diferentemente dos argumentos acima e a partir de outros critérios de análise, alguns historiadores indicam William Petty como um dos fundadores da Economia Política, mais especificamente da escola mercantilista – entendendo-se o conjunto de idéias e teses compreendidas no rótulo mercantilista a partir de um significado estendido, conforme explicado acima – e o primeiro a tratar do papel do Estado na economia e a falar sobre valor trabalho. A indicação não é pacífica; para List, por exemplo, essa é uma compreensão errônea decorrente de uma leitura extremamente limitada e desatenta da obra de Serra (List, 1841, livro 3)¹⁵. Em todo caso, podemos dizer que na representação da realidade que Petty faz, de caráter normativo, a importância do conceito de valor e da relação do trabalho com a produção de valor tem caráter mais significativo, ou se define mais claramente do que na obra de Serra. No seu Tratado (1662), Petty afirma “que o trabalho é o Pai e o princípio ativo da Riqueza, da mesma forma que a Terra é a

¹⁵ Essa afirmação se baseia no trecho a seguir reproduzido, retirado do Capítulo 28 – *The National Economists of Italy* – Livro 3 – *The Systems* – da obra de List: “The earliest work written specially on Political Economy in Italy, is that of Antonio Serra of Naples (in 1613), on the means of providing 'the Kingdoms' with an abundance of gold and silver. J. B. Say and M'Culloch appear to have seen and read only the title of this book: they each pass it over with the remark that it merely treats of money; and its title certainly shows that the author laboured under the error of considering the precious metals as the sole constituents of wealth. If they had read farther into it, and duly considered its contents, they might perhaps have derived from it some wholesome lessons. Antonio Serra, although he fell into the error of considering an abundance of gold and silver as the tokens of wealth, nevertheless expresses himself tolerably clearly on the causes of it.” Friedrich List, 1841, *The National System of Political Economy*, edição eletrônica publicada em <http://cepa.newschoo.edu/het/profiles/list.htm>, reprodução da tradução de Sampson S. Lloyd, 1885.

Mãe¹⁶”. A riqueza da terra permite sustentar uma grande população, portanto, o destino do país depende do seu território, mas não simplesmente do tamanho do território e sim da sua qualidade e talento ou tendência principal; alguns têm mais vantagem com a manufatura e o comércio, outros têm vantagens na própria qualidade da terra ou na sua posição estratégica. Mas o trabalho é o principal meio de produção de riqueza porque além das vantagens naturais não serem suficientes sem o trabalho, as desvantagens podem ser superadas através do trabalho. Dessa forma, conclui-se que Petty considera o trabalho humano como fonte criadora de riqueza.

Ele vai adiante e afirma que o comércio é a mola propulsora do trabalho porque estimula o desenvolvimento do mercado interno que provoca o crescimento da demanda viabilizando assim o objetivo final que são os excedentes comerciais. Resumindo, o comércio gera trabalho e o trabalho gera riqueza. Porém, o valor do trabalho varia de acordo com o tipo de atividade, ou processo de trabalho, e assim Petty mostra que o trabalho produz mais valor (conteúdo econômico) na manufatura do que o trabalho doméstico e no comércio mais do que na manufatura. Em outras palavras, o comércio estimula um tipo de atividade que produz mais valor do que as outras. Assim, diferencia também o que trata como produção de riqueza em sentido universal, ou seja, o trabalho aplicado no comércio produz riqueza universal enquanto a riqueza universal mantém o movimento do comércio, resultando finalmente em abundância de metais que não são perecíveis e mutáveis como as outras *commodities*, ao contrário representam sempre riqueza. Portanto, a obtenção de metais é a finalidade última do trabalho, seja no comércio ou na manufatura, e os metais obtidos se traduzem em riqueza acumulada. Dessa forma, o valor da riqueza é determinado ao final pela quantidade de ouro e prata acumulados, ou seja, os metais e o que se pode fazer com eles (e o poder que deles decorre) é fonte de valor, tanto no seu conteúdo

¹⁶ A principal obra de William Petty (1623-1687) é *Treatise on taxes and contributions*, publicada em 1662, Londres, Printed for N. Brooke, at the Angel in Cornhill. Em agosto de 1894, Wilson Lloyd Bevan publica em “*Publications of the American Economic Association Vol. IX, No. 4. Six*” um estudo sobre a obra de Petty intitulado *Sir William Petty: A Study in English Economic Literature*. O capítulo 4 é dedicado ao estudo dos temas Terra-Trabalho-Valor-Renda na obra de Petty. Bevan informa que retirou notas, citações e referências de uma coletânea de trabalhos de Petty publicada em Dublin em 1769. Os comentários sobre a obra de Petty aqui apresentados se baseiam neste artigo de Bevan, especialmente no capítulo referido. As obras em referência foram lidas em edição eletrônica, respectivamente, em <http://cepa.newschool.edu/het/profiles/petty.htm> e <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/petty/bevan.html>.

econômico como moral. O volume de ouro e prata entesourado é a face material do valor.

Em termos gerais, Petty dizia que os produtos agrícolas poderiam ser importados dos outros países e recomendava a promoção do trabalho aplicado na produção de bens não perecíveis. Tal recomendação resulta de uma economia política que busca o comércio exterior com excedente positivo das exportações transformado em ouro e prata, por razões políticas, e para tanto reconhecia a necessidade de um governo forte. Interessante notar que mesmo sendo um autor do século dezessete, que se ocupa do trabalho na agricultura, manufatura e comércio, Petty prevê a possibilidade de no futuro a atividade humana se transformar em algo superior, que em última instância é a própria razão para a qual o homem foi criado: para o cultivo de sua capacidade intelectual. Isso demonstra que para Petty o trabalho intelectual é entendido como fonte de criação de valor e riqueza, mas sua plena realização se dará num futuro desconhecido. Bevan, que em 1894 publica um estudo sobre a obra de William Petty afirma que para ele o trabalho é o alicerce da prosperidade do Estado que precisa acumular riqueza visando sua própria segurança. “No entanto, ele não se esquece de assegurar que um milênio está por vir quando tais formas de atividade humana se transformarão em algo superior. Nesse tempo feliz o homem poderá perseguir o fim para o qual foi criado – o cultivo dos poderes do seu intelecto” (Bevan, 1894).

Para Roncaglia os escritos de Petty refletem o desenvolvimento ainda limitado da estrutura produtiva do seu tempo. Ainda estavam pendentes mudanças nas instituições políticas necessárias para que se completasse a transição do feudalismo para o capitalismo, como, por exemplo, o aperfeiçoamento do regime legal positivo de proteção à propriedade privada dos meios de produção incluindo a livre disposição desses direitos como um de seus elementos essenciais. Especialmente no que diz respeito à terra essas mudanças legais institucionais eram fundamentais, seja em razão da importância da agricultura na economia, seja em razão da conexão que ainda prevalecia entre a posse da terra e os direitos feudais que impunham obstáculos à sua livre disposição e, conseqüentemente, para que fosse tratada como capital na análise econômica.

A respeito do dinheiro, Petty sistematiza três funções: unidade de medida, meio de troca, e armazenamento de valor. Às suas idéias sobre dinheiro conectam-se suas sugestões a respeito do comércio exterior que, da mesma forma como

pregavam outros autores, deveria produzir um saldo positivo como meio de induzir a entrada de metais preciosos no país. Petty recomendava a redução das importações através da substituição por bens produzidos domesticamente, satisfazendo, assim, tanto o objetivo de balança comercial positiva como o de crescimento do produto interno e do nível de emprego. Ao mesmo tempo não condenava a importação de bens de consumo de luxo e não duráveis se tal iniciativa viabilizasse a exportação de mercadorias produzidas internamente e que excediam à demanda do mercado nacional. Com a mesma finalidade de incremento da produção interna visando à balança positiva de comércio, Petty considerava favorável a importação de capital estrangeiro e a imigração de mão de obra capacitada, condenando, portanto, qualquer legislação restritiva neste sentido. Em resumo, para Roncaglia a maior contribuição de Petty se apresenta na formulação de conceitos chave, tais como *commodities*, mercado e preço (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 62). Por outro lado, Roncaglia afirma que faltou a Petty um sistema de determinação de preços relativos porque faltou, na verdade, a percepção de que o problema do preço dizia respeito ao sistema econômico como um todo e não a cada setor particularmente. O modelo de Petty funciona em um mercado com apenas uma mercadoria. Faltou a ele, portanto, outro conceito chave, o de taxa de lucro, que permitiria encontrar soluções para a análise de um sistema no qual existem relações entre os diferentes setores (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 75) e assim avançar no conhecimento a respeito da atividade produtiva e da acumulação de riqueza.

Na segunda metade do século dezoito entram em evidência as idéias dos fisiocratas – um grupo de pensadores do Iluminismo francês que chamavam a si mesmos de “economistas”. Como reação ao pensamento mercantilista, já com longa tradição, alegam ser o trabalho agrícola a única atividade verdadeiramente produtiva. O valor retirado da natureza por meio do trabalho agrícola é distribuído pela circulação, enquanto que a manufatura representa simplesmente a utilização do trabalho que é sustentado pelo produto excedente da terra, por outras atividades mais ou menos familiarizadas com a circulação, portanto, não é trabalho produtivo, mas sim consumo do excedente do trabalho produtivo. Sendo assim, o aluguel, ou renda, é a única forma possível de mais valia ou de produção de valor excedente – valor entendido aqui em sentido estrito de conteúdo econômico excedente. Daí conclui-se que para os fisiocratas, numa visão

materialista quase ingênua, a natureza é fonte de valor, e não o trabalho humano. Mas, por outro lado, conclui-se também que as idéias dos fisiocratas a respeito da terra e da natureza como fonte de valor, e sua adoção nas políticas econômicas, decorrem dos interesses da classe que precisam ser legitimados pela teoria, ou seja, decorrem do elo entre as idéias e as práticas que visam à satisfação do interesse da classe dos proprietários em promover sua propriedade como única fonte de valor. Da mesma forma, os mercantilistas e monetaristas acreditam e pregam que dinheiro produz dinheiro, ou os industrialistas entendem a atividade industrial como única forma de produção de mais-valia e o setor de serviços como um parasita. François Quesnay é um dos nomes que mais se destacam entre os autores da economia política do grupo dos fisiocratas. Em 1758 Quesnay, um médico da corte de Luis XV, publica *Tableau Économique* no qual descreve o fluxo de receita de um setor da economia para o outro e estabelece a existência de três classes – proprietários, trabalhadores agrícolas e fazendeiros, e artesão e mercadores – sendo produtivas somente as classes dos proprietários e dos trabalhadores agrícolas; a classe de mercadores e artesãos é considerada estéril¹⁷.

De acordo com Roncaglia o grupo dos fisiocratas forma a primeira escola do pensamento econômico que se equipou com seus próprios órgãos de imprensa a fim de defender e difundir seus pontos de vista e pregar a adoção de certas políticas. A duração de tempo em que suas idéias foram dominantes é curta, mas sua influência para o desenvolvimento da Economia Política, e mais especificamente para o surgimento e consolidação da Escola Clássica, bastante significativa. Defendiam a idéia de uma ordem natural cuja lógica – que não se modifica no tempo uma vez que é intrínseca à natureza das coisas – é óbvia para qualquer pessoa que faz uso minimamente da razão, e por isso deveria ser implantada pelo soberano como ordem positiva eliminando, assim, as deficiências geradas pela legislação humana artificial, cuja racionalidade é metafísica ou

¹⁷ As informações sobre a obra de Quesnay (1694-1774) foram obtidas no artigo intitulado "Theories of Value" de Andy Blunden publicado nos Arquivos Marxistas da Internet (MIA) em www.marxists.org/reference/subject/philosophy. Neste artigo, cuja data de publicação não é informada, Andy Blunden procura traçar um histórico do conceito de valor com base na obra dos principais autores da economia política ou de várias Escolas do pensamento econômico. Foram colhidas informações também na página da New School, <http://cepa.newschool.edu/het/essays/youth/tableau.htm>, onde se encontra a reprodução de uma seleção de comentários do próprio Quesnay feitos em "Analyse de la formule arithmétique du Tableau Economique de la distribution des dépenses annuelles d'une Nation agricole", publicado in *The Journal de l'agriculture, du commerce et des finances*, 1776.

dominada por dogmas. Para os fisiocratas o direito de propriedade faz parte dessa ordem natural das coisas, existe por si mesmo, e por isso sua defesa era um dos objetivos da ordem positiva (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 96). Roncaglia também observa que “Quesnay foi o primeiro economista a reconhecer e representar em um esquema analítico as inter-relações produtivas dos diferentes setores de um sistema de economia baseado na divisão do trabalho que surgem da heterogeneidade dos meios de produção de cada setor”. Para ele a mais avançada tecnologia era aquela aplicada na agricultura. A manufatura não produz lucro, mas apenas repõe os custos de produção: matéria prima + subsistência do trabalhador; em outras palavras, para Quesnay a manufatura não agrega valor à economia como um todo, mas apenas repõe seus custos específicos. Os diferentes setores e classes são interconectados; a distribuição do produto entre as diferentes classes acontece concomitantemente ao processo de troca que permite a reposição dos meios de produção e de subsistência (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 103).

Outro aspecto importante da obra de Quesnay é apontado por List em “O Sistema Nacional de Economia Política”, no segundo livro dedicado à Teoria¹⁸. List afirma que a idéia de comércio livre universal se origina na obra de Quesnay, o primeiro a estender suas investigações a toda raça humana, sem levar em consideração a idéia de nação, ao propor que se imagine uma república comercial formada pelos comerciantes de todas as nações. “Quesnay sem dúvida fala de uma economia cosmopolítica, i.e. da ciência que ensina como a raça humana inteira pode alcançar a prosperidade, em oposição à economia política, ou aquela ciência que limita seus ensinamentos à questão de como uma dada nação pode obter (de acordo com as condições existentes do mundo) prosperidade, civilização, e poder, por meio da agricultura da indústria e do comércio” (List, 1841, capítulo 11). Depois da Antiguidade clássica, quando a economia cuidava dos assuntos da administração familiar e antes de Quesnay e o grupo de economistas franceses existia apenas a prática da economia política exercida pelos oficiais do Estado, administradores, e os autores que escreviam sobre os problemas da administração se ocupavam exclusivamente com a agricultura, manufaturas, comércio e navegação dos países dos quais se originavam, sem analisar as causas universais

¹⁸ List divide sua obra (1841) e quatro livros: A História, A Teoria, Os Sistemas Nacionais e A Política.

da riqueza, ou sem levar em consideração os interesses da raça humana como um todo. Para List a transposição da compreensão de processos que dizem respeito à humanidade, para dentro do ambiente controlado pelo Estado, como força garantidora da superestrutura política e jurídica que viabiliza a organização da produção e a reprodução constante das forças produtivas, provoca sérios erros teóricos.

Antes de chegar à Escola Clássica, que gera o debate mais rico para os fins da presente discussão, vale desviar a discussão para um elemento fundamental para esta tese, um aspecto que vem sendo falado desde o primeiro capítulo, apesar de não muito debatido pelo menos dentro do âmbito da Economia Política até Marx: o direito de propriedade, sua relação com o trabalho como fonte, referência ou justificativa de valor, e seu papel na acumulação de riqueza e no desenvolvimento do conhecimento a este respeito, bem como na organização da sociedade com base na divisão do trabalho. O conceito de propriedade moderno que orienta a institucionalização do regime de proteção positivo, promovendo assim efeitos materiais, bem como novas questões a serem debatidas, reflete um significado diverso daquele dado à propriedade da terra como referência de valor e como meio de produção de valor. Para os fisiocratas a propriedade se confunde com a própria terra, ou melhor, o que tem valor é a terra, e não o direito de propriedade que alguém tem sobre a terra conforme é na teoria de Locke – um direito, um bem imaterial, que nasce e se justifica na própria natureza humana. Podemos sugerir que o jusnaturalismo dos fisiocratas se identifica com a tese de direito natural que fundamenta a teoria de propriedade de Locke, mas é certo que esta última contém sua própria teoria do valor trabalho embutida, ou acessória. Os recursos da natureza estão disponíveis para que o ser humano deles retire a sua própria sobrevivência. O ser humano, talentoso e racional, consome seu esforço físico e mental para transformar a natureza em coisas das quais necessita para viver. Ao fazer isso, cria alguma coisa que antes não existia e que é a condição da sua própria sobrevivência, sendo assim, o resultado da soma do seu trabalho com os recursos da natureza dá a ele um título de propriedade que garante um direito absoluto e exclusivo sobre este resultado (Locke, 1690, Segundo Tratado).

Portanto, o ser humano ao consumir sua própria força de trabalho produz um direito exclusivo e absoluto, que se transforma em um valor econômico, concluindo-se que dessa forma, o trabalho é a fonte do direito, o direito é a fonte

do valor e a natureza humana a justificativa para tudo. Numa interpretação estritamente econômica, o direito de propriedade, a partir das idéias de Locke e do processo de modernização das instituições legais positivas, funciona como método de criação da escassez com finalidade de determinar o valor econômico do produto resultante do trabalho. Numa interpretação socialmente mais ampla, que surge como desdobramento da teoria de propriedade de Locke, ao vender a força de trabalho, o ser humano vende na verdade o direito de propriedade sobre o resultado do consumo da mesma, portanto, é o direito o objeto da troca que assume um valor econômico. Numa terceira interpretação que pretende sintetizar todas as outras o direito de propriedade que naturalmente existe sobre o resultado do trabalho humano é o instrumento de fixação no tempo e no espaço do valor do objeto no qual se materializa o trabalho, sem a qual não seria possível levar tal objeto ao mundo das trocas e nem definir a que estágio produtivo ele pertence e assim determinar a quem pertence a mais valia que ele produz. Portanto, a elaboração do direito de propriedade como um bem imaterial descolado e independente dos bens nos quais se materializa representa um avanço intelectual fundamental para o desenvolvimento da economia de mercado e do regime capitalista em sentido amplo.

Locke afirma que o ato de criar propriedade (o trabalho cria propriedade) é responsável pela criação do valor econômico. O grande problema é aplicar sua tese num contexto de trabalho assalariado, problema que não apresenta relevância para ele. As críticas à sua obra que abordam especificamente a ausência de questionamentos a respeito da aplicação do seu raciocínio jusnaturalista em uma realidade de trabalho assalariado são posteriores e marcadas pela idéias iluministas do século seguinte. Quando Locke publica seu tratado o trabalho assalariado ainda não representa uma questão influente no pensamento econômico e no processo de elaboração de conhecimento a respeito da organização da atividade produtiva. Assim, não se preocupa em explicar porque não existe para ele relação entre o direito de propriedade que o trabalhador tem sobre o resultado de seu esforço reunido à natureza e o salário que recebe para produzir. Locke resolve a contradição entre sua teoria da propriedade e trabalho assalariado através de explicações contratualistas pelas quais os homens – que por sua própria natureza sempre vão querer mais coisas do que podem consumir e mais matéria prima do que podem transformar em mercadoria – concordam em aceitar o

dinheiro como tradução de um valor artificial das coisas e em transformar seu esforço produtivo em um salário garantido. Resumindo, na lógica lockeana o trabalho não é nem a fonte, nem a referência do valor, mas sim a sua justificativa, na medida em que como consumo do esforço humano com a finalidade de garantir a sua própria sobrevivência o trabalho justifica o direito que se expressa por meio de um valor econômico e ao mesmo tempo garante a fixação desse valor no tempo e no espaço.

Roncaglia comenta que as noções de trabalho e capital na obra de Locke eram diferentes e mais amplas do que a conotação usualmente dada a estes termos. Para ele, o significado que Locke atribui ao termo trabalho inclui todos os tipos de atividade produtiva, tanto a do empreendedor como a do trabalhador assalariado, sendo assim, constitui a fonte de toda riqueza. Dessa forma, Roncaglia afirma que Locke pode ser visto como um defensor dos direitos individuais contra o governo (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 82) que deve existir na medida suficiente para garantir o exercício individual do direito de propriedade entendido como inerente à natureza humana. Para os fins da presente discussão – e independentemente da inversão cronológica que representa a inserção da teoria de propriedade de Locke na linha que vinha sendo seguida nesta seção – interessa guardar a idéia de que para Locke o trabalho (como sinônimo de dispêndio de capacidade física e mental do homem) é a fonte do direito e a justificativa da expressão econômica deste direito, e por que não dizer, a justificativa do poder que este direito concede. Na obra de Locke a relação entre trabalho e valor existe em função e por intermédio do direito de propriedade, uma relação que foi posteriormente examinada exaustivamente por Marx e que interessa para a discussão sobre os efeitos da transformação dos processos de trabalho sobre a teoria do valor a ser abordada na próxima seção. Ou seja, seguindo este raciocínio podemos antecipar que a transformação dos processos de trabalho que foi analisada no primeiro capítulo afeta a teoria do valor na medida em que provoca efeitos sobre a compreensão e a efetividade das regras positivas do direito de propriedade conforme vem sendo entendido desde a publicação da obra de John Locke no final do século dezessete.

Por outro lado, conforme discutido na seção anterior, a história que aqui vem sendo escrita é fruto dos questionamentos a respeito da atividade produtiva e os métodos de produção de riqueza e sobre o conhecimento acumulado a este

respeito. A sistematização desses questionamentos produz uma narrativa da qual se deduz uma teoria que fornece a interpretação da história que ilustra os eventos observados na realidade assim como das idéias e conceitos desenvolvidos para representar essa realidade. Seguindo essa metodologia, Roncaglia fala do século dezoito em termos de sua característica de progresso tanto material como institucional, da natureza essencialmente internacional da cultura daquele tempo e das várias correntes de pensamento. Ele observa que parte do esforço intelectual do Iluminismo, especialmente no que diz respeito ao pensamento econômico, dedicou-se à crítica às guildas, ou corporações de ofício e comércio, herdadas da Idade Média. Essas instituições tinham regras rígidas a respeito de técnicas de produção, qualidade dos produtos, salários e condições de trabalho e de formação de mão-de-obra (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 105). Tais regulações muitas vezes foram usadas para impedir a adoção de novas técnicas e a entrada no mercado de novos instrumentos de trabalho. Visavam proteger não somente o trabalho, mas também o sistema monopolista institucionalizado e mantido pelas guildas que funcionava também como instrumento eficaz de manutenção do valor das patentes controladas por elas, ou por seus membros, ao evitar a adoção de novas técnicas de produção. Dessa forma, conclui-se que as guildas, através dos monopólios a elas garantidos pelo soberano lutaram ainda durante muito tempo para impedir o processo de destruição criativa essencial para a renovação e expansão do capitalismo, conforme discutido na primeira seção. Por outro lado, os autores desse período, ou os que se inserem na classificação de iluministas por justificarem seus argumentos estritamente na razão, se diferenciam daqueles que na seqüência formam a escola clássica, especialmente porque ainda se baseiam em pressupostos e práticas pré-capitalistas, em um conceito de propriedade em transformação e não integralmente positivado na forma de um método de criação de escassez e fixação de valor dotado de força coercitiva, e por isso não conseguem dar conta da inter-relação ente os diversos setores produtivos e os efeitos da competição que se estabelece entre eles, além de, no que diz respeito ao conceito de valor, apresentar uma forte tendência às teorias subjetivas, isto é, teorias que explicam o preço das mercadorias não em função das dificuldades de produção, mas através da proporção entre oferta e demanda (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 105), favorecendo a demanda e o consumo como força orientadora da oferta.

Do iluminismo francês, destaca-se Turgot que ocupou o cargo de ministro das finanças de 1774 a 1776. Segundo Roncaglia, Turgot publica sua principal obra em 1766, sobre produção e distribuição de riqueza¹⁹, na qual defende a liberdade individual acreditando que cada um sabe o que é melhor para si mesmo. Portanto, podemos dizer que numa visão cumulativa Turgot, juntamente com as teses dos fisiocratas, especialmente Quesnay, abre caminho para o estabelecimento da escola clássica como o pensamento hegemônico durante um longo período, conforme veremos a seguir. Turgot assume posições claramente liberais e atribui papel importante ao capital e ao capitalista empreendedor. Adota as idéias de outros autores do iluminismo francês a respeito da conexão existente entre as instituições políticas e a estrutura social de um país e sua respectiva organização produtiva, ou, em termos do que vem sendo discutido, acredita que as condições econômicas, incluindo-se nelas o estado de desenvolvimento dos meios de produção, influenciam todos outros aspectos de uma sociedade. Desenvolve uma teoria que pressupõe estágios produtivos sucessivos como uma característica da humanidade inteira, portanto, de qualquer sociedade. O primeiro estágio é a caça, a seguir a pecuária, depois a agricultura até chegar ao comércio. Sua noção de valor de troca é subjetiva, pois se baseia na utilidade, isto é, o conteúdo do conceito de valor utilizado para representar a realidade é formado pela utilidade atribuída às mercadorias pelas pessoas que participam do mercado. Dessa forma, todas as avaliações são sempre subjetivas: comprador e vendedor aceitam a transação porque fazem avaliações diferentes da mercadoria que está em jogo. São as diferentes avaliações que geram a troca e estabelecem os limites de preço máximo e o mínimo. O valor de troca se fixa efetivamente no meio; existe um preço médio entre os valores avaliados subjetivamente pelas partes (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 107).

Dentre os representantes do iluminismo italiano Roncaglia destaca o napolitano Ferdinand Galiani. A distinção entre napolitanos, milaneses e toscanos parece ter importância também, o que se pode justificar pela característica dos problemas delimitados para análise e soluções encontradas por cada uma das regiões relativamente à atividade produtiva e acumulação de riqueza. Sendo

¹⁹ Segundo Roncaglia, a obra mais conhecida de Turgot um economista francês, alto funcionário do governo em assuntos da economia é *Réflexions sur la formation et la distribution des richesses*, 1766.

assim, a teoria se apóia na história elaborada para ilustrar os eventos da realidade, tanto para prescrever e regular as ações e comportamentos, como para fornecer a interpretação dessa história com finalidade de aprofundar o conhecimento sobre o tema que a promove. A tese de Galiani, *Della moneta*, publicada em 1751, propõe que o valor corresponde à idéia criada na imaginação de um homem a respeito da proporção existente entre duas coisas que possui. Portanto, Galiani apresenta uma abordagem subjetiva da teoria do valor, embora fosse moderado ao reconhecer que o valor dependia também da característica da mercadoria em si mesma e das condições externas que determinam sua abundância ou escassez. Assim, para Galiani o valor tem dois aspectos: utilidade e raridade. Utilidade se traduz na capacidade de proporcionar alegria, e raridade é a proporção entre a quantidade disponível de uma determinada coisa e o uso que fazemos dela (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 108), ou seja, a proporção entre oferta e demanda. Portanto, o primeiro é definido subjetivamente e o segundo através de uma relação entre um dado objetivo e outro subjetivo.

Em seguida, Roncaglia cita Antonio Genovesi, que no século dezoito aparece como o primeiro titular da cadeira (a partir de 1754) de Economia Política da Universidade de Nápoles. Genovesi afirma em seus escritos que existe um laço que aproxima a economia dos temas cívicos que atuam sobre a organização institucional e a moral pública. Sua obra tem finalidade didática e se propõe a incrementar o conhecimento dos jovens a partir de uma perspectiva iluminista, racionalista e subjetiva. Em resumo, sua tese reveste a atividade econômica de caráter público, inclui uma teoria do desenvolvimento econômico em estágios, uma perspectiva favorável ao consumo, uma teoria de valor subjetiva, porém não completamente indiferente aos custos de produção, e uma discussão sobre fatores que favorecem a acumulação de riqueza da nação (Alessandro Roncaglia, 110). Ao seguir o raciocínio de Roncaglia, podemos concluir, resumidamente, que a perspectiva racionalista em competição com as visões dogmáticas e fatalistas, bem como a noção subjetiva de valor se fortalecem na escola de pensamento econômico do iluminismo italiano.

A publicação, em 1776, da grande obra de Adam Smith *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* representa uma mudança de rumo ao estabelecer como principal a teoria objetiva do valor, ou seja, o conteúdo do sistema conceitual usado para representar a realidade é formado essencialmente

por elementos objetivos. O trabalho passa a ser entendido como a medida universal de valor e de mais valia. A maior contribuição da obra de Smith consiste na compreensão e sistematização da divisão do trabalho como método para incrementar a produção de valor excedente, de mais valia, ou valor entendido como agregado, aumento, acréscimo, melhoria em relação a uma situação anterior e não obrigatoriamente no aspecto quantitativo.

“Esse grande aumento da quantidade de trabalho que em consequência à divisão do trabalho o mesmo número de pessoas é capaz de executar deve-se a três circunstâncias diferentes: primeiro ao aumento da destreza de cada trabalhador em particular; segundo, à economia de tempo que se desperdiça passando de uma espécie de trabalho para outra e, por último, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho possibilitando a uma pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria de ser feito por muitas” (Adam Smith, 1776, Livro 1 Capítulo 1).

Adam Smith prega a divisão do trabalho e afirma que o desenvolvimento da manufatura produzirá seu aprofundamento e sofisticação²⁰. No entanto, não explica como isso acontece; como se formam e se conduzem as forças promotoras da divisão do trabalho e do avanço tecnológico que serve para abreviar o trabalho proporcionando o aumento da produção. A divisão do trabalho não é efeito da sabedoria e sim consequência da propensão à troca que é uma característica natural do homem, portanto, um aspecto objetivo, genérico e fixo. O talento particular de cada homem não é entendido como causa e sim como consequência da divisão do trabalho. É a vantagem da especialização que permite que cada um descubra e explore seus talentos. Forças objetivas se movem de acordo com a lei da inércia e produzem efeitos nas subjetividades, mas nunca o inverso, ou melhor, não surgem questionamentos a respeito da atuação de elementos subjetivos específicos, decorrentes de fatores materiais e imateriais particulares, como variáveis independentes relativamente a certos resultados materiais observados na realidade. A realidade observada se explica pela atuação das forças da natureza,

²⁰ Foram adotadas duas edições da obra de Adam Smith citada, a primeira eletrônica, publicada em www.econlib.org/library/Smith com as seguintes indicações: Title: *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*; Published: London: Methuen and Co., Ltd., ed. Edwin Cannan, 1904. Fifth edition. First published: 1776. A segunda publicada na série “Os Economistas”, com as seguintes indicações: *A Riqueza das nações – Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*. Com introdução de Edwin Cannan, apresentação de Winston Fritsh, tradução de Luiz João Baraúna, Nova Cultural, 1985.

inclusive da natureza humana. Não havendo qualquer tipo de intervenção que prejudique o rumo das coisas determinado objetivamente pela natureza e a lógica própria de cada evento e de suas respectivas relações, a divisão do trabalho se aprofundará cada vez mais proporcionando, assim, o desenvolvimento individual ao extremo das potencialidades humanas.

No capítulo sobre a origem e o uso do dinheiro, Adam Smith trata das normas que as pessoas observam ao trocar suas mercadorias por dinheiro ou por outras mercadorias. “Essas regras determinam o que se pode denominar valor relativo ou valor de troca dos bens” (Adam Smith, 1776, Livro I, Capítulo IV). Ele observa que a palavra valor tem dois significados, um que se refere à utilidade dos objetos, e outro que representa o poder de compra que aquele objeto possui em relação aos outros. Nem sempre um valor de uso se expressa em valor de troca, assim como nem sempre as coisas que tem valor de troca tem uma utilidade equivalente. E assim, demonstra que o trabalho é a medida real do valor de troca, o que significa dizer que adota uma noção estrita de valor, quando determina o trabalho como sua medida de referência. O valor de troca das mercadorias é equivalente ao valor do trabalho que alguém pode economizar ao adquirir de terceiro a mercadoria da qual necessita. Assim, o valor da mercadoria é determinado do ponto de vista da sua produção, tomando como referência o tempo (a quantidade) de trabalho necessário para a sua produção que é equivalente ao tempo (a quantidade) de trabalho economizado com sua aquisição, ou seja, a referência é o valor que o adquirente é capaz de produzir com o consumo do trabalho economizado por meio da aquisição da mercadoria. O preço real da mercadoria corresponde ao valor do trabalho; o dinheiro corresponde somente ao preço nominal. As mercadorias têm valores diferentes em tempos e lugares diferentes em razão dos “diferentes graus de poder sobre o trabalho alheio que a referida mercadoria pode ter dado, em ocasiões diferentes, àqueles que a possuíam” (Adam Smith, 1776, Livro I, Capítulo V).

Diferentemente de Locke, Smith distingue o trabalho e sua valorização enquanto seu produto pertencia ao trabalhador e posteriormente quando se transforma em assalariado. Sua comparação se faz no tempo e está relacionada ao modo de produção, dividido em estágios, da mesma forma que os iluministas italianos acima citados. Existe um estágio primitivo que precede à acumulação de patrimônio e à apropriação da terra quando a “proporção entre as quantidades de

trabalho necessárias para adquirir os diversos objetos parece ser a única circunstância capaz de fornecer alguma norma ou padrão para trocar esses objetos uns pelos outros” (Adam Smith, 1776, Livro I, Capítulo V). Nessa situação o resultado do trabalho ainda pertence ao trabalhador. A partir de quando o capital se acumula nas mãos de pessoas particulares, como resultado do aprimoramento do sistema de proteção ao direito de propriedade, uma parte deste capital é aplicada por elas na compra do trabalho dos outros. O trabalho se reúne às matérias primas e outros recursos produtivos viabilizando a idéia de que o trabalho adquirido pelo capitalista agrega valor a essas matérias primas e outros recursos. “Ao se trocar o produto acabado por dinheiro ou por trabalho, ou por outros bens, além do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais e os salários dos trabalhadores, deverá resultar algo para pagar os lucros do empresário, pelo seu trabalho e pelo risco que ele assume ao empreender esse negócio²¹”. (Adam Smith, 1776, Livro I, Capítulo VI). O trabalho que era a medida do valor de troca passa a ser a medida da mais valia; passa a ser a referência da medida do valor excedente produzido por ele mesmo. Mas, independentemente da mudança nas finalidades do trabalho – de um fim em si mesmo até chegar a ser a medida do lucro do empreendedor – na teoria de Smith o conceito de valor em si não muda: sua medida será sempre a quantidade de trabalho economizado. Assim, podemos dizer que o conceito de valor é crucial na representação da realidade que Smith faz com a finalidade de ilustrar e fornecer explicação para a passagem do trabalho como um fim em si mesmo, como medida de valor de troca e fonte de direito de propriedade, para o trabalho assalariado.

Seguindo este raciocínio, enquanto as máquinas e técnicas se sofisticam e determinam novos estágios de desenvolvimento, o trabalho produz maior quantidade de mercadoria em menos tempo, daí a importância das máquinas não somente na divisão do trabalho, mas em termos da quantidade de valor excedente

²¹ “In exchanging the complete manufacture either for money, for labour, or for other goods, over and above what may be sufficient to pay the price of the materials, and the wages of the workmen, something must be given for the profits of the undertaker of the work who hazards his stock in this adventure. The value which the workmen add to the materials, therefore, resolves itself in this case into two parts, of which the one pays their wages, the other the profits of their employer upon the whole stock of materials and wages which he advanced”. Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*; Published: London: Methuen and Co., Ltd., ed. Edwin Cannan, 1904. Fifth edition. First published: 1776. Edição eletrônica encontrada em www.econlib.org/library/Smith.

que é capaz de produzir, ou a quantidade de trabalho que é capaz de economizar. No entanto, Smith não se preocupa em identificar e explicar as forças que promovem os avanços tecnológicos, porque para ele as transformações dos processos de trabalho que viabilizam o incremento dos excedentes têm sua própria lógica e são devidas exclusivamente à divisão do trabalho que, por sua vez, responde diretamente à necessidade de expandir mercado para satisfazer o infinito desejo de troca, dessa forma, não existe uma conexão entre, de um lado o trabalho intelectual empregado na criação das máquinas que viabilizam maior eficiência do trabalho do homem empregado na produção de mercadorias, e, de outro lado a produção de mais valia. Da mesma forma, conforme já foi comentado acima, Smith não considera o tempo gasto com o aperfeiçoamento pessoal em busca da especialização que gera a sofisticação da divisão do trabalho. Em resumo, o principal fundamento da tese de Adam Smith é a natureza humana, um fator objetivo, genérico e fixo. Ele toma como premissa que as paixões inatas inevitavelmente se transformam em cooperação social produtiva num ambiente de capitalismo liberal – *laissez faire*. Portanto, sua tese se baseia na divisão do trabalho que, por sua vez, pressupõe a cooperação, sempre visando à ampliação do mercado que responde à propensão natural do homem à troca. O processo pelo qual paixões humanas se transformam em cooperação socialmente produtiva não importa, faz parte da própria natureza humana, sua propensão à troca é a força promotora e a justificativa deste processo de transformação.

Alessandro Roncaglia salienta que Adam Smith critica autores de sua época ao afirmar que apesar da tarefa do cientista consistir em revelar as leis da natureza que constituem a estrutura do mundo real, os filósofos criam sistemas que são meras invenções da imaginação porque observam o mundo e querem interpretar seu funcionamento positivamente e assim interferir na lógica própria das coisas, criando teoria ao invés de simplesmente descobrir as teorias existentes nas leis da natureza. Por outro lado, conforme observa Roncaglia, Adam Smith dá uma grande contribuição ao desenvolvimento do conhecimento a respeito da atividade humana produtiva ao demonstrar que existe complementaridade entre a busca do interesse individual e as regras morais do bom funcionamento da vida comum em sociedade. Em outras palavras, na obra de Smith o interesse individual e o coletivo não entram em conflito, ao contrário são naturalmente complementares; os vários elementos concorrem para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento

da sociedade. Dessa forma, entende-se que são fatores presentes na realidade que atuam como mecanismos causais na promoção do bom funcionamento e melhoria da sociedade para vantagem de todos. São eles: o comportamento moral baseado no sentimento de simpatia (um sentimento inato ao ser humano e não imposto de fora para dentro); a força promotora do interesse individual livremente definido; um conjunto de regras jurídicas e costumes e as instituições públicas para garantir a administração da justiça.

O primeiro ponto da tese de Smith que Roncaglia destaca – especialmente por se tratar de uma elaboração que representa avanço intelectual no campo da Economia Política Internacional e importa para a discussão em torno da qual gira esse estudo – é a identificação da riqueza das nações com aquilo que hoje chamamos a renda *per capita*, ou o padrão de vida dos cidadãos de um determinado país²². Esse movimento demonstra um processo de abandono das tendências cameralistas e mercantilistas de definir como objetivo final a maximização da receita agregada do país vista como fonte de recursos de poder econômico e, conseqüentemente, de poder militar e político (Alessandro, Roncaglia, 2006, 127). Ao contrário, a renda agregada é entendida como soma das partes da produção bruta distribuídas entre os indivíduos, o que em outras palavras significa dizer que Adam Smith adota uma perspectiva individualista: a soma das vontades individuais de obter vantagem para si com a troca definem o tamanho do mercado. Outro aspecto em sua tese a respeito do qual já se chamou atenção acima e que Roncaglia repara e comenta é a identificação do tamanho do mercado como principal fator de constrangimento ou obstáculo ao desenvolvimento da divisão do trabalho. Smith avalia a relação entre o tamanho do mercado e o aprofundamento da divisão do trabalho, e, assim, cria uma cadeia causal que se inicia com os fatores que provocam restrições ao mercado e

²² Essa é a idéia transmitida nos primeiros parágrafos da obra de Smith:

“The annual labour of every nation is the fund which originally supplies it with all the necessaries and conveniencies of life which it annually consumes, and which consist always either in the immediate produce of that labour, or in what is purchased with that produce from other nations. According therefore, as this produce, or what is purchased with it, bears a greater or smaller proportion to the number of those who are to consume it, the nation will be better or worse supplied with all the necessaries and conveniencies for which it has occasion”.
www.econlib.org/library/Smith *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*; Published: London: Methuen and Co., Ltd., ed. Edwin Cannan, 1904. Fifth edition. First published: 1776

resultam em perturbação à produção e acumulação de riqueza da nação. Ele diz²³ que os obstáculos ao crescimento do comércio impedem o desenvolvimento da divisão do trabalho, e, assim, o crescimento da produtividade e do bem estar dos cidadãos, conseqüentemente, configuram, ao final, constrangimento à riqueza das nações.

Por último, destaca-se o elo que Smith identifica entre a acumulação e a utilização produtiva do excedente do trabalho. Para ele a acumulação consiste “não somente no investimento em novos meios de produção, mas também no aumento do número de trabalhadores empregados, e assim, nos salários adiantados a esses trabalhadores, o que consiste no uso de parte dos excedentes como recursos de subsistência para os trabalhadores produtivos adicionais” (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 131). Daí, distinguir três tipos de trabalho produtivo: o que produz bens agrícolas ou manufaturados; o que recupera os custos investidos na produção e gera lucro; o que é remunerado pelo capital e não pela relação de servidão. Todo o restante do trabalho para Smith é improdutivo:

There is one sort of labour which adds to the value of the subject upon which it is bestowed: there is another which has no such effect. The former, as it produces a value, may be called productive; the latter, unproductive. (...)The labour of some of the most respectable orders in the society is, like that of menial servants, unproductive of any value, and does not fix or realize itself in any permanent subject; or vendible commodity, which endures after that labour is past, and for which an equal quantity of labour could afterwards be procured. The sovereign, for example, with all the officers both of justice and war who serve under him, the whole army and navy, are unproductive labourers. They are the servants of the public, and are maintained by a part of the annual produce of the industry of other people. Their service, how honourable, how useful, or how necessary soever, produces nothing for which an equal quantity of service can afterwards be procured. (Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, Livro II, Capítulo III, 1776).

²³ “As it is the power of exchanging that gives occasion to the division of labour, so the extent of this division must always be limited by the extent of that power, or, in other words, by the extent of the market. When the market is very small, no person can have any encouragement to dedicate himself entirely to one employment, for want of the power to exchange all that surplus part of the produce of his own labour, which is over and above his own consumption, for such parts of the produce of other men's labour as he has occasion for”. (Livro 1, Capítulo III) www.econlib.org/library/Smith *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*; Published: London: Methuen and Co., Ltd., ed. Edwin Cannan, 1904. Fifth edition. First published: 1776

A distinção conceitual de valor de uso e valor de troca é crucial para o desenvolvimento da economia política clássica e fundamental para o que se seguiu à Escola Clássica. Smith não pretende exatamente apontar os fatores que determinam o valor de troca, mas sim indicar um padrão para medi-lo. A quantidade de trabalho que se pode comandar serve de base para comparações do valor das mercadorias tanto no tempo, cujas diferenças devem-se às transformações dos processos de trabalho e o aprofundamento da divisão do trabalho que são inevitáveis e seguem sua própria lógica, como no espaço, cujas diferenças são determinadas pelo talento natural de cada país que pode facilitar ou perturbar a divisão do trabalho. De acordo com o pensamento de David Ricardo²⁴, tudo que tem valor de troca tem valor de uso, apesar de nem tudo que tem valor de uso, ter valor de troca. Ele dá como exemplo a água e o ar que tem altíssimo valor de uso, apesar de não terem valor de troca, ou seja, não integram o mercado, não podem ser objeto de troca. Em outras palavras, o valor de troca pressupõe o valor de uso, no entanto o valor de uso nem sempre pode ser expresso num valor de troca que é a condição para entrar no mercado. Sendo assim, possuindo valor de uso, o valor de troca se estabelece a partir de duas fontes: da escassez ou da quantidade de trabalho necessária para a produção. Ricardo reconhece que existem mercadorias cujo valor é determinado somente por sua escassez. Nesses casos o trabalho – entendido aqui como dispêndio de força de trabalho disciplinado pelo salário, num ambiente de revolução industrial – não poderá incrementar a quantidade desse tipo de bem e, dessa forma, seu valor não diminuirá em razão de transformação na capacidade produtiva. “As obras de arte, os livros e moedas raros, vinhos de qualidade única, feitos de um tipo de uva que só cresce num tipo de solo em particular, são exemplos desse tipo de mercadoria. Seu valor é totalmente independente da quantidade de trabalho necessária para produzi-los, e varia com as diferentes capacidades e inclinações daqueles que desejam possuí-las” (Ricardo, 1817, Capítulo 1, *On Value*).

²⁴ Uma das edições da obra de David Ricardo (1772 – 1823) usadas como referência aqui é a versão eletrônica publicada com as seguintes informações: *On the Principles of Political Economy and Taxation*,

Published: London: John Murray, 1821. Third edition. First published: 1817. A outra faz parte da série “Os Economistas”: *Princípios de Economia Política e Tributação*, David Ricardo, Abril Cultural, 1982, com a introdução de Piero Sraffa, apresentação de Paulo Singer e tradução de Paulo Henrique Ribeiro.

Deixando de lado essas mercadorias cujo valor depende de sua escassez – determinada exclusivamente pelas características naturais e substantivas das mesmas – e não decorre diretamente do trabalho gasto, é interessante observar que Ricardo discorda de Adam Smith quando ele diz que se o trabalho pode comprar quantidades diferentes de mercadorias isso significa que as mercadorias variam de valor, mas o trabalho não. Mas ele concorda com Smith no que diz respeito a sua afirmação de que a proporção entre quantidades de trabalho necessárias para adquirir diferentes objetos é o único caminho para se estabelecer as condições de troca de uns pelos outros. Trabalhos de diferentes qualidades são remunerados diferentemente e essa diferença não é causa de variação do valor relativo das mercadorias. Ricardo reconhece que não só o trabalho aplicado diretamente nas mercadorias afeta seu valor, “mas também o trabalho gasto em implementos, ferramentas e edifícios que contribuem para sua execução” (Ricardo, 1817, Capítulo 1, *On Value*, Seção III). As facilidades criadas pelas máquinas e novas tecnologias determinam a redução da utilização da força de trabalho, o que obrigatoriamente reduz o trabalho necessário para a formação do capital investido antecipadamente na produção de uma mercadoria, e, conseqüentemente, o seu valor de troca. O que faz o preço da mercadoria variar é a quantidade de trabalho gasto na sua produção, ou do capital empregado, daí conclui-se que a simples variação do salário não muda o preço da mercadoria enquanto a capacidade produtiva permanecer inalterada.

Ricardo examina o trabalho no seu processo completo, considerando todos os fatores elementares – atividade humana, matérias primas, e condições/instrumentos de produção. Todos os fatores dependem do trabalho e geram trabalho e, assim, geram valor. Mas, ainda mais importante, é verificar que o salário, para Ricardo, não traduz o valor do trabalho. O valor do trabalho não se mede simplesmente pela remuneração da atividade humana, a remuneração é que varia de acordo com a quantidade de trabalho gasto na produção da mercadoria, sendo certo que a quantidade de trabalho varia em função do estágio de desenvolvimento do processo produtivo, o que significa dizer, em outras palavras, que o estado da técnica é uma variável independente na análise de Ricardo do trabalho como fonte de riqueza. Prosseguindo, Ricardo demonstra que a quantidade comparativa de mercadoria que o trabalho produz determina o valor relativo delas e não as quantidades de mercadorias que são entregues ao

trabalhador em troca de seu trabalho. Em resumo, conclui-se que para Ricardo o trabalho é a fonte de valor de todas as mercadorias; sua teoria do valor afirma que a quantidade de trabalho necessária para produzir uma mercadoria determina seu valor de troca.

Schumpeter critica David Ricardo naquilo que ele e outros autores seus contemporâneos julgavam ser um princípio que pode levar a erro. Na análise de Ricardo sobre a agricultura ele usa a idéia de que o fazendeiro em primeiro lugar ocupa a parte mais fértil da terra, em segundo a parte que não produz com tanta naturalidade e deixa por último a porção que ele sabe que devolve pouco em resposta ao investimento de muito esforço. Dessa idéia ele infere a lei dos retornos decrescentes na proporção em que a produção cresce. No entanto, essa idéia pode levar a erro porque não se aplica a todos os setores produtivos, como a produção industrial que começava a florescer justo no momento que Ricardo publica sua principal obra (1817). Vale lembrar o comentário de List, destacado anteriormente nesta seção, a respeito da novidade proporcionada pela obra do renascentista Antonio Serra ao explorar as diferenças entre os setores produtivos, mais especificamente a incidência de retornos crescentes na atividade manufatureira e sua ausência na atividade agrícola²⁵. A atividade industrial mostra que o aumento da produção barateia os custos e assim diminui o preço da mercadoria exigido do consumidor. Schumpeter critica também a interpretação que Marx dá à teoria de Ricardo que o leva a afirmar que a mecanização da produção iria criar um exército de mão de obra de reserva – desempregados – uma massa de trabalhadores levados à miséria e, conseqüentemente, a níveis cada vez mais profundos de exploração. Ele alega que a leitura de Marx é enganada e o erro se explica pela adoção do argumento de Ricardo a respeito dos efeitos da mecanização sobre o emprego sem considerar as distinções de qualificação do trabalho que estão presentes na sua obra (Thomas, K. McGraw, 2007).

É bom que se diga que as distinções de qualificação presentes na obra de Ricardo têm a finalidade de explicar a quantidade de trabalho gasto na produção de mercadorias, mas não de questionar como e por que se estabelecem essas distinções, nem o grau de especialização alcançado pelos vários países, ou tampouco de incluir no valor de troca das mercadorias o trabalho e o tempo gastos

²⁵ Ver comentário sobre a obra de Antonio Serra na página 33 acima.

no aperfeiçoamento pessoal e, conseqüentemente, no aprofundamento do grau de especialização. Ricardo desenvolve seu argumento com base em comparações de custos considerando as condições objetivas (facilidades e problemas) de produção de cada tempo e lugar para assim definir as atividades mais vantajosas em termos de quantidade de mercadoria produzida com as mesmas unidades de trabalho. Por outro lado, Schumpeter enfatiza a identificação entre Ricardo e Marx e afirma que este último usa a teoria do valor do primeiro²⁶. Na verdade, ele critica os dois porque tanto um como o outro entende o valor das mercadorias em proporção à quantidade de trabalho nela contida, desde que a proporção resulte da comparação das quantidades de trabalho executado conforme os padrões existentes de eficiência de produção, o que significa pressupor condições perfeitas de equilíbrio e de competição. Ambos os autores medem a quantidade de horas de trabalho e usam o mesmo método para reduzir diferentes qualidades de trabalho a um único padrão; desde que cada uma delas seja executada e medida de acordo com os padrões de eficiência disponíveis, podem ser reduzidas a um mesmo padrão e comparadas. Portanto, as dificuldades específicas de acesso ao mercado, os obstáculos ao fluxo livre de informação e as particularidades do processo de produção e de circulação de cada tipo de mercadoria não interferem no conceito de valor utilizado em suas respectivas teorias.

Diferentemente do que alega Schumpeter a respeito da leitura enganada de Marx por não reconhecer na obra de Ricardo a presença de um argumento, mais especificamente não considerar o lugar ou a função que Ricardo dá para as diferenças qualitativas dos vários tipos de trabalho, o primeiro critica a insuficiência da análise sobre valor verificada na obra do segundo. Marx afirma que o ponto fraco da Escola Clássica da Economia Política é não distinguir entre trabalho, conforme se apresenta no valor de troca do produto, e o mesmo trabalho, na forma que se mostra no valor de uso da mercadoria. O trabalho que se apresenta no valor do produto é medido objetivamente em termos de tempo

²⁶ Em seu livro *Capitalism, Socialism and Democracy*, 3ª. edição, 1950, London, George Allen & Unwil Ltd., (primeira edição, 1943), Schumpeter analisa detalhadamente a obra de Marx. Antes de tudo analisa o próprio Marx, dentro do contexto em que desenvolve sua obra, tentando compreender suas idéias tanto do ponto de vista da sociologia, como do ponto de vista puramente econômico, ou da economia como determinante da estrutura social. Ao longo dessa análise comenta os pontos em comum nas obras de Ricardo e Marx, ou melhor, os elementos da obra de Ricardo que estão presentes na obra de Marx e a influência direta do pensamento da Escola Clássica na teoria econômica de Marx.

(unidades de trabalho despendidas), pressupondo-se estarem naturalmente presentes as condições de produção compatíveis com o estado da técnica e com a realidade do momento e do lugar. Conforme Marx explica, quando aceitamos que diferentes quantidades de diversas mercadorias podem ter valores de troca equivalentes, significa que a diferença qualitativa de seus respectivos valores de uso foi extinta, e, assim, podem ser entendidas como portadoras de um volume igual do mesmo trabalho (Marx, 1859)²⁷. O trabalho que se objetiva de forma equivalente em cada uma dessas mercadorias é uniforme, sem diferenças. Trata-se de trabalho simples para o qual o resultado final é indiferente. Marx aponta esse raciocínio que tem sua origem na teoria liberal clássica como problemático, uma vez que o modo de trabalho é sempre qualitativamente diferente para a produção de cada mercadoria. Além disso, o trabalho individual é sempre diferente, produz resultados diferentes para cada pessoa, com valores de uso diferentes para cada um. Por isso, radicalizando o argumento, alega que a uniformização do valor de troca pressupõe a extinção do valor de uso e da diferenciação do trabalho individual, o que representa maior submissão ao capital. O modo de produção capitalista depende, portanto, de uma natureza de trabalho em que a individualidade dos trabalhadores se extingue. Para ter valor de troca tem de ser produto do trabalho abstratamente geral. Assim, a força de trabalho torna-se ela mesma uma mercadoria que tem valor de troca, mas deixa de ter valor de uso.

Para Marx a confusão entre valor de troca e valor de uso deve-se ao tratamento dado ao trabalho, hora no seu aspecto quantitativo que se expressa no valor de troca e hora no seu aspecto qualitativo expresso no valor de uso da força de trabalho. Tratar as diferenças dos vários tipos de trabalho somente no seu aspecto quantitativo implica a uniformização ou equalização qualitativa do trabalho. O valor é estabelecido simplesmente pela quantidade de trabalho necessário para a produção, não fazendo diferença a natureza do trabalho, nem o tempo e custo de desenvolvimento do talento e da capacidade da força e dos instrumentos de trabalho envolvidos no processo. Dessa forma, o trabalho que tem

²⁷ “Contribuição à Crítica da Economia Política” versão eletrônica encontrada em www.marxist.org. O prefácio desta edição eletrônica traz as seguintes indicações: Source: K. Marx, *A Contribution to the Critique of Political Economy*, Progress Publishers, Moscow, 1977, with some notes by R. Rojas. Written: 1859; Publisher: Progress Publishers, Moscow; First Published: 1859; Translated: S.W. Ryazanskaya; On-Line Version: Marx.org 1993 (Preface, 1993), Marxists.org 1999; Transcribed: Tim Delaney, Zodiac; HTML Markup: Tim Delaney 1999.

ele mesmo o seu valor, determinado pelas necessidades básicas de reprodução da força produtiva, passa a ser a referência universal de valor de todas as mercadorias. Para Marx, a economia política clássica não conseguiu evitar a confusão entre valor-trabalho como salário e como valor produzido pelo trabalho. E isso acontece porque não diferencia trabalho – como consumo de mercadoria adquirida – de força de trabalho – como mercadoria oferecida ao consumo – e não leva em consideração que no capitalismo industrial, a venda da força de trabalho ao capitalista em troca do salário antecede a produção e a incorporação do valor ao produto que se dá através do processo de trabalho (Marx, *Capital*, 1867).

Segundo Alessandro Roncaglia, Ricardo adotou a visão de Adam Smith a respeito do sistema econômico e a partir dela construiu uma estrutura analítica admirável por seu caráter consistente, tanto na sistemática como na lógica, visando sua utilização como apoio às políticas em prol do desenvolvimento capitalista. Portanto, sua tese tem caráter eminentemente normativo. Da mesma forma que Smith ele pressupõe uma sociedade baseada na divisão do trabalho, com dois setores produtivos – agricultura e manufatura – três classes sociais – trabalhadores, capitalista e proprietários de terra – e três fontes de renda: salário, lucro, e aluguel. Salário deve corresponder ao consumo de subsistência do trabalhador, portanto, ao mesmo tempo em que é fonte de renda, integra os custos de produção.

Roncaglia observa também que a lei das vantagens comparativas reforça a idéia de que os obstáculos ao comércio internacional e as taxas de importação em particular devem ser removidas. Ricardo dizia que a importação de grãos poderia resolver o problema do aumento da demanda por alimentos devido ao crescimento da população. As importações evitam que terras inférteis sejam colocadas em cultivo, o que aumentaria o preço do aluguel e conseqüentemente diminuiria o lucro que é reinvestido pelo capitalista no incremento da acumulação. Esta idéia leva a concluir em favor de uma política de comércio internacional livre. A lei das vantagens comparativas decorre desse raciocínio (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 185) e é o elemento mais importante da teoria de Ricardo. Baseia-se nas diferenças entre as estruturas tecnológicas dos diversos países que estabelecem comércio, apesar de não discutir as causas nem as conseqüências dessas desigualdades. A vantagem se dá quando um país obtém uma mercadoria do outro a um custo – em termos de mercadorias exportadas – mais baixo que aquele que

gastaria para produzir. O mercador inglês, gasta o equivalente a vinte unidades de trabalho para obter em seu país uma medida de algodão e cinco unidades de trabalho para obter um litro de vinho enquanto o mercador português, gasta o equivalente a dez unidades de trabalho para obter em Portugal uma medida de algodão e uma unidade de trabalho para obter um litro de vinho. Sendo assim, o mercador português certamente aceitará uma medida de algodão em troca de dez litros de vinho. Se o mercador inglês entrega uma medida de algodão que lhe custa o equivalente a vinte unidades de trabalho em troca de dez litros de vinho que custaram o equivalente a dez unidades de trabalho para o mercador português (20/10), significa que compra o vinho por duas unidades de trabalho. Se fizer isso obterá vantagem ao final porque se produzisse o vinho ele mesmo gastaria cinco unidades de trabalho, portanto, seu custo se elevaria duas vezes e meia (Ricardo, 1817, Capítulo 7, *On Foreign Trade*).

Muitas críticas surgiram à ausência na tese de Ricardo de questionamentos acerca das desigualdades de desenvolvimento. Ricardo simplesmente não discute as desigualdades seja como efeito das características dos recursos naturais disponíveis – e, portanto, independentes da vontade e da ação humanas – ou reflexo do conhecimento e do maior ou menor domínio da tecnologia, ou decorrente dos diferentes estágios de acumulação de capital. Ao contrário, essas diferenças não explicadas são essenciais para o desenvolvimento do seu raciocínio. As críticas à ausência de questionamentos a respeito das diferenças de estágios de desenvolvimento entre os países geraram um retorno às idéias protecionistas, como veremos adiante, em defesa do desenvolvimento promovido pelo Estado através de medidas protecionistas à indústria em fase inicial de crescimento. Por outro lado, uma abordagem radicalmente diferente da teoria de Ricardo e da Escola Clássica em geral, também decorrente das críticas, abandona a dificuldade relativa de produção e passa a levar em conta a proporção entre oferta e demanda, ou a relação entre a escassez e a utilidade na definição do valor de troca das mercadorias. Assim, há uma transferência de foco da produção para a circulação; a circulação é determinada pela proporção/razão oferta e demanda. A relação oferta e demanda, por sua vez, envolve elementos objetivos e subjetivos. Elementos objetivos dizem respeito ao valor de troca da mercadoria definido pela quantidade de trabalho necessária para sua produção e pelo grau de escassez (natural e artificial) dela. A escassez é determinada não somente pelas

dificuldades de obtenção de matérias primas e de produção de mercadorias, mas é considerada em sua representação relativa, ou seja, na proporção existente entre a dificuldade de produção e a utilidade do bem, ou entre o valor de troca definido objetivamente e o valor de uso determinado tanto subjetivamente pelas necessidades e desejos de consumo, como objetivamente pelo grau de sofisticação intelectual específico do trabalho envolvido.

A teoria subjetiva do valor se fortalece a partir das críticas à tese de Ricardo que tinham como alvo a característica metafísica da sua teoria baseada em um conceito absoluto de valor. Para esses críticos o valor de troca é sempre relativo, pois é a expressão da relação entre diferentes mercadorias do ponto de vista dos agentes participantes do mercado e não de um valor substantivo intrínseco à mercadoria. Daí em diante se fortalece a tendência a um conceito de valor de troca livre de custos físicos; ao invés disso dependente da avaliação dos agentes econômicos que participam do jogo da troca. As causas do valor dizem respeito a uma atitude da mente humana em relação a um objeto que não pode ser entendida considerando-se o objeto isoladamente, mas sempre em relação a outros (Roncaglia, 2006, pág. 216). As várias leituras da teoria de Ricardo e interpretações do pensamento da Escola Clássica permitiram que os elementos do conceito do valor passassem a ser determinados de uma perspectiva estritamente subjetiva, ou seja, em razão da escassez que resulta da produção de demanda artificial sempre superior à oferta e da utilidade das coisas definida exclusivamente pela importância ou valor que um indivíduo atribui a ela. Do ponto de vista analítico, ou mais especificamente, do ponto de vista metodológico, a teoria do valor baseada na escassez e na utilidade, bem como na escassez entendida como síntese da razão entre, de um lado, dificuldades de produção e quantidade em oferta e, de outro lado, necessidade (natural ou artificial) de consumo e demanda real, se apresentou como uma alternativa para as teorias que integram a Escola Clássica, cujo sistema conceitual é elaborado a partir das dificuldades de produção, isto é, teorias que adotam um conceito de valor no qual o trabalho aparece como medida de referência, ou como fonte ou como justificativa. O tamanho do mercado e os problemas de circulação não existirão, portanto, não são alvos de consideração, desde que seja garantida total liberdade e não interferência de qualquer tipo no seu funcionamento, hipótese que resultará naturalmente em movimento constantemente expansivo e favorável à acumulação.

Antes de prosseguir na radicalização do subjetivismo e na revolução marginalista, como posteriormente são consideradas nos estudos que buscam a sistematização do pensamento econômico que se desdobra do liberalismo clássico, volto a outro aspecto da crítica à obra de Ricardo comentado logo aqui acima, mais precisamente aquele que gerou o retorno às idéias protecionistas desenvolvidas pelos mercantilistas discutidas na primeira parte desta seção, como reação ao pensamento da Escola Clássica que desde Adam Smith promove a abstenção da autoridade nas atividades econômicas a fim de evitar distorções que impeçam os indivíduos de explorar ao máximo suas capacidades individuais e o desejo de ampliar mercado para melhorar as condições de troca. Esse movimento se manifesta claramente na obra de Friedrich List. Sua crítica ao pensamento liberal clássico consiste em demonstrar que o desenvolvimento da nação, e, conseqüentemente sua participação no comércio internacional, fica prejudicado enquanto a ordem econômica liberal que segue exclusivamente a lógica do mercado prevalecer. A ordem a que se refere segue a lógica da produção de mercadorias para serem levadas ao mercado e cujo valor de troca tem um elemento substantivo próprio, definido com base no trabalho necessário para a sua produção. Segundo List, ao restringir os mecanismos causais às forças do mercado, a teoria econômica liberal despreza as forças sociais e condições morais e institucionais necessárias para a criação de um mercado livre para exercer sua função apropriadamente. Da mesma forma, o pensamento liberal não questiona a presença de forças políticas e sociais na determinação do estágio de desenvolvimento tecnológico e não inclui na sua teoria do valor o tempo e o esforço investido no aperfeiçoamento da força produtiva e na criação de máquinas e novas técnicas para serem aplicadas ao trabalho a fim de aumentar a produção e baratear o custo. Ele afirma que de acordo com as observações do biógrafo de Adam Smith, Douglas Stewart, suas investigações se baseiam no princípio de que “a maior parte das regulamentações de Estado para a promoção da prosperidade pública são desnecessárias, e para que a nação possa se transformar do mais baixo estado de barbarismo para o mais alto estado de prosperidade possível não precisa de nada além de taxaço suportável, administração equilibrada da justiça e paz” (List, 1841, Livro 2, Capítulo 11).

List aponta como a maior fraqueza da teoria econômica liberal clássica a idéia de que o mecanismo de recuperação da taxa de lucro através do aumento da

mais valia proporcionado pela produtividade do trabalho incrementada pelas inovações e pelo desenvolvimento da capacidade das forças produtivas é natural, opera por si mesmo em resposta às forças do livre mercado, sem a atuação da força coercitiva do Estado ou outra autoridade, e proporciona sempre um retorno ao equilíbrio (List, 1841, Livro 2). Os fatores de produção são definidos como valores de troca e colocados no mercado como as outras mercadorias; seu preço é estabelecido em função da sua escassez relativa, isto é, de acordo com a proporção da oferta e da demanda. Porém List insiste que a visão do mercado como um fenômeno natural, conforme é para Adam Smith uma decorrência da propensão natural do homem à troca, não leva em consideração as forças políticas que atuam na sua criação e manutenção como espaço livre de troca e no processo de transformação de qualquer valor de uso em valor de troca, ou como diria Marx, o processo pelo qual o valor de uso deixa de existir e as coisas passam a ter somente valor de troca. Além disso, o liberalismo clássico confunde causa e efeito quando pressupõe um estado de paz e harmonia entre nações que é alcançado naturalmente através do livre comércio, quando, na verdade, o livre comércio se expande ou se retrai como efeito de uma relação política mais ou menos pacífica entre nações (List, 1841, Livro 2). No estado em que as coisas se encontram no momento em que List escreve o resultado do livre comércio não poderia ser a paz universal, mas somente o estado de submissão imposto pelas nações avançadas industrial e comercialmente e preponderantes no poder naval.

Para List, Adam Smith se limita a uma teoria do valor de troca que ao fim das contas ignora as forças produtivas – a sua reprodução, o desenvolvimento de sua capacidade – e esquece a condição humana que se expressa pelas forças produtivas, aspectos que não têm valor de troca, mas de acordo com a própria tese liberal clássica, tem valor de uso. A transformação do trabalho de reprodução das forças produtivas em valor de troca é artificial, e só acontece porque tem apoio de uma estrutura legal e de poder que permite tal transformação. Do ponto de vista de List, as condições de reprodução das forças produtivas e de desenvolvimento da sua capacidade dizem respeito a um aspecto intelectual e imaterial do trabalho sem o qual o capitalismo não pode manter sua tendência à expansão e o aumento da taxa de acumulação. Ele explica que o progresso da ciência e da arte é responsável pelo desenvolvimento das forças produtivas. É o que ele chama de “capital mental da sociedade” Seu raciocínio demonstra que o trabalho material

produz valor de troca e o trabalho imaterial produz força produtiva e que a riqueza de uma nação depende mais da produção e reprodução de suas forças produtivas do que da produção de valores de troca (List, 1841, Livro 2, cap. XII). Por isso, o Estado deve atuar no sentido de promover a reprodução e aperfeiçoamento das forças produtivas, visando o desenvolvimento da indústria, da arte e das atividades que geram acumulação de riqueza, condição necessária para a participação no comércio internacional de forma vantajosa.

O mesmo erro que Friedrich List atribui à Quesnay e à Escola Clássica ao analisar a produção e distribuição de riqueza do ponto de vista da humanidade inteira e não levar em conta a política propriamente dita, que pressupõe o Estado nacional (List, 1841, Livro 2) pode ser atribuído a Marx. Em outras palavras, a crítica marxista à economia política – ainda que represente contribuição teórica importantíssima ao estabelecer categorias gerais válidas para a análise exaustiva dos processos de trabalho e da produção de valor e riqueza independentemente do estágio de desenvolvimento e da estrutura interna do modo de produção específico em que se inserem – traz em si uma contradição criada pelo fato de depender, antes de tudo, do modo de produção capitalista. A crítica marxista se dirige mais especificamente ao tipo de relação que se desenvolve entre capital, trabalho e propriedade na sociedade burguesa, relação esta que, por sua vez, está condicionada ao Estado moderno (como síntese da relação entre capital e coerção), ao Estado nacional (em sentido mais estrito e protecionista). No entanto o Estado nacional como estrutura, ou como ator influente, não é debatido, e nem se apresenta como uma variável interveniente na relação entre trabalho, capital e propriedade conforme discutida por Marx.

Alessandro Roncaglia afirma que a estrutura analítica baseada na noção de excedente e na representação do sistema econômico como um fluxo circular de produção e consumo é uma criação da Escola Clássica, particularmente de Ricardo, que foi utilizada por Marx de maneira original. Com base nos fundamentos do pensamento clássico ele foca sua análise na oposição de interesses entre a burguesia e o proletariado, orientando, dessa forma, sua pesquisa pela busca de uma crítica radical ao modo de produção capitalista. Um dos fundamentos de sua tese consiste em tomar as transformações no modo de produção, portanto, mudanças na estrutura econômica da sociedade, como mecanismos com influência decisiva nas instituições políticas e no ambiente

cultural, isto é, na superestrutura (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 245). Marx alega que em qualquer sociedade baseada na divisão do trabalho, uma vez superado o estágio de produção para o próprio sustento, cada trabalhador passa a desempenhar uma tarefa específica cujo resultado é utilizado, em geral, para a satisfação das necessidades e desejos de terceiros, portanto, o trabalhador necessita do produto do trabalho de outros para a sua própria subsistência e para obter os meios para execução de seu próprio trabalho. Na medida em que se elabora essa representação da economia como um fluxo circular de produção e consumo, a rede que conecta as atividades produtivas independentes para cooperarem em prol da sobrevivência e da reprodução da economia, constitui o verdadeiro fundamento sobre o qual a sociedade se desenvolve.

Uma das grandes contribuições analíticas de Marx foi diferenciar trabalho de força de trabalho. O trabalhador vende para o capitalista a mercadoria força de trabalho e o capitalista paga por ela o suficiente para cobrir os respectivos custos de produção. O consumo da mercadoria força de trabalho resulta em trabalho ou, mais precisamente, representa a entrega da mercadoria ao seu comprador, neste caso o capitalista, para que ele use conforme desejar. Em um sistema econômico que produz excedente, a quantidade de trabalho fornecida diariamente pelos trabalhadores é maior do que a quantidade de trabalho requerida para produzir seus meios de subsistência diários. Assim, o trabalho, ou força de trabalho consumida, se divide em trabalho necessário, que corresponde ao trabalho requerido na produção dos recursos de subsistência dos trabalhadores empregados e trabalho excedente, que corresponde a todo o resto do trabalho realizado, isto é, a diferença entre o trabalho social agregado, menos o trabalho necessário (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 253). Outra importante contribuição de Marx à Economia Política consiste no elo que encontra entre o ciclo de comércio e o desenvolvimento econômico e finalmente, sua visão do capitalismo não como um estágio final na história da humanidade, mas certamente um estágio intermediário. Da mesma forma que o feudalismo deu lugar ao capitalismo, o capitalismo abrirá o caminho para novas formas de organização social. Por isso, é importante estudar as leis que explicam os movimentos do capitalismo. Neste sentido, Marx chama a atenção para uma tendência concentradora do capitalismo, tanto de poder econômico como político, devida não somente às vantagens tecnológicas e de organização envolvidas na produção de larga escala, mas também à estrutura

financeira e de crédito do sistema capitalista competitivo que conta com mecanismos monopolistas para gerar o impedimento à entrada de novas empresas no mercado, ou seja, mecanismos não competitivos que promovem a concentração (Alessandro Roncaglia, 2006, pág. 262).

Podemos então resumir a história desenhada nessa seção, acerca dos questionamentos de cada época e lugar a respeito da atividade produtiva e acumulação de riqueza como parte dos processos de transformações sociais. A mudança de atmosfera mental simbolizada pela obra de Francis Bacon publicada logo no início do século dezessete marca o início da produção de uma ampla literatura mercantilista responsável pelo conceito de produto agregado e balança de comércio positiva em busca do entesouramento como complemento ao poder bélico, e que contribui, dessa forma, com o desenvolvimento da noção de Estado-nacional e da economia como um dos ramos da atividade do governo. O longo período mercantilista convive durante certo tempo com as idéias dos fisiocratas que buscavam a sistematização das conseqüências para a economia da inter-relação entre os vários setores produtivos. Adotavam como pressuposto a superioridade da atividade agrícola e a importância da terra na produção de valor, entendida como finalidade última da atividade humana. São os excedentes produzidos pela agricultura que fornecem as condições necessárias para que os outros setores da economia sejam colocados e mantidos em movimento. Assim, conclui-se que as idéias mercantilistas e dos fisiocratas constituem um primeiro passo na transformação mental que atribui caráter científico à teoria econômica. De um ponto de vista cumulativo, as inovações produzidas, redefinem o espaço analítico e, assim, apresentam novos problemas cuja análise vem a incrementar o conhecimento a respeito da atividade produtiva e permitem o aprofundamento de um sistema conceitual a ser usado na representação da realidade econômica mais e mais complexa à medida que há avanço no conhecimento a seu próprio respeito.

Da mesma forma, de uma perspectiva cumulativa podemos afirmar que a literatura mercantilista e as teses dos fisiocratas abrem caminho para a Escola Clássica, especialmente as obras de Smith e Ricardo, responsável pela criação de um conceito de valor que apresenta sempre duas faces, valor de troca e valor de uso, ou uma face objetiva e outra subjetiva (complementar), é integrado por elementos materiais e imateriais definidos objetivamente em termos de tempo e dificuldade de realização do trabalho necessário para produzir as mercadorias e o

lucro do capitalista. As várias críticas vêm mostrar que não, as coisas não são bem como previam as teorias de Smith e Ricardo, ambas de caráter normativo, guias para a adoção de políticas visando à obtenção de certos resultados para a economia. As críticas, por um lado promovem um retorno às idéias mercantilistas, fazendo surgir teses protecionistas em defesa do crescimento da indústria nacional, tomada como referência aqui a obra de List. Ao mesmo tempo o pensamento liberal clássico fornece vasto material para a crítica de Marx a qual fundamentada no conceito de valor de Ricardo demonstra o processo que põe fim ao valor de uso das coisas e do trabalho correspondente ao consumo da força de trabalho adquirida antecipadamente.

Das três matrizes teóricas acima sintetizadas – o liberalismo clássico, o protecionismo ou nacionalismo (ou uma nova expressão do mercantilismo renascentista) e o marxismo – desdobra-se o pensamento contemporâneo, as mais diversas teorias que foram criadas ao longo do século vinte, a fim de avançar na representação da realidade econômica em um espaço analítico em profunda transformação, conforme se discutiu no primeiro capítulo. Dentre esses desdobramentos provocados por novos questionamentos e críticas, e conforme já havia sido comentado acima, desde o final do século dezenove vem se fortalecendo uma nova abordagem da ciência econômica, baseada na teoria subjetiva do valor e no conceito de utilidade marginal. A teoria subjetiva se baseia no conceito de utilidade entendida como uma relação abstrata entre objeto e sujeito, e não uma qualidade intrínseca da mercadoria. Assim a ciência econômica evolui para se reduzir a uma teoria da escolha racional sob o postulado de que cada indivíduo é capaz de computar todas as conseqüências de qualquer ação, pelo menos na esfera econômica, especialmente na medida em que são incrementadas as ferramentas de armazenamento e catalogação, assim como as vias de difusão de informação. A idéia de Adam Smith de que o valor de troca das coisas é representado pelo trabalho economizado na produção de uma mercadoria através de sua aquisição junto a um terceiro é inconcebível na economia industrial muito desenvolvida e mais ainda na economia pós-industrial, ou na sociedade do conhecimento. A tese de Smith, conforme já foi observado, resulta daquele contexto de pequena manufatura e a teoria chamada neoclássica pretende dar conta de um estágio avançado de desenvolvimento industrial e do capitalismo. Guardadas as devidas diferenças, especialmente no que diz respeito ao nível de

sofisticação da teoria necessária para dar conta de padrões observados em uma realidade econômica e social crescentemente complexa, a teoria clássica e a neoclássica têm em comum a ausência de relações de poder e forças políticas como variáveis intervenientes, mecanismos causais no quadro analítico delimitado. A principal diferença é que enquanto na teoria clássica as mercadorias têm seu valor determinado a partir de fatores objetivos, sobre os quais não atuam forças políticas, são todos eles efeito da divisão do trabalho que decorre da própria natureza das coisas e das pessoas, o processo de criação de valor, para a teoria neoclássica é subjetivo, ou seja, decorre da autonomia do indivíduo que estabelece o valor a partir da sua própria personalidade, da informação e conhecimento que detém a respeito do seu mundo, portanto, não precisa ser estudado como fenômeno social, e se descola do processo produtivo.

As teses neoclássicas assumem que a economia é o espaço de ação de agentes individuais independentes (consumidores ou firmas), dotados de absoluta racionalidade que maximizam seus próprios interesses e utilidades, através da atuação no mercado. Assumem também que se existe um estado de equilíbrio para o mercado, no qual qualquer agente sofre uma redução em sua utilidade se agir de forma diferente do que vem fazendo, e, por isso, mais cedo ou mais tarde, por qualquer que seja o caminho, a economia chegará a este estado. As críticas se sucedem, assim como as críticas das críticas. Ao longo desse processo o conteúdo e as finalidades do conceito de valor retornam em algumas teses, guardadas as diferenças e particularidades do contexto em que são escritas, como efeito da ação de forças estruturais e por isso manipulável por ferramentas controladas por essas forças, como, por exemplo, o governo no uso de sua prerrogativa de autoridade com poderes para definir políticas visando certos resultados. Assim são desenvolvidas as releituras das teses protecionistas e as políticas monetaristas, como aquelas introduzidas por Keynes, e que acabam também alvo de críticas quando fracassam, levando ao abandono das idéias a respeito da manipulação do valor por forças estruturais que atuam através de mecanismos institucionais dotados de força coercitiva. Sucessivamente, como reação em cadeia, o foco das análises retorna para o espaço de trabalho, para as questões relacionadas à atividade humana produtiva e a resistência ao trabalho, à necessidade de modernização das relações de trabalho, as novas configurações do conflito entre capital e trabalho. Em outras palavras, independentemente do conteúdo do

conceito e do método de definição deste conteúdo, o elo entre trabalho e valor continua a ser central na organização dos questionamentos acerca da produção de riqueza e do conhecimento a respeito da realidade econômica como parte do processo social em sentido amplo.

No processo de transformação do conceito de valor, tanto no que diz respeito ao seu conteúdo – definido objetivamente ou subjetivamente – como à função que os elementos que integram seu conteúdo desempenham – se fonte, ou referência, ou justificativa de valor – a idéia de valor agregado se torna mais e mais importante e presente no debate acadêmico e na definição de políticas. Agregar valor representa a atividade econômica que soma atrativos ao objeto que se leva ao mercado, seja a propaganda ou o processo de fabricação de demanda, sejam os recursos gastos em P&D, ou a inovação do processo de fabricação específico da mercadoria. Nessa realidade as atividades mecânicas, ou o trabalho manual resultam em baixo valor agregado, enquanto o trabalho imaterial – as atividades intelectuais, tais como propaganda ou criação de desejos e necessidades, de subjetividades e demanda de novidades – produz mercadorias de alto valor agregado. Produz também alto valor que não se materializa em mercadoria como, por exemplo, desejos e subjetividades. Seguindo este raciocínio o valor na sociedade do conhecimento será simplesmente uma construção sobre nada além da atividade de produção pelos atores sociais dominantes e dos criadores de imagem e desejos, de uma atmosfera mental na qual é possível fabricar demanda e consumo permanente de mercadorias, de serviços, de todos os tipos de coisas para atender a cada um dos infinitos desejos e necessidades.

Depois dessa revisão do debate acerca da teoria do valor e diante do que foi concluído anteriormente sobre as transformações do processo de trabalho, vale lembrar que neste capítulo se busca uma conexão entre essas transformações e as teorias debatidas. Mas não se trata de estabelecer simplesmente um nexo de causalidade, que levaria a uma conclusão positiva ou negativa, e sim identificar os aspectos em que essa conexão entre trabalho e conceito de valor se modifica substancialmente – comparativamente ao que se apurou do debate principal e fundador da teoria econômica moderna, e da Economia Política como ciência autônoma – ao ponto de criar uma nova natureza de ligação, diferente daquela que vem prevalecendo desde que se coloca em marcha interminável o processo de

acumulação capitalista. Pelo que se conclui das várias teorias analisadas, sejam os seus respectivos sistemas conceituais integrados por elementos objetivos, ou subjetivos, ou pela inter-relação entre elementos objetivos e subjetivos, e independentemente da sua finalidade, se prescritiva ou meramente descritiva, o elo entre trabalho e valor ocupa papel central na interpretação da história que ilustra os questionamentos a respeito da atividade humana produtiva e da produção social de riqueza. Os questionamentos a respeito da produção de riqueza em sociedades que se baseiam na divisão do trabalho se organizam a partir da premissa de que um elemento depende do outro essencialmente, ou vitalmente, isto é, como se não fosse possível entender o elo entre a atividade produtiva e as transformações sociais, senão através da compreensão do nexos entre trabalho e valor.

O elo entre trabalho e valor, fundamental para a interpretação da história que se conta a partir dos questionamentos acerca da produção de riqueza em sociedades organizadas com base na divisão do trabalho e na troca, por sua vez, é constituído pelo regime de propriedade cujo conceito a partir do qual se institucionaliza e adquire força coercitiva vive um processo de ampliação concomitantemente à multiplicação das transformações ditas exógenas, seguindo o mesmo padrão que vem servindo aos propósitos de quem aproveita as vantagens oferecidas pelos resultados assim produzidos. Por outro lado, nem todo resultado do consumo produtivo da força de trabalho colocada à disposição da demanda promovida por desejos infinitos e em produção permanente se fixa no tempo e no espaço e depende da proporção efetivamente existente entre oferta e demanda, muito menos da escassez, para ter seu valor definido. Dessa forma, descaracteriza a propriedade como estrutura e matéria prima única do elo entre trabalho e valor, na medida em que o alto valor agregado nem sempre se ajusta por completo aos métodos de apropriação, conseqüentemente de fixação de valor através da escassez. Além disso, demonstra que a relação que se quer explicar das transformações da atividade produtiva como força promotora de transformações sociais mais amplas não somente extrapola o elo conhecido entre trabalho e valor, como coloca em cheque a noção da criação de valor como finalidade do trabalho, e, por isso, em última instância, o objetivo principal da atividade humana, genérico e fixo. Finalmente, desafia também a noção de valor decorrente de uma racionalidade estritamente econômica. A idéia de alto valor agregado, decorrente

diretamente da atuação individual, portanto, definido subjetivamente a partir de uma perspectiva individualista, não se traduz por meio de noções estritamente econômicas; nem o trabalho se restringe à produção de valor, e nem o alto valor agregado individualmente é determinado, medido, justificado por critérios mensuráveis.

São várias as conclusões que podem ser sintetizadas a partir da história apresentada do conceito que vem servindo para representar as mais diferentes realidades econômicas dos vários estágios de desenvolvimento capitalista e da teoria que nele se fundamenta, em suas inúmeras versões. A primeira delas é que o elo entre valor e trabalho humano, seja ele tecido pelo regime de propriedade privada cada vez mais sofisticado, ou por qualquer outra natureza de material, é uma construção social e, portanto, se modifica no tempo e no espaço conforme o contexto que resulta da atuação de inúmeras variáveis materiais e imateriais. Em segundo, conclui-se que a conexão entre trabalho e valor só se torna essencial para a compreensão de ambos os termos, ou melhor, trabalho e valor passam a ser mutuamente constitutivos na teoria econômica, tenha ela finalidade normativa ou meramente descritiva, a partir do momento em que o trabalho se transforma em valor de troca. Em outras palavras, um dos resultados da transformação da atmosfera mental demonstrada por Bury e acima comentada, é a delimitação de um novo problema para a pesquisa da ciência econômica que implica na definição do quadro de análise a partir da riqueza produzida pela sociedade como um todo e não mais da economia familiar que resulta do esforço de um pequeno grupo em prol da sua própria sobrevivência. Até que esta transformação de atmosfera mental se desse por completo, não era preciso questionar o método através do qual se estabelece o valor das coisas porque não era a troca o objeto de explicação. Na medida em que o trabalho vai deixando de ser um fim em si mesmo e a justificativa para a apropriação dos recursos da natureza necessários para a sobrevivência, os questionamentos acerca da realidade econômica passam a se preocupar mais do que tudo em explicar o elo entre trabalho e valor, inicialmente como meio de expressar a medida de tempo consumido pelo homem em atividades produtivas economicamente apreciáveis. Assim transforma o trabalho em mercadoria, em coisa a ser vendida e comprada no mercado, e que, por isso, precisa ter também valor definido em relação às outras coisas que o trabalhador precisa consumir para sobreviver.

Por último, e como ponto do qual decorre a questão a ser analisada na próxima seção conforme anunciado no plano inicial, concluímos que com o desenrolar da história o nexó entre trabalho e valor chegou a representar a expressão do dispêndio de força produtiva na criação de uma atmosfera mental favorável à fabricação de desejos infinitos, demanda permanente, e ao consumo de mercadorias, serviços, todos os tipos de coisas para atender a cada um dos infinitos desejos e necessidades. A idéia da produção de valor como força promotora fundamental da atividade produtiva continua a dominar o homem, ao mesmo tempo em que o conceito de valor continua a depender da atividade humana para se definir, ainda que a atividade humana que se coloca em questão não consista em esforço físico e nem resulte em produto materializado, em força de trabalho consumida e fixada em mercadoria. Nas relações sociais do capitalismo pós-industrial o valor que se determina para qualquer tipo de coisa – todas elas resultantes da atividade humana, mesmo aquelas que tradicionalmente não participam do mercado – pode ter se descolado do esforço produtivo humano característico de outra realidade econômica, mas continua a ser central e a funcionar como princípio organizador da sociedade. No processo de transformação discutido no primeiro capítulo para ser retomado na próxima seção produz-se um hiperespaço onde a sociedade organiza as forças produtivas e sua reprodução de forma completamente nova, o trabalho imaterial produz cada vez mais valor desmaterializado e concentrado nas tecnologias que viabilizam a ocupação instantânea e completa desse hiperespaço e seu povoamento por novas subjetividades. Tanto o espaço, como as subjetividades que o povoam são produtos do trabalho imaterial que não podem ser apropriados e reduzidos em valor de troca e/ou valor de uso, seja o seu conteúdo definido objetiva ou subjetivamente. Ao mesmo tempo o trabalho imaterial não se define livre de valor e de um nexó com o conceito de valor cujo conteúdo, por sua vez, não se limita a classificações objetivas ou subjetivas e nem restringe a função analítica dos seus elementos à fonte, ou medida de referência ou justificativa do valor que se determina para as coisas. Neste cenário o conhecimento se apresenta como o bem de maior valor, sendo certo que o conteúdo do conceito de valor ao qual está conectado e o seu uso na representação desta realidade não se definem simplesmente em termos da quantidade de trabalho consumido na sua produção ou economizado na sua aquisição e nem tampouco através da avaliação individual

de cada um a respeito do seu próprio desejo e necessidade de acesso vis-à-vis às respectivas facilidades e impedimentos de acesso.

3. Trabalho imaterial e teoria do valor

Abro esta seção com a reprodução de um trecho da nota que Antonio Negri escreve também para abertura de uma coletânea de artigos publicada com o título “Cinco Lições Sobre Império” (2003) e que compõem um de seus cadernos de trabalho, termo usado para chamar um conjunto de aulas ministradas por ele, acrescidas de anotações e discussões metodológicas, ou um conjunto de orientações:

“Cada caderno de trabalho teve, portanto, um cenário: estas últimas lições, todavia, são panos de fundo de cenário, elementos materiais que enquadram o espetáculo. Como no teatro de vanguarda, todavia, desde a temporada do balé russo, a cenografia tornou-se substância do espetáculo”. (Antonio Negri, 2003, pág. 7).

O aspecto interessante dessa frase é a idéia da transformação do quadro que delimita o cenário, bem como do cenário em si mesmo, em parte integrante do espetáculo. É como se o cenário, o ambiente, o contexto, passassem a ter vida própria e assim se transformassem em personagem interagindo com os intérpretes, com os atores que dão vida à obra do autor, elaborada na imaginação de um individuo em seu contexto particular, embora reflita ao mesmo tempo em que atua sobre um contexto social mais amplo. Parece que Negri fala de uma transformação de atmosfera mental, como discutido nas duas seções anteriores, porém com uma característica inovadora que é olhar para ela como parte integrante da história, equiparada a um elemento material. Atrai, portanto, na imagem criada por Negri, a capacidade que tem de inspirar na imaginação do leitor o desenho do cenário ou dos elementos que enquadram o que vem sendo chamado neste estudo de hiperespaço no qual tomam vida novas subjetividades, idéias são elaboradas incessantemente e alimentam a acumulação e catalogação infinita de conhecimento e sua difusão global instantânea. Mais do que isso, se destaca sua força sugestiva de uma visão esclarecedora daquilo que só aparece nas entrelinhas, ou transparece de forma velada, ou é apreendido intuitivamente, a respeito da necessidade de tratar o espaço em questão não apenas como pano de

fundo de cenário, muito menos como conjunto de elementos materiais que enquadram o espetáculo, mas sim um personagem (ou o protagonista?) da história elaborada ao longo desse capítulo, sempre tentando ser fiel à proposta de produzir uma seqüência de imagens que dão a impressão de movimento quando exibidas.

Neste sentido, o hiperespaço anteriormente discutido é o cenário onde vive a sociedade do conhecimento e, ao mesmo tempo, personagem do espetáculo que conta uma história na qual a atividade produtiva é agente e intérprete do estado da arte e da técnica, ao mesmo tempo em que é avaliada de forma diversa daquela adotada ao longo de séculos, ou mais especificamente, desde o século dezessete para seguir o recorte temporal adotado na segunda seção deste capítulo. Conforme lá se concluiu, a diferença está na natureza do elo que se observa entre trabalho e valor, em razão da transformação tanto da atividade humana identificada como produtora de valor que é exercida neste cenário, como do conceito de valor que por ser definido como finalidade última da atividade produtiva, ao mesmo tempo em que se descola dela na medida em que seu conteúdo se restringe a elementos subjetivos, vive os efeitos de sua transformação, sendo o principal deles tornar insuficiente o seu uso na representação da realidade (ou do hiperespaço em questão), por refletir uma racionalidade estritamente econômica consolidada ao longo desse período que corresponde ao recorte temporal mencionado. Resta explicar por que neste caso o cenário é personagem, quem são os outros personagens e intérpretes dessa história, quem é o autor, para quem e por que conta essa história?

Antes de responder as perguntas naturalmente decorrentes da menção ao texto de Negri, do destaque dado aos efeitos por ele inspirados na imaginação do leitor ao propor uma mudança na forma de encarar o cenário, ou pano de fundo, ou certos fatores que estão presentes, mas nem sempre se manifestam como mecanismos causais, devemos nos deter na questão levantada a respeito de um novo elo entre trabalho e valor, considerando-se a célula trabalho/valor como uma relação dinâmica, em constante transformação, mas que é central na compreensão da produção e distribuição de riqueza e de todas as questões que delas se desdobram especialmente para a Economia Política como campo de estudo autônomo. Foi essa a conclusão principal deduzida da história do conceito de valor, ou de várias perspectivas da teoria do valor, elaborada na seção anterior, se é que se pode chamar de conclusão uma idéia que suscita uma questão tão

importante: como explicar o elo entre trabalho e valor, quando a atividade humana produtiva não tem como finalidade última a produção de valor, ou, pelo menos não de acordo com o conceito de valor elaborado no uso de uma racionalidade econômica em sentido estrito, puramente material e numericamente representável.

Daí se desdobra o primeiro par de perguntas cujas respostas podem elucidar o principal objetivo desenhado para este capítulo que é definir os elementos de um conceito amplo de valor capaz de suportar a ligação com o trabalho imaterial, considerando-se que a ligação que se quer desenhar é ontológica para os dois elementos: trabalho imaterial e valor. Em outras palavras, lembramos que um dos pontos conclusivos da história desenvolvida na seção anterior é de que o elo elaborado pelo pensamento econômico produzido em bases científicas, em razão da transformação mental cujo processo foi devidamente analisado, é constitutivo de ambos os conceitos – trabalho e valor – que, por sua vez, devem ser encarados sempre como construções sociais, portanto, em permanente transformação ao longo do tempo e do espaço. Ou melhor, um não se define livre do outro, o conceito de trabalho tem como elemento essencial o valor, ainda que o conceito de valor não seja elaborado a partir de uma racionalidade estritamente econômica, ao contrário, mesmo que seja resultado de relações multi-causais nas quais estão envolvidos elementos materiais e imateriais, enquanto o conceito de valor não se define sem levar em consideração o esforço humano investido na atividade produtiva da sociedade como um todo, independentemente do trabalho em questão poder ou não ser medido em unidades de tempo e sua execução controlada dentro de um espaço delimitado materialmente. As perguntas são: quais as justificativas e como se explica a afirmação de que o trabalho imaterial não visa à produção somente de valor definido a partir de uma racionalidade estritamente econômica? Qual a natureza do valor produzido pelo trabalho imaterial que não se explica por meio da aplicação de uma razão puramente econômica e como se define o conteúdo do conceito de valor adequado à representação da realidade na qual a atividade humana produtiva vive uma profunda transformação relativamente aos instrumentos de trabalho, ao espaço e às relações de produção, à forma de organização do trabalho e de suas finalidades?

Sobre a afirmação a respeito do elo entre trabalho e valor ser constitutivo dos dois elementos, vale abrir um parêntese para comentar que, à primeira vista

esta é uma afirmação problemática na medida em que propõe incluir na concepção de um termo a sua relação com outro conceito. No entanto, o que se quer mostrar na verdade é a relação mutuamente constitutiva dos conceitos de trabalho e de valor, em constante mutação de acordo com o contexto de cada época e lugar, isto é, um precisa do outro para se definir e para ser sistematizado de forma a permitir sua utilização na representação da realidade em foco. Vale ressaltar ainda que essa relação mutuamente constitutiva de trabalho e valor é essencial para o pensamento econômico, está presente na análise de todos os conflitos inerentes à Economia Política e organiza o seu estudo, independentemente da matriz teórica adotada. Fechado o parêntese e ao retomar a primeira das perguntas que se desdobra das conclusões a respeito da história elaborada na seção anterior, observa-se que uma das razões pelas quais afirmamos que o trabalho imaterial não produz exclusivamente valor definido economicamente deve-se ao fato da variável espaço/tempo ter se transformado completamente, deixando de atuar, conforme foi observado anteriormente, como meio de disciplinar uma parte da atividade humana produtiva e como obstáculo para a circulação de certos bens e serviços, e conseqüentemente, como mecanismo causal no processo de definição quantitativa e qualitativa do valor do trabalho imaterial.

Ao relacionar essa idéia com a frase de abertura de Negri percebe-se que o fato do cenário ou pano de fundo para as mudanças emolduradas não se definirem mais a partir de noções espaciais materiais aplicadas na elaboração dos conceitos usados na representação da realidade – como, por exemplo, a presença de forças políticas e a atuação do Estado-nação nas teses mercantilistas e seus desdobramentos protecionistas-nacionalistas do século dezanove – e nem de noções temporais medidas materialmente em anos e séculos e usadas nas classificações de estágios produtivos tão importantes para as várias matrizes teóricas analisadas, atribui ao cenário ou pano de fundo uma característica inteiramente nova, promotora de uma importante inovação analítica. Assim, podemos dizer que o cenário ou pano de fundo em discussão deixa de ser simplesmente o espaço aonde as atividades produtivas se realizam e no qual se determina o valor do seu resultado, para ser substância do espetáculo. Em outras palavras, o cenário passa a ser elemento integrante do problema delimitado para análise, transformando-se em um personagem importantíssimo e complexo, cujo perfil e conteúdo são objeto de estudo em separado, configurando-se em uma

dinâmica em permanente interação com os outros personagens e seus respectivos intérpretes. Em resumo, o espetáculo se configura em obra coletiva que consiste de imagem em movimento, na qual o cenário é vivo, se modifica indefinidamente e interage com os personagens e seus intérpretes; seu roteiro é pré-definido por um autor apenas em seus pontos principais, mas o texto e a forma final surgem na medida em que a obra é construída coletivamente pelos intérpretes em interação com o seu espaço de criação.

Nesse processo, os autores da obra coletiva, que são os intérpretes em interação permanente com o cenário cujo desenho pressupõe liberdade total em termos de tempo e espaço, se deparam com a questão metodológica abordada na primeira seção representada pela compreensão de uma dinâmica de transformação e redesenho a partir de uma teoria que tem sua própria história. O problema é que a busca por padrões adequados às generalizações que se faz através da interpretação dessa história acaba por separá-la do contexto que provoca os questionamentos constitutivos dela mesma e, assim, a dinâmica de criação permanente se dá de forma autônoma, apartada da história escrita pelas diversas análises a respeito da relação entre o trabalho e a criação de valor. Se diferentemente dos padrões destacados pela história que foi contada o cenário no qual se desenvolve a atividade produtiva aqui em questão tem vida própria, sua existência como personagem e autor de si mesmo precisa ser analisada na sua singularidade, sem compromisso com a teoria existente. Ou seja, a obra coletiva é criada com liberdade, com a autonomia característica do trabalho imaterial. Se o cenário que está para ser caracterizado não é constituído de elementos materiais, resulta da representação do espaço elaborado individualmente em face de um processo vivido coletivamente ou se constitui em um espaço de representação no qual os atores desenham coletivamente o cenário no qual vivenciarão de forma experimental seus respectivos papéis no espetáculo. Portanto, o espaço de atuação dos personagens é, em si mesmo, resultado do trabalho imaterial, ao qual se atribui valor, na medida em que o conceito de valor é essencial para a compreensão do trabalho e de suas transformações. Ou melhor, a tudo aquilo que se entende como resultado do trabalho, automaticamente se atribui valor se for para manter a discussão no âmbito do pensamento econômico apresentado e como meio de encontrar respostas que possam representar avanço no conhecimento a

respeito da atividade produtiva e a acumulação de riqueza no atual estágio do desenvolvimento capitalista.

No entanto, não se pode deixar de ressaltar que é valor que não pode ser medido e fixado com base em razões estritamente econômicas, nem de acordo com a metodologia de investigação científica de fenômenos que se tornam padrões se reproduzidas infinitamente as condições necessárias para sua repetição. A finalidade de relembrar agora o problema metodológico enfrentado quando se tenta adequar as análises da dinâmica social em plena operação (observadas de dentro delas mesmas, de uma perspectiva de autor e intérprete) às teorias desenvolvidas e relidas durante séculos é puramente analítico. A discussão sobre estruturas analíticas resultantes da interpretação da história dada pelo pensamento econômico permite ampliar os limites do problema específico da relação entre trabalho imaterial e valor no estado atual das coisas. Esse movimento de ampliação se desdobra na seguinte questão: como manter a discussão dentro do campo de questionamento do pensamento econômico, ou nos limites epistemológicos da Economia Política se o seu objeto é a crise do conceito de valor devida à incompatibilidade entre as inúmeras faces do trabalho imaterial e o conceito de valor cujo conteúdo se define a partir de uma racionalidade estritamente econômica desenvolvida ao longo de séculos e determinada por variáveis materiais? À primeira vista parece que será preciso aceitar que parte desta discussão foge dos limites dos problemas delimitados para a análise orientada pela estrutura analítica da Economia Política. Parece que não se trata simplesmente de renovar o sistema conceitual a fim de adaptá-lo a uma nova realidade, mas aceitar que não existe um modelo único para sintetizar as várias faces da atual conexão e respectivos efeitos entre trabalho e valor. Vamos tentar nos manter fiéis à primeira conclusão, que se desdobra em duas novas premissas válidas para as próximas discussões: a renovação do sistema conceitual que sustenta a estrutura analítica, ainda que vivida dentro da própria dinâmica de elaboração do conceito, não será suficiente para tratar de todos os aspectos do trabalho imaterial; não se trata de desenhar um modelo de análise único e completo a respeito das relações de causalidade entre trabalho e valor no atual estado das coisas.

De toda maneira, o problema da análise da dinâmica de transformação social à luz da teoria que fornece a interpretação da história dos questionamentos

acerca da atividade produtiva e da acumulação de riqueza é um tema de grande relevância para o desenvolvimento do conhecimento sobre a realidade econômica dos países e do sistema formado pelas relações estabelecidas entre eles com vistas à melhoria de suas próprias condições de produção e acumulação de riqueza, bem como da humanidade como um todo e da imensa rede de indivíduos que integra este todo. De acordo com a finalidade da teoria, se descritiva ou prescritiva, se visa sistematizar padrões observados na realidade ou legitimar práticas e planos de ação, dependendo da metodologia usada para justificar as finalidades da teoria, se cumulativas ou competitivas, e das perspectivas de análise, se individualista ou do ponto de vista do conjunto de relações sociais, o nexos entre a dinâmica social em permanente mutação e a teoria fundamentada em um conceito que tem sua própria história – passada nos mais diversos cenários, observados seus aspectos materiais e imateriais – adota uma face, uma aparência específica. Sendo assim, vale repetir que não há uma única maneira de analisar o problema da dinâmica de transformação versus a teoria estabelecida e nem de responder às inúmeras perguntas que dele se desdobram.

Ao reunir todas as idéias até aqui abordadas nesta terceira parte do capítulo dedicado às várias versões do nexos entre trabalho e valor, podemos dizer que estamos falando de uma tentativa de usar a noção de hiperespaço no qual vive a sociedade do conhecimento, como criação do trabalho imaterial, um cenário imaginário que tem vida e luz própria. Porém o valor dessa criação não pode ser determinado economicamente, ou o elo entre o uso da força de trabalho imaterial que o produz e o valor dele mesmo, bem como dos bens, vontades, desejos e idéias que nele circulam é de natureza diferente daquela que se conhece, da qual a teoria disponível dá conta. O hiperespaço – que é o cenário onde se desenvolvem os jogos das trocas e da política, onde se reproduzem as forças produtivas e se mantém em movimento a dinâmica da sociedade do conhecimento – ganha vida e passa a interagir com os personagens que atuam nesse jogo em razão da sua qualidade especial de ser construído com recursos invisíveis e incomensuráveis. Seu conteúdo, seus limites, e a embalagem ou suporte que o contém são todos imateriais, conseqüentemente, incomensuráveis pelos métodos tradicionais que foram abordados antes neste capítulo. A transformação da sua natureza, ou a sua libertação total de definições espaciais e temporais, é revestida por tamanha inovação que atribui a ele a qualidade de participante do jogo. Sua participação no

jogo é distinta exatamente porque não se define em função do tempo e do espaço, ou de qualquer elemento material. Nem todo o produto do trabalho imaterial, como é o caso do cenário em questão, tem seu valor medido e fixado pelo tempo gasto na sua produção ou em função das dificuldades de circulação, dos problemas de distribuição, e das necessidades e disponibilidade de acesso. E assim podemos dizer que a característica peculiar do cenário, ele mesmo um produto do trabalho imaterial, o torna um elemento substancial do espetáculo, processo que se justifica na medida em que tal peculiaridade torna necessária a criação de uma nova categoria de valor, ou da ampliação do conceito de valor existente, a fim de tornar possível o seu uso na representação da realidade que não se delimita materialmente.

Diante das questões suscitadas por sua obra *Império* (2000), ou das críticas por ela sofridas como se pregasse, ou adotasse como pressuposto um processo de globalização não explicado, Negri alega que adota uma variante metodológica a todas as teorias da globalização, sejam otimistas ou pessimistas, crentes ou céticas, de esquerda ou de direita, e mais as várias combinações de todas elas. Para ele, tais teorias analisam a formação de uma ordem global pelo fim, pelo resultado final, portanto, estaticamente, enquanto a teoria do Império apreende o processo da globalização do ponto de vista da dinâmica que o produz. Portanto, trata-se de uma dinâmica que enfrenta problema quando analisada a partir das ferramentas teóricas disponíveis por ser essencialmente nova e produzir cenários que na verdade são personagens das histórias que neles se passam. Tal variante consiste em considerar o processo de globalização “não em sua representação final, mas em suas dinâmicas. Dinâmicas essencialmente determinadas pelos conflitos do desenvolvimento capitalista” (Antonio Negri, 2003, pág. 18). De toda forma, são antes de tudo dinâmicas no sentido de obras em permanente construção (*work in progress*). Essa variante abre caminho para se analisar o trabalho imaterial como uma construção em andamento, uma transição constante do trabalho material que se relaciona exclusivamente com um conceito de valor definido, objetivamente ou subjetivamente, como função de uma racionalidade estritamente econômica, para o trabalho que requer um conceito de valor mais amplo capaz de dar conta de variáveis imateriais, de aspectos imateriais do cenário no qual a dinâmica se processa e dos personagens que a provocam. Vale lembrar que a imaterialidade que se discute é incompatível com os métodos

usados para definir o conteúdo material, ou, pelo menos a face material do conteúdo do conceito de valor que se baseia em medida de grandeza.

André Gorz anuncia-se de volta à discussão, mais especificamente seu terceiro livro “O Imaterial – Conhecimento, Valor e Capital” (2005)²⁸. Gorz fala da crise do conceito de valor em um capítulo desse livro cujo primeiro parágrafo é reproduzido a seguir:

“Se não for uma metáfora, a expressão “economia do conhecimento” significa transtornos importantes para o sistema econômico. Ela indica que o conhecimento se tornou a principal força produtiva, e que, conseqüentemente, os produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado. Indica também que o valor de troca das mercadorias, sejam ou não materiais, não mais é determinado em última análise pela quantidade de trabalho social geral que elas contêm, mas, principalmente, pelo seu conteúdo de conhecimentos, informações, de inteligências gerais. É esta última, e não mais o trabalho social abstrato mensurável segundo um único padrão que se torna a principal substância social comum a todas as mercadorias. É ela que se torna a principal fonte de valor e de lucro e assim, segundo vários autores, a principal forma do trabalho e do capital.” (André Gorz, 2005).

O que há de comum entre os dois autores, é que olham para seus objetos de análise como dinâmicas, imagens em movimento, processos de mudança que geram problemas para as ferramentas teóricas disponíveis. Além disso, ambos entendem as dinâmicas sociais em tela determinadas essencialmente pelo conflito. Na medida em que Gorz chama a atenção para a transformação do elo existente entre trabalho e valor, mantém sua análise no campo do conflito entre capital e trabalho, ou no conflito entre forças sociais que determinam a dinâmica em mutação. Percebe-se isso quando ele discute ao longo do capítulo citado a dificuldade de se traduzir o trabalho de produção de conhecimento, e outras formas de trabalho imaterial, em unidades abstratas simples. A dificuldade diz respeito à mensuração da força de trabalho usada na produção de conhecimento, ou da fixação do trabalho imaterial em mercadoria, bem como do valor resultante

²⁸ Ver notas número 6 e 10 do primeiro capítulo a respeito da obra de André Gorz. Nesta seção reaparece o terceiro livro de uma trilogia sobre o trabalho, intitulado, *O Imaterial – Conhecimento, Capital e Valor*. Tradução Celso Azzan Jr. Editora Annablume, São Paulo, 2005. Neste livro o autor desenvolve um raciocínio semelhante e compatível com o que se busca aqui no sentido de demonstrar a necessidade de ampliar o conceito de valor, além de sua racionalidade econômica, da mesma forma que no primeiro capítulo ficou demonstrada a necessidade de ampliar o conceito de trabalho e produzir explicações multi-causais para chegar a um conceito de trabalho imaterial a ser operacionalizado neste segundo capítulo e nos próximos.

do consumo da força de trabalho imaterial. A crise de mensuração do trabalho contamina a medição do valor gerando, assim, uma crise no conceito de valor. Para Gorz, quanto mais o trabalho se qualifica, ou a atividade humana produtiva se sofisticada mais incomensurável se torna. Na mesma medida da incomensurabilidade se manifesta a impossibilidade de controle e de apropriação do trabalho pelo capital. Por isso, dizemos que a dinâmica que Gorz procura explicar é determinada por um conflito, ou mais do que isso, por uma crise na maneira de olhar e compreender o conflito entre capital e trabalho que é essencial para o capitalismo, mesmo no seu atual estágio de desenvolvimento. Diante deste quadro não se pode deixar de relembrar uma pergunta já suscitada no primeiro capítulo e que afinal trata de outro aspecto do mesmo problema aqui em discussão: como fica o conflito entre capital e trabalho, uma das forças promotoras do desenvolvimento capitalista, em um cenário em que nem todo o trabalho pode ser disciplinado, controlado, apropriado?

Gorz explica que não se preocupa com a substância, ou conteúdo do valor, tema que delega para o estudo da teoria do valor, da mesma forma que foi tratado neste capítulo. Para ele, a questão em discussão diz respeito à grandeza do valor como manifestação das relações sociais, independentemente da natureza da substância de que é feito. No sentido econômico, o conceito de valor corresponde à razão resultante da comparação, baseada em critérios objetivos e subjetivos, de várias mercadorias. Por isso, é um conceito restrito que se aplica exclusivamente às mercadorias e que depende da existência de um cenário específico, o mercado, no qual seus valores podem ser comparados e, assim, traduzidos economicamente. Neste caso, o cenário não é ator e nem personagem, mas apenas e de fato, pano de fundo; ainda assim uma construção social, um ambiente criado socialmente, um meio, um espaço de realização das potencialidades humanas transformadas em mercadorias que tem valor de uso e, por isso, valor de troca. Neste cenário visto de forma estática se desenrola a vida econômica da qual fazem parte somente os bens e serviços “produzidos em vista de sua troca comercial. O que não foi produzido pelo trabalho humano, (...), o que não se pode produzir, ou ainda o que não é permutável nem destinado à troca, não tem “valor” no sentido econômico”

(Gorz, 2005, pág. 31)²⁹, portanto, não faz parte da história que se desenrola neste cenário – o mercado.

Parece que Gorz é levado pela mesma dificuldade que já foi sugerida aqui de abandonar o sentido econômico do conceito de valor, ou de definir a substância do valor que não pode ser reduzido a uma grandeza. Procuramos um conceito de valor adequado ao trabalho imaterial em uma versão da conexão entre os dois que vive em um cenário que, ao mesmo tempo, é personagem do filme; um hiperespaço criado ele mesmo pelo trabalho imaterial. Sua explicação acerca da crise do valor, provocada pela transformação do trabalho cada vez mais sofisticado qualitativamente, não consegue fugir das categorias gerais e da lógica das várias teorias do valor construídas por cima de um conceito estritamente econômico. No trecho reproduzido no parágrafo acima ele fala de valor como resultado do trabalho humano cuja finalidade é a troca, portanto, trata-se de valor economicamente apreciável, que se traduz em medida de grandeza. Dessa forma incluem-se nas questões suscitadas naquele trecho, tanto as coisas que não são produzidas pelos homens, como aquelas que não são destinadas à troca, sejam ou não produzidas pelo homem. Podemos assim entender que problemáticas para ele são exatamente essas coisas que não resultam do trabalho, não podem ser produzidas pelo homem, ou não são destinadas à troca e, portanto, não podem ter a oferta controlada e incrementada pela eficiência do trabalho e do mercado, mas ainda assim têm valor, e o drama consiste em como traduzir esse valor, se elas não se encaixam nos critérios econômicos de avaliação, se não se expressam em valor de troca. São os casos das riquezas naturais e dos bens comuns que não podem ser produzidos ou não podem ser trocados, por isso não participam do mercado, como, por exemplo, o patrimônio cultural produzido pelos homens, porém não para ser trocado no mercado, mas para ser trocado intersubjetivamente e aproveitado por todos e cada um na sua qualidade de bem comum.

A partir deste raciocínio Gorz chega à diferenciação entre o saber e o conhecimento. O primeiro faz parte do patrimônio cultural, portanto representa um conjunto de bens comuns, não obrigatoriamente definidos cientificamente ou de qualquer forma delimitados por meio de critérios objetivos, pertencentes ao

²⁹ Ver na segunda seção acima (pág. 154) o que se fala a respeito de David Ricardo e o valor das coisas que não participam do mercado, ou não são produzidas, ou, ainda, não podem ter seu valor de troca definido pela dificuldade de produção.

domínio público no sentido mais amplo que este termo pode adotar. Por pertencer ao domínio público não pode ser privatizado e, assim, não combina com critérios de determinação de valor de troca. Com base neste saber comum são construídas as competências profissionais individuais, essas sim transformadas em mercadorias. “O saber é antes de tudo, uma capacidade prática, uma competência que não implica necessariamente em conhecimentos formalizáveis, codificáveis” (André Gorz, *O Imaterial*, 2005, pág. 32). Ele inclui nesses saberes as regras de comportamento que apesar de não escritas, nem dotadas de força coercitiva, intervêm nas relações sociais. O segundo foi transformado em capital pelo próprio capital. O grande problema do capital sempre foi justamente transformar em valor econômico o resultado do consumo da força de trabalho, ela mesma uma mercadoria que participa do processo produtivo como um de seus fatores. Como fazer isso quando a força de trabalho não se coloca à disposição do consumo pelo capitalista, não quer se fixar em mercadoria e nem em capital, não se coloca sob controle do capital para que a use da melhor maneira visando à produção de excedente e lucro? A solução encontrada pelo capital nesses casos tem sido institucional, ou seja, através de normas e regras dotadas de força coercitiva e impostas pela autoridade com a finalidade de garantir a apropriação daquilo que não é apropriável, devolvendo ao mercado os bens que nunca fizeram parte dele. Movido por este tipo de estímulo o capital faz tudo para “capitalizar o conhecimento”. Assim a diferença entre saber e conhecimento é ontológica, visto que o primeiro é integrado por conteúdo imaterial não compatível com medidas de grandeza, inadequado para tradução em medida economicamente apreciável, propriedade comum que não possui as qualidades necessárias para privatização, enquanto o segundo, apesar de integrado por conteúdo imaterial é objeto de direito de propriedade, se adapta ao formato de mercadoria escassa e de capital fixo, assume valor de troca e tem sua produção e circulação guiada por uma racionalidade estritamente econômica a despeito da força que motivou a sua criação, tudo isso por meio de reforço institucional materializado em normas e regras positivas que viabilizam o exercício do direito de propriedade, elaborado e imposto com base em um conceito amplo de propriedade. O saber é autônomo, pois encontra suas motivações e justificativas em si mesmo, enquanto o conhecimento é heterônomo porque sua existência depende da atuação de forças externas comandadas por normas e regras positivas.

Ainda sobre a distinção entre saber e conhecimento Gorz fala que o capital não consegue traduzir em conhecimento, isto é, em valor no sentido econômico, todos os saberes, ou as experiências acumuladas que os profissionais usam no desempenho do seu trabalho que, por sua vez, se traduz em valor econômico, ou é remunerado em dinheiro – um reflexo de uma medida determinada ainda que por método diverso daquele baseado no controle heterônomo do tempo e do espaço nos quais as tarefas são executadas. Para Gorz os serviços em geral têm essa característica de um saber geral sobre o qual o profissional agrega valor. Existem certos saberes usados em serviços profissionais que assumem valor econômico enquanto são, ou desde que sejam demonstrados através da própria execução, ou em outras palavras, concomitantemente ao fornecimento da mercadoria – entendida de forma abstrata e geral como um bem produzido com vistas ao mercado, mesmo quando o bem trocado é o fornecimento de um serviço pessoal. Nesta hipótese o valor se relaciona com o trabalho vivo, com o processo de consumo produtivo da força de trabalho que, no entanto, não a esgota. Esses serviços envolvem a doação de si mesmo, daquele que presta o serviço, como são os casos dos serviços de educação, cuidados de saúde, todo tipo de assistência pessoal, bem como as atividades artísticas em geral. Quanto maior a doação de si envolvida na prestação, menos mensurável em termos de valor econômico. Quanto mais pessoal o serviço, maior seu valor intrínseco e menor a possibilidade de traduzi-lo em valor de troca. Ainda que o serviço pessoal seja fornecido por um indivíduo no uso da sua força de trabalho com vistas ao mercado, sua prestação pressupõe o uso de um saber geral não delimitado em termos de grandeza de valor, combinado com o uso de capacidades individuais adquiridas no processo de produção de si mesmo através da apropriação que cada um faz deste saber geral. A apropriação neste caso entende-se em conformidade com a metodologia sugerida por Locke³⁰ ao afirmar que os recursos da natureza estão disponíveis para apropriação pelo homem a fim de garantir sua própria sobrevivência. O saber em questão faz parte, neste sentido, dos recursos da natureza disponíveis para apropriação visando à sobrevivência.

³⁰ Ver as considerações sobre a tese de John Locke no debate acerca das diversas perspectivas da teoria do valor do ponto de vista da história do pensamento econômico apresentado na segunda seção deste capítulo. A comparação que aparece neste parágrafo leva em conta a interpretação à tese de Locke lá apresentada.

A questão que perturba aqui é a insistência do elo entre trabalho e valor em se manter ao mesmo tempo como categoria geral de análise e força motora de certa dinâmica social em mutação, mesmo diante da incomensurabilidade do trabalho imaterial e conseqüentemente do valor por ele produzido. O que chama a atenção é tanto a dificuldade de abandonar o pressuposto de que o elo entre trabalho e valor é essencial para a compreensão da atividade humana produtiva mesmo quando ela se desenvolve na imaterialidade e resulta em conteúdo imaterial, assim como, mesmo diante das lacunas e desajustes analíticos provocados pela insistência desse pressuposto, a dificuldade de elaborar um conceito de valor amplo e confiável, definido pela natureza do seu conteúdo imaterial e criativo e não pelas ferramentas que fornece para a determinação de medidas de grandeza, reflexos de uma racionalidade estritamente econômica. Esta dificuldade parece clara em Gorz na separação entre saber e conhecimento – sendo o primeiro incompatível com a racionalidade econômica já que é propriedade comum e o segundo, apesar de incomensurável em termos de custo de produção, assume valor econômico em razão do exercício das regras da propriedade privada. A mesma dificuldade se manifesta no tratamento que o autor dá ao conhecimento como principal fonte de valor e lucro, reconhecendo os métodos usados pelo capital para imobilizá-lo e fixar seu valor de acordo com critérios econômicos. Tanto é que ele conclui que sendo o conhecimento a principal fonte de valor, é por conseqüência a principal forma de trabalho e de capital, determinando assim a produção de valor como objetivo principal da atividade humana e o trabalho intelectual como seu meio de realização e demonstrando que está definitivamente preso à teoria do valor elaborada em outra realidade econômica quando prevaleciam outras formas de trabalho que não aquela que ele mesmo diz caracterizar a economia do conhecimento.

Gorz explica o processo de transformação do conhecimento em capital usando as referências e parâmetros teóricos disponíveis e o toma como uma condição sem a qual o conhecimento não poderia se transformar na principal fonte de valor e lucro. Ou seja, sua análise é guiada por uma racionalidade econômica para a qual ele procura uma alternativa tornando-a, assim, inevitável. Os conflitos de que trata dependem da manutenção dessa lógica para continuarem existindo, legitimando, dessa forma, o uso das ferramentas analíticas conhecidas, apesar do problema delimitado ser novo. Por outro lado é para ser reconhecido que sua

análise toma como exemplo especificamente o processo através do qual a pesquisa científica se industrializa, é privatizada e commodificada, e tem sua produção organizada – pode ser pelo Estado ou pelo capital, ou pelo segundo com o apoio do primeiro – com esta finalidade, passando a produção do conhecimento a ser submetida também a uma divisão de trabalho com hierarquia própria. Ele mostra que não aceita esse processo naturalmente ao reconhecer que os bens na indústria do conhecimento, nunca foram produzidos em função de seu valor de troca, mas sim como fonte de valor das mercadorias nos quais são incorporados, ou seja, sua finalidade sempre foi principalmente fornecer ferramentas para agregar valor à mercadoria, essa sim produzida exclusivamente com vistas ao mercado. Neste sentido, tem caráter público, vocação para se incorporar ao saber geral. Sua tradução em valor de troca responde a uma necessidade intrínseca do capital de se apropriar, consumir força de trabalho adquirida antecipadamente da mesma forma como são adquiridos pelo capitalista os outros recursos necessários para a produção do lucro do qual se apropria também antecipadamente.

A determinação do seu custo de produção é praticamente impossível porque não se pode prever o tempo de desenvolvimento da pesquisa até sua sistematização na forma de conhecimento que expressa uma face econômica por meio de uma medida de grandeza certa. Por outro lado, independentemente da incomensurabilidade do seu custo de produção, sua reprodução tem custo igual a zero, em razão de sua imaterialidade e da total liberdade relativamente à atuação do tempo e do espaço e de qualquer outra variável material tanto na produção como na circulação. Seguindo este raciocínio Gorz comenta as mercadorias que utilizam conhecimento avançado na sua produção, que estão no campo do trabalho imaterial, e cuja face material que apresentam com vistas a participar do mercado se expressa em um custo unitário extremamente baixo comparativamente ao valor agregado, entendendo-se o termo valor com um sentido que extrapola a racionalidade puramente econômica. Esse custo material insignificante diz respeito somente à embalagem, ao meio condutor, ou ao suporte físico do “conteúdo imaterial, cognitivo, artístico ou simbólico” (Gorz, 2005, pág.36), este sim portador de valor incomensurável pelos métodos existentes, ao mesmo tempo muito significativo em termos de seu potencial para ser traduzido em alta remuneração que, no entanto, não consegue se expressar plenamente pelos meios tradicionais. O custo insignificante da sua embalagem ou meio de difusão,

combinado com o custo zero envolvido na sua reprodução, contamina o valor de troca da mercadoria que apresenta característica de alto valor agregado em razão do seu conteúdo imaterial impedindo a realização integral deste valor através de representação material economicamente apreciável, isto é, valor de troca.

Dessa forma, conclui-se que para se expressar, o valor de troca do conteúdo imaterial depende de um aparato institucional cada vez mais sofisticado de normas e regras dotadas de poder coercitivo, e especialmente do interesse político de garantir a imposição dessas normas e regras, aproximando de forma também inovadora as funções do empresário e do político, ou politizando a atividade do empresário que não se ocupa mais exclusivamente de controlar o emprego do tempo adquirido do trabalhador, que por sua vez, também não se comporta mais como antes no desempenho das tarefas mecânicas, na medida em que as finalidades e conseqüentemente a forma de organizar o trabalho mudaram por inúmeras razões e, especialmente, em função do uso intensivo do conhecimento na atividade produtiva. Em outras palavras, o valor de troca do conhecimento depende da sua escassez produzida por meio da limitação à sua livre difusão imposta por normas e regras dotadas de poder coercitivo e do ambiente favorável ao uso desse poder contido na norma. Ainda assim, do contexto que Gorz apresenta e discute podemos concluir que essas são questões restritas a um determinado tipo de conteúdo imaterial, ou produto do trabalho imaterial, mas não todo ele. Levando em conta a diferenciação que o autor faz entre saber e conhecimento entende-se que ele quer chamar a atenção a uma tendência forte do capital de tratar como conhecimento, em razão da importância ou valor que assume, aquilo que na verdade deveria ser tratado como um saber visto que é fruto de produção coletiva constante e não remunerada como, por exemplo, o que já foi chamado em vários trechos desse estudo de “produção de si mesmo” e de “produção de subjetividades”, ou atividades que se encaixam no conceito de trabalho imaterial anteriormente apresentado. Ou seja, trata-se de um mecanismo comum no processo de desenvolvimento e expansão capitalista de ampliar o conceito de propriedade³¹ a fim de atribuir uma racionalidade econômica a certos bens não produzidos pelo homem, ou não produzidos com

³¹ Sobre o tema da ampliação do conceito de propriedade ver o segundo capítulo do livro *Poder e Conhecimento na Economia Global*, Marisa Gandelman, 2004, Editora Record, Rio de Janeiro.

vistas ao mercado, conforme acima comentado, isto é, uma tendência a adequar a natureza e qualquer resultado de esforço produtivo e criativo ao conceito de trabalho morto, com valor de troca fixado por meio de uma racionalidade puramente econômica viabilizada por regras positivas de direito de propriedade.

Chamam a atenção aqui a disputa de forças contrárias, ou o conflito intrínseco à compreensão do conhecimento como principal fonte de valor e de lucro e assim, a principal forma do trabalho e do capital, ao mesmo tempo a aceitação de que tem custo de reprodução zero, em razão da ausência de participação do espaço e do tempo como mecanismos causais, uma vez que é imaterial e capaz de se reproduzir infinitamente no hiperespaço que vem sendo colocado em destaque em razão da sua característica peculiar de imaterialidade, de espaço de representação produzido pelo trabalho imaterial, cuja moldura e conteúdo são cem por cento imateriais. Que mercadoria é essa que é tão desejada e ao mesmo tempo tem custo muito baixo ou inexistente de reprodução? Seguindo a idéia do custo zero de reprodução, presa a uma racionalidade econômica, chegaremos

“à economia da abundância; o que quer dizer igualmente [que nos dirigimos] em direção a uma economia em que a produção, requerendo cada vez menos trabalho imediato, distribui cada vez menos os meios de pagamento. O valor (de troca) dos produtos tende a diminuir e a causar, cedo ou tarde, a diminuição do valor monetário da riqueza total produzida assim como a diminuição do volume dos lucros” (André Gorz, *O Imaterial*, 2005, pág. 37).

Será que a contradição entre “economia da abundância” e “diminuição do valor monetário da riqueza total produzida”, se explica pelas teorias que consideram a razão entre oferta e demanda – levando-se em conta os mecanismos artificiais de produção de escassez e demanda – como variável interveniente, necessária e suficiente na determinação do valor de troca efetivamente praticado no mercado? Da mesma forma, é notável a contradição entre ser principal fonte de valor e de lucro e ao mesmo tempo ter custo de reprodução zero – o que representa impedimento de realização do lucro do qual é a principal fonte, uma vez que o valor de troca desaparece. Para Gorz esta é a síntese de um duplo problema para a economia capitalista em seu atual estágio: dar conta da demanda intensa da qual o conhecimento é alvo em razão do seu poder de diminuir o trabalho envolvido na produção de mercadorias, o que em princípio deve ser possível em razão do custo

zero de reprodução, e, ao mesmo tempo garantir o valor do conhecimento em si, separado da mercadoria a qual se aplica e produzido em resposta à demanda cada vez mais intensa, através da sua apropriação, única ferramenta capaz de colocar obstáculos à sua transformação em bem coletivo, finalidade original para a qual, certamente, foi produzido. Dessa forma, o capital transforma o conhecimento em capital imaterial e, em vista do custo zero de reprodução, mantém o seu valor por meio da imposição de direito de propriedade.

Por este processo Gorz nos mostra o quanto o conhecimento se afasta dos bens e serviços em cuja produção ele é aplicado com finalidade primordial de agregar valor. Diz-se que se afasta considerando que a força motivadora da sua produção nunca foi meramente o valor de troca, ou a possibilidade de participar do mercado como outra coisa qualquer, e sim permitir o enriquecimento da atividade humana e a melhoria das condições de vida, permitir que o homem ocupe seu tempo em atividades produtivas das mais diversas naturezas, tanto aquelas que assumem valor econômico como aquelas que refletem outra categoria de valor, representam outro tipo de riqueza. Esse afastamento configura a mesma espécie de movimento descrito pelo conceito de valor ao se descolar do trabalho na medida em que passa a se definir por critérios exclusivamente subjetivos, elaborados do ponto de vista restrito da demanda e do consumo individual apartado da realidade social. O saber a que Gorz se refere como parte de um patrimônio cultural é a base sobre a qual o conhecimento é produzido com vistas a fornecer os meios de agregar valor às mercadorias e assim realizar os ideais capitalistas e por isso é objeto de apropriação em razão da aplicação da lógica capitalista apoiada em um sistema de normas e regras positivas, transformando-se em

“meio de produção morto desvinculado de cada portador e apartado do contexto social da vida. (...) Para uma sociedade do saber, que luta para se libertar do domínio abstrato das relações de dinheiro-mercadoria-valor, a relação entre saber vivo e formalizado, entre saber consciente e desprovido de sujeito, deve ser uma questão de importância central” (André Gorz, *O Imaterial*, 2005, pág. 78).

Voltando às perguntas iniciais, nesta seção estamos em busca de um conceito de valor capaz de se adaptar ao trabalho imaterial, que não esteja preso, mas ao mesmo tempo não descarte a relação que valor e trabalho vêm mantendo ao longo do recorte temporal da seção anterior. Um conceito amplo que possa dar

conta de uma realidade econômica e social diversificada e amplificada, em transição, repleta de contradições e conflitos, permanecendo vigentes aqueles conflitos que são constitutivos do capitalismo e da própria modernidade, ao mesmo tempo em que se apresentam novos conflitos, como aquele apontado por Gorz quando atribui ao conhecimento a qualidade de principal fonte de lucro e ao, mesmo tempo constata que seu custo de reprodução é zero por não haver obstáculo à sua reprodução infinita. Visto que o capital se movimenta sempre no sentido de criar mercadorias individualizadas para serem trocadas no mercado ou de inventar/adquirir bens (materiais ou imateriais) com função de capital fixo, a falta de obstáculo à reprodução seja da mercadoria ou do bem de capital constitui um problema novo cuja resposta até o momento ainda não apresentou pistas. Seria esta uma característica do capitalismo pós-moderno? Independentemente da resposta a esta pergunta especificamente, considerando que ela mantém no centro o capitalismo como regime de acumulação e, conseqüentemente, seu respectivo conjunto de relações de produção, poderíamos afirmar que ocorre uma transformação nas relações constitutivas de uma determinada realidade econômica, permanecendo, porém, inalteradas suas características ontológicas, isto é, mantendo-se intacta a substância e modificando-se apenas as suas feições e aparência, ou suas medidas de grandeza? O uso de nomes ou rótulos para estágios de desenvolvimento capitalista – capitalismo manufatureiro, industrial, pós-industrial e agora cognitivo – reflete verdadeiras transformações sociais produzidas dentro da dinâmica de organização da atividade produtiva e no conjunto de relações de produção marcadas pelo avanço tecnológico, ou um esforço do capital e das suas fontes geradoras de poder para promover a reprodução infinita do seu movimento expansivo e as respectivas estruturas de relações de produção e de distribuição de vantagens? Se optarmos pela segunda hipótese, será possível, em alguma circunstância, fugir de uma racionalidade econômica e perceber outras naturezas de relações sociais, inclusive dentre aquelas que entendemos produtivas – porém se desenvolvem livres das imposições de espaço e tempo e resultam em bens imateriais – a partir de novos modelos de análise?

Em resumo, a pergunta inicial além de não estar respondida se desdobra ainda em uma quantidade enorme de novas perguntas. Sendo assim, conclui-se pela necessidade de aceitar que a falta de resposta única é, pelo menos por

enquanto, parte essencial do problema, isto é, acompanha e alinhava toda a discussão planejada para os próximos capítulos. Apesar do emaranhado de perguntas decorrentes da discussão desenvolvida até então, interessa a discussão analítica em si, os pontos levantados em termos de delimitação de problema, de desenvolvimento de sistemas conceituais e de modelos de análise e, finalmente, em termos de compreensão das estruturas analíticas construídas para lidar com uma questão que parece continuar a ser vital para o homem: a atividade produtiva e a criação de riqueza. Com base na idéia de que a atividade produtiva se transformou ao ponto de delimitar novos problemas, ou mesmo de ampliar o escopo do problema central do pensamento econômico, retomando aqui alguns pontos da discussão metodológica da primeira parte deste capítulo, em termos gerais conclui-se que o sistema conceitual usado na representação da realidade precisa também se ampliar a fim de incluir na síntese da relação entre trabalho imaterial e valor os aspectos que não podem ser avaliados economicamente. O conceito de valor precisa dar conta da representação de uma dinâmica social que se desenrola em um cenário constituinte, ele mesmo, de uma dinâmica específica e inovadora, substância viva e em atuação na realidade que se quer explicar, independentemente da finalidade da explicação. Ao colocar para conversar as teses de Gorz e Negri em destaque nesta seção, percebe-se que os dois têm finalidades diversas, embora o aspecto a partir do qual foi estabelecido aqui o diálogo entre elas seja o trabalho imaterial e a dinâmica de transformação do valor conforme conhecido e analisado nas teorias disponíveis e embora ambas forneçam elementos para a elaboração de respostas para a pergunta original a respeito da natureza do valor produzido pelo trabalho imaterial que vai além da compreensão fornecida por uma razão puramente econômica. Gorz examina a dinâmica da transição do trabalho material para o trabalho imaterial do ponto de vista da atividade humana e da transformação do valor produzido por ela; aponta a crise do conceito gerada pela transformação do trabalho e das relações de produção, mas não busca exatamente uma resposta para esta crise. Destaca novas contradições do atual estágio do desenvolvimento capitalista – o capitalismo cognitivo – sendo uma das principais a insuficiência do conceito de valor estabelecido por critérios econômicos relativamente ao trabalho imaterial em sentido amplo, isto é, incluindo-se saber e conhecimento e outras formas de produção pelo homem. Enquanto isso, Negri fala antes de tudo da dinâmica interna da produção do

cenário do espetáculo, um espaço de produção do trabalho imaterial, que é ele mesmo resultado do trabalho imaterial, constituído de elementos intangíveis. Essa dinâmica é constitutiva tanto do espaço de produção, como do processo de transformação da atividade humana e do valor por ela produzido que ocorre dentro dele.

Segundo Negri, no período da grande indústria o operário participa do processo de trabalho como parte da maquinaria, como acessório da máquina, como força de trabalho anexada ao ciclo produtivo. Nesta realidade existe um cenário estático, construído por terceiros que não o trabalhador, sendo certo que este atua exclusivamente como intérprete de um texto que não é escrito por ele e sem nenhuma liberdade criativa. Aos poucos a força de trabalho se qualifica e, assim, o operário vai adquirindo conhecimento e controle do processo de trabalho transformando-se em operário profissional. No entanto, esse processo não representa maior autonomia criativa, ao contrário, representa maior submissão do capital, na medida em que seu conhecimento é adquirido dentro da fábrica, em espaço e tempo controlado pelo capitalista, este sim autor do espetáculo. Se fizermos uma comparação com o período da manufatura vamos perceber uma profunda mudança técnica que podemos relacionar aos conceitos diferenciados por Gorz – saber e conhecimento – e que resulta em diminuição da autonomia do trabalho. No período da manufatura o artesão utiliza um saber geral do qual se apropria e sobre o qual desenvolve sua própria capacidade de especialista para, dessa forma, agregar valor aos recursos da natureza aplicando a técnica que só ele domina. No período da indústria o operário vem a se formar dentro da fábrica com os conhecimentos mínimos para atuar como acessório da máquina e posteriormente para ter controle sobre ela na medida necessária para garantir a eficiência da produção que garante o lucro do capital. Portanto, da mesma forma que Gorz, a discussão de Negri gira em torno da relação entre trabalho e valor. A partir das idéias de Marx, mais especificamente sua análise a respeito das transformações técnicas e seus efeitos na atividade produtiva e conseqüentemente nas relações de produção, mesmo reconhecendo que falta em Marx uma teoria do

Estado, Negri observa que na primeira fase de acumulação capitalista existe uma separação clara entre os conceitos de soberania e capital³². No entanto,

“na medida em que o desenvolvimento capitalista começa a acontecer, entre os dois conceitos [soberania e capital] criam-se relações, se não de homologia, ou inclusive de identidade, certamente de analogia. Na medida em que a sociedade é subsumida no capital (isso é, *passa-se da subsunção formal de trabalho à subsunção real*), toda relação social se torna, em algum sentido, uma relação produtiva: neste momento, pois, *as relações de soberania e de capital se tornam, de alguma forma, passíveis de sobreposição.*” (grifos do autor) (Antonio Negri, *Cinco Lições sobre Império*, 2005, pág. 69).

Aqui se pergunta como aplicar ao conceito de trabalho imaterial do próprio Negri – “o conjunto das atividades intelectuais, comunicativas, afetivas, expressas pelos sujeitos e pelos movimentos sociais” (Negri, 2005, pág. 92) – à idéia de que a identidade entre soberania e capital, ou em outras palavras o reforço institucional e coercitivo que a soberania do Estado-nação representa para a infinita expansão capitalista, implica em que todas as relações sociais passam a ser relações produtivas (no sentido econômico)? A subsunção real do trabalho em capital permite que alguma relação produtiva seja considerada se não por sua face material, pela sua tradução em valor econômico? Negri reconhece que estamos diante de uma situação em que o tempo de trabalho, bem como o critério de medida deste tempo – para ele, tema central da teoria do valor – deixam de ser a referência quantificadora da produção, ou seja, o critério de determinação do seu valor. Ele comenta o uso do termo *capitalismo cognitivo* que vem se tornando comum e o quanto se fala sobre a dependência da produção de valor em relação à atividade intelectual criadora, sendo certo que esta atividade se situa além do conceito de valor conhecido e domesticado pelas teorias desenvolvidas e válidas durante o longo período analisado na seção anterior. Para Negri o trabalho intelectual criativo se situa no ramo da raridade, ao mesmo tempo em que representa acumulação geral, de massa – o saber geral que vem sendo discutido nesta tese. Ele diz que aquilo que para Schumpeter era apenas um elemento do processo de desenvolvimento inovador gerado pela destruição criativa, hoje

³² Ver comentário a respeito de Tilly na segunda seção (pág. 130) deste capítulo, sobre sua história da formação do Estado na Europa, contada a partir das diversas configurações da relação entre capital e coerção. O capital usava a extensa rede urbana para se expandir, enquanto a coerção buscava a centralização, a monopolização do uso do poder coercitivo.

representa a totalidade e a única forma de desenvolvimento (Negri, 2005, pág. 94). A empresa e o capitalista hoje se dedicam à política de organização do capitalismo, ao desenvolvimento da sua capacidade de apropriação privada. Identifica-se assim na sobreposição entre capital e soberania a razão pela qual o trabalho imaterial – entendido no sentido amplo acima mencionado e não apenas como saber e/ou conhecimento – ao mesmo tempo em que produz a principal fonte de lucro e a única forma de desenvolvimento, resiste ao criar uma natureza de valor que integra a dinâmica de construção de um novo cenário sobre o qual o capital visa se expandir, mas que, no entanto, não consegue em razão de sua imaterialidade. Apesar de haver plena identificação entre capital e soberania esta combinação ainda não abarca todo o cenário em questão, uma dinâmica viva em permanente criação.

O tema da sobreposição entre capital e soberania e sua atuação como mecanismo causal na questão de redefinição dos conceitos de trabalho e valor e do nexos entre os dois ainda será retomado. Depois de analisados detalhadamente os efeitos da transformação dos processos de trabalho sobre a produção de conhecimento e mais especificamente sobre o regime de proteção à propriedade intelectual – entendido como uma das formas de expressão desse processo de sobreposição da soberania e do capital, ou da subsunção do trabalho ao capital conforme colocado por Negri, e de capitalização do conhecimento como explicado por Gorz –, serão finalmente reunidos todos os temas abordados em cada capítulo visando à síntese dos movimentos do capitalismo em um cenário definido não exclusivamente por elementos materiais e seus efeitos para a Economia Política Internacional. Os efeitos a serem analisados não são somente aqueles que dizem respeito à estrutura real de distribuição de poder e vantagens geradas pelas novidades apontadas nas relações de produção e no cenário no qual se desenvolvem, mas também os que atuam sobre os questionamentos a respeito da produção de riqueza e das relações no sistema internacional que giram em torno desse tema, e a respeito da produção da sociedade do conhecimento determinada pelo capitalismo cognitivo.

Neste capítulo buscou-se entender o nexos entre trabalho e valor. De todos os aspectos analisados, a parte conclusiva que será considerada daqui por diante demonstra que são conceitos mutuamente constitutivos visto que um atribui sentido ao outro, e, por isso, as transformações de um são determinantes de

mudanças no outro. De início foi aceito como premissa que o significado dos conceitos muda de acordo com a teoria nas quais são aplicados. As teorias, por sua vez, buscam atender a certas finalidades, ainda que seja simplesmente colocar luz sobre a teoria contida na própria natureza das coisas, conforme dizia Adam Smith em consonância com as idéias dos fisiocratas. A mudança na estrutura analítica está relacionada com mudanças nos fundamentos conceituais e isso acontece em função do próprio objeto de análise, da ruptura de certos padrões observadas na realidade, esta também em transformação, portanto, carente de um sistema conceitual capaz de fazer uma representação confiável dela mesma. Por outro lado conclui-se que a idéia de representar todos os aspectos da realidade econômica através de modelo único e geral é impossível de ser realizada, excessiva e resulta tendenciosa na medida em que precisa reduzir o número de variáveis e lidar, de preferência, somente com aquelas que são da mesma qualidade, ou seja, variáveis materiais, ou quando imateriais são materializadas pelos processos discutidos e resumidos no parágrafo acima. Sendo assim, além de não parecer recomendável construir um super-modelo adequado a todas as teorias, a falta deste não impede que um modelo específico contenha aspectos comuns a várias teorias, derivados de referências comuns feitas às diversas realidades, demonstrando em última instância estarem todas elas no ramo da investigação da vida da sociedade.